"DEZ ANOS NO AMAZONAS"

José Lins do Rego

Alfredo Lustosa Cabral, um paraibano de Patos, atraído pela riqueza da borracha, foi com um irmão mais velho, tentar a fortuna, na Amazônia. Lá esteve dez anos, de 1897 a 1907, justamente no período de maior riqueza da região. E de suas aventuras, dos seus contatos com a terra, a gente, os índios, as superstições, e, sobretudo, da sua própria vida de caçador do ouro negro, dá-nos um depoimento curioso, cheio de incidentes, numa língua ora simples, ora preciosa, mas quase sempre cheia do maior interesse. Lustosa chegou no Amazonas quase menino, e pelo que nos conta fez o seu ofício de conquistador da Selva, com todos os requisitos para vencer. Foi comerciante, canoeiro, caucheiro, inspetor de quarteirão e até matador de índios, em expedições contra os selvagens.

É aí que o livro de Cabral chega a nos impressionar, é quando ele faz referência aos contatos dos supostos civilizados com os pobres índios perseguidos e roubados como se fossem na selva que Deus lhes deu uns intrusos. As histórias que nos conta são de arrepiar cabelo. Certa vez tiveram que atacar os botuquinas, numa das chamadas "correria", espécie de expedição punitiva. Tudo foi feito na melhor ordem para um certo. E tudo deu certo. É Cabral quem nos conta: "Aos gritos alarmante, saiam os índios correndo por uma porta e outra e, nesse momento, os tiros certeiros dos atacantes, punham-nos por terra. A mortandade foi grande, mas escafederam-se muitos".

Mas a narrativa não pára:

"Aproximando-se do barracão conseguiram prender uns quinze colomis de oito a dez anos... De regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os atoa, perdidos. Outros praticaram selvagerias, destampando a cabeça dos inocentes com balas."

Não era sem a sua ponta de razão que o povo, no nordeste, sempre via com maus olhos o dinheiro que chegava do Amazonas. Parecia-lhe um dinheiro amaldiçoado.

"O Globo" — Rio — 1950.

Ozel — Patos — PB
10-01-2007

DEZ ANOS DO AMAZONAS — Quando a gente abre um livro sobre o Amazonas, leva a certeza de que vai encontrar repetido aquilo de que tantos já se ocuparam — brasileiros e estrangeiros.

O tema, no fundo, não é susceptível de variações. Mas, a imaginação cria situações e aspectos de sabor literário e sai um livro de homem de letras.

Temos agora um que foge a esta regra: — Dez Anos no Amazonas, do Sr. Alfredo Lustosa Cabral, da cidade de Patos.

O prefácio é do escritor Octacílio Queiroz.

O Autor é o personagem máximo, de um drama sentido e vivido. Drama de sustos, perigos, surpresas e angústias. O personagem sobreviveu para dizer, por miúdo, o que viu e as atribulações por que passou.

Durante longo período, o Amazonas foi a irresistível tentação a aguçar o espírito de aventuras dos nossos patrícios.

Diziam coisas fantásticas da terra misteriosa.

O lado bom tomava vulto. Do ruim, não se fazia caso. Daí ser o Amazonas um incomensurável cemitério de paraibanos.

Dificilmente se encontra uma família sertaneja que, na sua relação de mortos, não tenha parentes enterrados no Amazonas. Os últimos foram os da malfadada Batalha da Borracha.

Para o homem comum, no gênero, o livro de Alfredo Lustosa Cabral deve ser talvez o melhor que se escreveu até hoje. É um trabalho tão interessante para esta região, que merece ser divulgado por toda a parte.

Com pouco mais de apuro, poderia figurar entre as obras mais valiosas, nos domínios da História, em função da índole e da resistência do povo nordestino.

— A. de Rocha Barreto — A IMPRENSA — João Pessoa — PB, 19-2-1950

Capa: Edmun

ALFREDO LUSTOSA CABRAL

DEZ ANOS NO AMAZONAS

(1897 — 1907)

2ª edição

Prefácio e Anotações de
OCTACÍLIO NÓBREGA DE QUEIROZ

•

Apresentação do
Senador JORGE KALUME

BRASÍLIA — DF

ALFREDO LUSTOSA CABRAL

DEZ ANOS NO AMAZONAS

(1897 – 1907)

(Memória de um sertanejo nordestino emigrado àquelas paragens em fins do século passado)

Prefácio de OCTACÍLIO N. DE QUEIROZ

ESCOLA INDUSTRIAL DE JOÃO PESSOA
CURSO DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO
Estado da Paraíba — Brasil — 1949

Fac-símile da primeira edição deste livro — João Pessoa — PB — 1949

APRESENTAÇÃO

"A sensação de profunda melancolia que se apodera do espírito, nos adverte de que estamos dentro das mais densas solidões do Mundo. No Alto Amazonas, principalmente, domina esse amargo sentimento que obriga a alma a dobrar-se sobre si mesma." — Tavares Bastos "Vale do Amazonas", 1866.

O ilustre professor universitário e político paraibano Octacílio Nóbrega de Queiroz, certamente vencido pela sua generosidade, pediu-me que escrevesse a Apresentação do livro "Dez Anos no Amazonas", em sua 2ª edição, do saudoso Alfredo Lustosa Cabral.

Agasalhei, prontamente, o honroso convite, mesmo porque fala à minha alma de amazônida. Antes, porém, por serem pertinentes, tecerei algumas considerações de sentido toponímico, para poder "caminhar" dentro do objetivo.

O heroísmo dos nossos patrícios do Nordeste não pode ser aquilatado apenas pela forma como enfrentaram e enfrentam o fenômeno climático, obrigando muitos a abandonarem, no passado remoto ou recente, a terra *mater*, em busca de outras plagas, para eles totalmente desconhecidas.

O Brasil caminhava ainda débil sob o impacto do período de transição entre a Independência e a Proclamação da República, o Levante dos Dezoito de Copacabana, a Revolução de 1930 e a II Guerra Mundial. E esses irmãos que poderiam ter rumado para o sul, preferiram a Amazônia, então lúgubre no seu aspecto, plena de florestas, água, índios, endemias, animais ferozes e demograficamente vazia. O "abandono" do seu *habitat* com o objetivo de sobrevivência, traz o sinete do destemor e a reafirmação de Euclides da Cunha: "O nordestino é antes de tudo, um forte". Forjados no sofrimento, nada mais os amedrontaria. Adentraram-se. Saberiam — como souberam — enfrentar, com altivez, o destino que lhes fora reservado. Por certo se extasiaram ao se defrontarem com o "novo mundo", embora as condições de vida lhes fossem totalmente adversas.

Sem saberem, a partir daquele instante, estavam plasmando uma nova civilização, transformando o "inferno" tropical num "miniparaíso". E Euclides da Cunha, com a sua perspicácia de sábio, sentiu a impotência do homem ante aquele gigantismo, ao registrar que:

> "A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem ..."

Nada, absolutamente, os deteve. Nem a saudade, nem a solidão. A ânsia de vencer sobrepunha-se a esses sentimentos e fatores. Não fora isso, o saudoso cearense Emílio Falcão não teria registrado no seu "Álbum do Rio Acre", em 1904, que:

> "A energia desses emigrantes, retemperados na luta que em sua pátria vêm mantendo séculos afora contra a implacabilidade da natureza, povoou-se o deserto, desbravou-se a brenha selvática, desenvolveu-se o comércio, a indústria, a agricultura, nasceu o burgo, apareceu a vila, surgiu a cidade, e o ermo de ontem pretende hoje enquadrar-se nos moldes constitucionais de Estado autônomo."

Pois bem, dentro daquele quadro insere-se a figura do paraibano Alfredo Lustosa Cabral, que, atraído pela presença do seu jovem irmão Silvino, partiu, ainda adolescente, em 1897, para o interior da antiga e inóspita Vila Seabra, hoje o florescente município acreano de Tarauacá, onde permaneceu, inclusive, nos rios afluentes do Juruá, durante dez anos, isto é, de 1897 a 1907.

Através do seu livro "Dez Anos no Amazonas", editado em 1949, historia os lances vividos e testemunhados nesssas regiões, numa época em que somente os fortes dos fortes sobreviveriam. O seu depoimento, escrito com a simplicidade peculiar à sua marcante personalidade, contribuiu para opulentar a história de uma fase que ficaria omissa, se a memória privilegiada do autor não estivesse grafada para a posteridade. Há episódios que fariam qualquer Sansão tremer e temer, como dentre outros, ao embarcar no Seringal "Nova Esperança", para o Tejo, em navio, sem espaço para outra rede, repleto de passageiros, muitos dos quais doentes de sarampo, onde a imundície porfiava com o gemido do sofrimento, inundando o ambiente estreito e sem qualquer assistência, pois inexistia remédio, médico, enfermeiro ou farmacêutico para socorrê-los. O destino era a margem do rio como sepultura.

E o culto Deputado e Professor Octacílio Nóbrega de Queiroz, prefaciador da primeira edição, em 1949, soube com a mesma louçania, com a sua característica sensibilidade, com o seu reconhecido afeto a seus coestaduanos e à sua amada querência, enriquecer ainda mais a segunda edição, com os esclarecimentos e anotações que ofereceu.

A leitura da obra leva-nos ao passado distante e representa um verdadeiro relicário amazônida.

O relançamento do "Dez Anos no Amazonas", me faz lembrar José Américo de Almeida, o inesquecível estadista paraibano, portanto, coestaduano do autor Alfredo Lustosa Cabral, homem afinado com as letras: "O retorno é como o renascer, ninguém se perde na volta."

Aí está, para nosso gáudio, a segunda edição, quando o autor já não existe, contudo, se encontra imortalizado nessa narrativa, plena de fatos que já não se repetem, porque a sociedade é outra, agora sedimentada pelo tempo.

Se nos aprofundarmos, vamos sentir uma similitude entre os "Dez Anos no Amazonas" e a "Selva" do imortal Ferreira de Castro, de igual destino, indo ainda mancebo, como Alfredo Lustosa Cabral, para os seringais do rio Madeira, onde, como Cabral, se cristalizou no padecimento, deixando para as gerações futuras o seu conhecido romance.

O autor, natural de Patos (Paraíba), nasceu em 14 de janeiro de 1883, e faleceu em 31 de dezembro de 1960, soube ser ímpar quer como desbravador do noroeste do meu Estado, o Acre, quer como humilde professsor primário e finalmente como cirurgião-dentista.

Sua figura será sempre relembrada com gratidão pelo povo acreano e pela própria Pátria, pois como escrevera W. Will: "Melhor, mais útil e mais difícil do que morrer pela Pátria é viver para ela."

Essa foi a conduta de Alfredo Lustosa Cabral, daí emoldurar-lhe a figura, reafirmando que "a lembrança do passado não é outra coisa, senão que a revigoração do amor"

11-9-84

Senador *JORGE KALUME*

"Subir o Amazonas é fundir-se na vida de um mundo. O Amazonas é uma torrente de sangue que corre por uma floresta: a floresta é o Brasil." — Waldo Frank — America Hispana — pág. 165.

"...a agitada tragédia da borrocha amazonense não tem nada que se lhe possa comparar." — Normano — Evolução Econômica do Brasil — pág. 48.

"O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto." — Euclides da Cunha — À Margem da História — pág. 49.

Este livro, com evidência, não poderia pertencer aos modernos e aprofundados estudos sobre a Amazônia. Nasce velho, sem o brilho de notáveis produções literárias sobre o gigantesco vale que, a partir de Euclides da Cunha, revelando aquele vasto mundo, ao mesmo passo enriqueceram a literatura nacional com originalidade. De sua leitura, depreendemos, à feição daquelas cinzentas e distantes barrancas do grande rio, escondendo o mistério vago da terra, o nível de narrativa outrora comum em conversas de sertanejos, que emigraram para o norte, à sugestão dos tempos áureos da borracha, de lá regressaram ou permaneceram para sempre sob as sombras úmidas e densas da selva.

Em conhecida cidade do interior paraibano, por muitos, episódios aqui narrados eram contados e repetidos, desde anos, à mesa das refeições, à porta das vendas e famárcias ou nas primeiras horas da noite, de cadeiras nas calçadas, sob a luz das estrelas e ao sopro amenizador do vento, vencido o terrível calor das tardes dali.

Quando, entretanto, animei o Autor a reuni-los em livro, foi por reconhecer a importância de valioso testemunho, de experiência duramente vivida, que, de fato, representam. O testemunho de um sertanejo igual aos demais, daquela época, falando de si, de sua aventura extraordinária, de rapazinho ainda, atirado às plagas amazônicas cinqüênta anos passados, à época tumultuária da borracha e da conquista por consideráveis levas de nossos irmãos nordestinos.

É preciso, pois, dar a tudo isso, escrito sem hipérboles nem alucinantes brados, a importância e o limite merecido. Ao sociólogo, por exemplo, elimina-

das dissertações ingênuas, meias-tintas de remotas influências literárias de professor de aula primária, como o Autor o foi, ressumbram fatos de assimilação e luta contra o meio, acontecimentos evidenciadores do imenso drama ali travado, pequenos choques de cultura, religiosidade e superstições, relações entre os sexos e o gentio, aspectos econômicos, breves dados, enfim, preciosos à análise e formação de uma sociologia regional ou ecológica, genética ou histórica da famosa Hiléia brasileira.

O Autor, com a mobilidade característica dos sertanejos cearenses e paraibanos, descendente de velha família a que pertenceu o Marquês João Lustosa da Cunha Paranaguá, ministro do Império, muito quis ser e enfrentar em dias de jovem e até de homem, já maduro. Órfão aos quatorze anos, emigrou, acompanhando o irmão para o Amazonas, onde foi seringalista, mateiro, remador e varejador de canoa, cozinheiro, regatão, agricultor e inspetor de quarteirão, nomeado por uma figura de oficial de prisão siberiana — o Tenente Sombra. De volta à terra natal, se fez professor primário pela Escola Normal da Paraíba, em 1912, no Governo Castro Pinto. Depois, músico, vereador, rapadureiro, adjunto de promotor por duas vezes e, finalmente, vinte anos mais tarde, já aposentado no exercício do magistério público, cirurgião-dentista pela Faculdade de Medicina e Odontologia do Recife.

Mas, aquela Amazônia do passado, pelo largo tempo em que lá viveu, gravou em sua memória, de modo indelével, os reais traços de sua temerária aventura.

Decerto, serão apontados facilmente discutíveis apreciações, observações inseguras talvez, sem nenhum controle rigorosamente histórico ou cientificamente elaborado. Contudo, outro aspecto nos deve prender à leitura do presente trabalho. É que dele não podemos abstrair um só instante a sinceridade espontânea da narrativa, sem erudição, mas de regular importância ao conhecimento e interpretação, limitada que seja, de uma "das maiores empresas" daqueles tempos, no dizer de Euclides, ou da "incomparável tragédia da borracha amazonense", na expressão do economista norte-americano J.F. Normano.

Em sua "História da Companhia de Jesus no Brasil", o Padre Serafim Leite, S.J., Vol. IV, assinala, com sua competência de historiador, três modalidades de modernas publicações sobre a Amazônia — algumas de ciência especializada; outras de vulgarização; outras ainda de viagens ou fantasia. Este modesto trabalho, entretanto, não se enquadra no âmbito da divisão do sábio jesuíta. Desatualizado, sem brilho literário ou sutilezas de erudição, é, apenas, memória sincera e insuspeita de quem, simples emigrado à cata de enriquecer, de melhorar de vida, após lutar e sofrer na grande selva equatorial, quis deixar aqui um vivo relato de sua apagada odisséia.

Em verdade, nada mais representa que esquecida voz, salva da voragem primitiva, ainda a vibrar distante, da penumbra dos dias mortos, como pequenina réstia de luz. Mas, assim, mesmo, a iluminar também os destinos anônimos e perdidos dos que se foram, aos milhares, dos sertões ásperos e cheios de sol do Nordeste, a provoar, a "domar o deserto", dando "à terra sem história" valioso contingente humano, modelando-lhe, também, no corpo gigantesco e informe, parcela de sua alma coletiva que, hoje, se afirma e se engrandece na amplidão desmedida daquela região.

João Pessoa, junho de 1949

OCTACÍLIO NÓBREGA DE QUEIROZ

O prefácio ou os prefácios, quando não são dos próprios autores, muitas vezes, poderiam parecer, frente ao que, essencialmente, devemos ler, como intrusos, quer em trabalho histórico, científico, literário ou mesmo em simples memória do passado, a exemplo deste pequeno livro.

Mas, quando o Senador Jorge Kalume que, ao lado de suas atividades políticas, nos revelou um vivo interesse pela história do atual Estado do Acre, por elementos do passado ou de hoje, que sejam de real importância sócio-cultural, que, de qualquer sorte, confluam à compreensão do povoamento, da própria e jovem história acreana, demos-lhe notícia desta singela narrativa: "DEZ ANOS NO AMAZONAS (1897/1907)", de Alfredo Lustosa Cabral.

De pronto, induziu-nos à sua republicação, pois praticamente perdida já estava a primeira edição de 1949, de poucos exemplares, realizada na Escola Industrial de João Pessoa, graças ao concurso técnico de um de seus aprendizes de linotipia, à sua direção e a um de seus professores.

Na época, mesmo sob a penumbra de haver sido impressa fora de qualquer interesse de venda por livraria ou editora, mereceu significativo comentário do sociólogo Gláucio Veiga, hoje professor de Direito da Faculdade do Recife, e do jornalista Rafael Correia de Oliveira. Para este, assim o dizia, contemporâneo que fora de A. Cabral, em Patos-PB, vários anos antes, que "encontrara no livro matéria para vinte novelas regionais".

Bem, certo é que, reeditá-lo agora também poderia ser inútil face à avalanche de livros, de publicações de toda a sorte, de ontem às de hoje, além do que, sem dúvida, vêm realizando as Universidades Federais do Pará, do Amazonas e do Acre.

Entendemos que não o seja.

Por isso, vale-nos ressaltar, mais uma vez, que se trata de um testemunho pessoal e escrito, quase único, talvez, espontaneamente singelo, mas duramente vivido, de um sertanejo-nordestino, atirado, quando jovem, às terras e florestas amazono-acreanas, faz quase cem anos.

Possivelmente, raro outro similar no Nordeste, pelo menos na Paraíba, de migrante paraibano ao Acre naqueles tempos.

Aqui, repetimos que não é trabalho de etnólogo, de naturalista, historiador, economista ou sociólogo. Nem se aproxima aos ensaios e à ficção contem-

porânea à sua época ou logo depois de Euclides da Cunha ("À Margem da História" — 1ª edição é de 1909) quando figuraram, entre outros nomes de exaltado valor literário, os de Inglês de Souza, José Veríssimo, Alberto Rangel, Raimundo Morais, Alfredo Ladislau, Gastão Cruls, Ferreira de Castro ("A Selva" é já de 1930). Para não falar dos sábios, naturalistas e etnólogos estrangeiros, que se dedicaram ao grande vale amazônico, notadamente, no século passado.

Por outra, as poucas expressões ou termos de língua indígena citados por A. Cabral, nada têm igualmente de rigor científico-lingüístico, é bem evidente. São pequenos e supostos ditos ou palavras do falar índio, apanhados ao léu, sem a mínima e erudita interpretação e competência, fixadas a partir de um Batista Caetano, Teodoro Sampaio, J. Barbosa Rodrigues, Couto Magalhães ou Capistrano de Abreu.

Mas, este livro pertence, em quase todo seu contexto, ao jovem Estado do Acre, criado pela Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, de iniciativa do então deputado federal depois senador, José Guiomard dos Santos, sancionada pelo presidente João Goulart, durante o efêmero e, até hoje, único governo parlamentarista da República (de 2 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963). Era primeiro-ministro o Sr. Tancredo de Almeida Neves.

A maior parte da narrativa situa-se ao curso ou sobre as barrancas do rio Tarauacá, do alto Juruá e afluentes menores — o Moa, o Tejo, o Amoena, o Muru. Curioso é notar, a breve detalhe, que o Autor assistiu à festa de inauguração da antiga Vila Seabra, hoje a cidade de Tarauacá, no Acre, em 1907, "ouvindo discursos, vivas, apitos de navios e o espoucar de garrafas" como homenagem também ao velho político baiano da primeira República J. J. Seabra. Músicas de gramofone, danças animadas...

Mas, "não havia mulher na festa".

Fizemos anotações, talvez dispensáveis. Mas, a distância do tempo, as indagações de algum leitor anônimo ou alheio ao conhecimento de certos termos, fatos e personalidades, aqui referidos, podem bem justificar o que pretendemos.

Com relação a alguns mitos citados do folclore amazônico, A. Cabral dá sua versão para cada um, o que não se afasta em maior sentido do que traduziram os mais autorizados escritores do Amazonas, desde aqueles idos, a exemplo de José Veríssimo, e, depois, Raimundo Moraes, Osvaldo Orico e tantos outros. Ainda assim, adjudiquei anotações correspondentes ao que, até o presente, deles se entende ou se escreve por definitivo.

É de notar-se também que, por quase todo o período de dez anos de A. Cabral no Amazonas, perpassam três linhas de acontecimentos de importância nacional de que ele anonimamente participava ou era simples, mas vivo espectador: a Guerra de Canudos, a conquista do Acre, por Plácido de Castro, e, por fim, o gigantesco e meteórico *rush* econômico da borracha.

Assim, para concluir, julgamos haver justificado e nos desculpamos da *intrusão* de mais um Prefácio.

O livro é que merece ser lido.

Não decepcionará e o recomendamos, pois, como os vinhos de muitos anos, guarda também certo sabor de pureza, de real autenticidade, retalho sincero, algumas vezes ingênuo, de parte de toda uma vida.

Brasília, agosto de 1984.

OCTACÍLIO NÓBREGA DE QUEIROZ

DEZ ANOS NO AMAZONAS

I

Em março de 1897, chegou a Patos meu irmão Silvino Lustosa Cabral vindo das plagas amazônicas onde passara cinco anos.

Grande foi o contentamento da família ao abraçá-lo.

Perdido por aquele mundo, sem se ter qualquer notícia, deixava crer que já tivesse ele desaparecido da face da terra.

Trouxe no bolso uns gordos cobres que arranjara por lá com ingentes sacrifícios.

Foram dias de festa e alegria para todos, sua estada no seio dos irmãos e parentes.

Levava o tempo contando as peripécias, os sofrimentos, os gozos e novidades por que passara naquela região.

O pessoal, boquiaberto, ouvia estarrecido o desenrolar das narrativas.

Uma coisa entristecia: nosso irmão chegara com intuito de passar com os seus apenas cinco meses e voltar àquela terra.

Por mais que a família, parentes e amigos o demovessem do plano, mais ele se tornava resoluto, intransigente... Tinha que voltar.

Os dias iam-se passando céleres, e eu, a cada momento, ouvia aquelas histórias bonitas, às vezes fantásticas, que ele contava, bem como, da facilidade de se enriquecer em pouco tempo. Fiquei logo desejando conhecer tudo aquilo — passeios, viagens de canoa, aves canoras como o irapuru, pássaro quase encantado, caçadas, índios, a bicharada.

Meu irmão trouxe um cosmorama comprado no Pará com lindas vistas e paisagens de Manaus, Belém, Paris, Londres, Viena, São Petersburgo, Rio de Janeiro, etc., um encanto para quem as desconhecia e mais um realejo de veio de tamanho regular com boas músicas e variado repertório.

Na casa de Chiquinho Sacristão casado com a profa. Quinoca, nossa irmã, onde se hospedara, havia um burburinho doido.

Todas as noites reuniam-se moças, rapazes para verem o cosmorama e as músicas harmoniosas do realejo.

O vigário, o juiz, o promotor e outras pessoas gradas festejavam a casa do Chiquinho atraídas pela notícia da grande novidade. Tudo era grátis, nada se pagava.

O nosso hóspede andava se abeirando aos seus vinte e quatro janeiros e eu contava os meus quatorze completos.

Não o largava, queria sempre ouvir suas histórias admiráveis sobre o Amazonas, histórias essas que já me traziam a cabeça atordoada. Um dia tive ocasião de ouvi-lo perguntar se desejava acompanhá-lo para o Amazonas. A resposta foi incisiva, pronta, decidida. Os meus outros irmãos ao terem conhecimento da nova, acharam-me bem criança para enfrentar a viagem e todos a *una voce* discordaram.

Resisti heroicamente alegando não ter mãe nem pai. Vivia sob os cuidados de irmãos. Assim tanto podia morar com um como com outro, todos eram iguais.

Silvino era conhecido como um dos melhores cantores de modinhas.

Espírito alegre, expansivo, rodeava-se da elite patense e facilmente conseguia improvisar danças quase todas as semanas, sempre em casa do Chiquinho.

Patos viveu fase de deliciosa alegria. As visitas de moças, rapazes, parentes e amigos não se faziam esperar, todos ansiosos por conhecerem o Silvino e ouvirem dele as histórias do Amazonas.

II

Chegado o mês de setembro, aprontamo-nos para seguir viagem.

Arranjou-se condução e marcou-se o dia da partida.

Montado num possante muar, acompanhando o passo cadenciado e moroso do comboio de lã e nossas malas, que se destinavam a Timbaúba de Mocós(*) (Pernambuco), ponto terminal da via-férrea que partia do Recife, viajava eu, junto aos tropeiros, Severino Belo, Xixi Rodrigues e Chaguinha da Antonica, com o coração partido de saudade do rincão natal.

Conduzíamos também uma carga de emas que um outro irmão (Antônio Cabral), que só ia até Recife, levava de presente para João Vieira, alto comerciante em Pau d'Alho.

Tanto Silvino como Antônio Cabral deixaram sua partida para os dois dias seguintes.

Ao nos defrontar com o sítio Cacimba de Areia,(**) (hoje vila) avistamos junto à casa do lugar uma igrejinha. Um dos portadores disse: "Vocês sabem a história dessa capela? Vou contar: O dono desse sítio era um homem bastante trabalhador e tinha vontade de ser rico — o que não conseguia apesar de seus esforços.

Certa ocasião, dissera que só queria enriquecer... nem que fosse com o auxílio do diabo. Este apareceu-lhe e justou que o tornaria rico mas, em certo tempo, o levaria para os infernos. O homem chegou a fazer um bom recurso, e, logo depois, lembrou-se do contrato com satanás.

Assombrado com o capeta, (*) valeu-se de Nossa Senhora da Conceição, prometendo erigir-lhe uma igrejinha desde que a Santa o livrasse das garras de seu inimigo.

E, assim, cumpriu sua promessa, não mais lhe aparecendo o cão."

Devido a essa história, é que o povo costuma dizer, gracejando, que "em Cacimba de Areia, até o diabo foi enganado"...

(*) Timbaúba era conhecida popularmente por Timbaúba dos Mocós-PE.

(**) Cacimba de Areia (PB) — hoje município e sede municipal. ONQ.

(*) Capeta, cão= denominações populares do diabo, no Nordeste.

Transpondo os últimos socalcos da Borborema, atingimos depois de três dias de viagem o planalto onde está edificada a povoação de Timbaúba do Gurjão.

Ali, um dos tropeiros adoeceu de febre. Surgiu no rancho um homeopata de nome Antônio Coutinho, conversador e inteligente, que havia poucos dias chegado à povoação e fixara residência.

Examinando o doente, constatou que era varíola.

Estabeleceu-se o pânico. Todos trataram de se distanciar do companheiro.

Como preventivo, ingerimos fortes goladas de aguardente.

Um dos portadores abriu os garajaus para dar um descanso às emas, que se achavam trôpegas e poderem elas alimentar-se de grilos e gafanhotos no macambiral.

Grandes foram as dificuldades para se recolherem essas donas às suas residências. Corriam como umas doidas esmulambadas pelos tabuleiros espinhaentos do Cariri e só se deixaram pegar com auxílio de uma cadela astuciosa que, casualmente, aparecera ali, nessa hora, e a precaução que tivemos de atar, à perna de todas elas, um pedaço de corda. Os meus dois irmãos, que haviam ficado em Patos, chegaram, nessa hora de aflição. Deliberaram o que se devia fazer, e prosseguiram viagem.

O companheiro doente voltou para se tratar em Batalhão e o comboio seguiu o seu destino...

* * *

Depois de uma penosa viagem de quatorze dias, chegamos à movimentada cidade de Timbaúba de Mocós.

Cabeça de linha da via-férrea, (*)todos os tropeiros do sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte para ali se dirigiam com o objetivo de receberem as cargas de mercadorias do Recife e conduzi-las para o sertão.

Vi o trem pela primeira vez, achei bonito mas não estarreci diante do mesmo.

Dormimos e, no dia seguinte, partimos com destino ao Recife. Depois de saltarmos no Brum, fomos nos hospedar num velho prédio de seis andares defronte do Cais da Lingueta. Ali tínhamos que aguardar o navio "Pernambuco", que estava sendo esperado do Sul a qualquer momento.

(**) Hoje, município, sede municipal de Gurjão (PB). ONQ.

(*) Para os habitantes do alto-sertão paraibano, do interior do Rio Grande do Norte e da área dos Cariris Velhos (PB), somente em 1907 é que Campina Grande teve inaugurada e estrada de ferro da antiga *Great-Western*, passando então a ser "cabeça de linha para os tropeiros" daqueles lugares em demanda ao Recife. ONQ.

Esse paquete demorara-se na viagem, de modo que não foi possível chegar no dia aprazado. Graças a esse incidente, ficamos conhecendo os principais bairros e praças da Veneza pernambucana. Logo que nos hospedamos, fomos no dia seguinte à casa de um nosso tio de nome Antonio Pedro de Azevêdo, major reformado da polícia de Pernambuco. Achava-se nesse tempo como diretor da Detenção. Foi-nos grata a satisfação que tivemos em abraçá-lo. Contou-nos haver se reformado moço em virtude de uma punhalada que recebera de um dos célebres capoeiristas do Recife, cujo ferimento foi causa de sua morte tempos depois. Da segunda visita que lhe fizemos, convidou-nos para mostrar alguns dos pontos mais pitorescos da cidade. Fomos, e, passamos próximo ao Arsenal de Marinha; achei-o interessante. Observei um pelotão de marujos composto de meninos de meu tope, equipados com seus espadins e granadeiras ao ombro, fazendo exercício. Tive desejo de ser incorporado a eles.

Meu tio demoveu-me desse plano frisando que aquela escola era apenas para os filhos desamparados.

Despedindo-nos de nosso tio, voltamos ao hotel. Numa dependência do prédio o estalajadeiro mantinha uma sessão de secos e molhados a cargo de um genro, homem bom e maneiroso, que se encarregava dos negócios da mesma.

O dono do hotel era um sujeito gorducho já queimando os seus sessenta janeiros. Todos os meses tirava dois dias para tomar uma pinga. Amanhecia vestido de chambre de chitão à moda chita paulista, (*) alegre, cantando, batendo nas portas com um bastão, produzindo um barulho infernal de aborrecer todo mundo. O genro, por sua vez, pedia desculpa aos hóspedes advertindo que o sogro estava curtindo o seu destino, mas, que sua cachaça, não ofendia a ninguém.

Do hotel a gente passava horas inteiras olhando com uma saudade e tristeza incompreendidas o marulhar de ondas revoltas e volumosas debatendo-se furiosas e quebrando-se nos rochedos a pouca distância.

O porto, constantemente cheio de navios que entravam e que saíam, de botes, jangadas, barcaças bojudas de velas "pandas, enfunadas, côncavas de..." barra afora.

(*) Tecido ordinário para vestes femininas da Fábrica de Tecidos Paulista, dos Irmãos Lundgreen-Pernambuco. ONQ.

III

Oito dias já se tinham idos, quando os jornais anunciaram a data em que o vapor "Pernambuco" havia de ancorar. Chegara, afinal, depois de uma viagem cheia de embaraços.

Estávamos já de passagens compradas aguardando ordens de embarque.

O navio ainda ia demorar um dia no porto para despejo de carga e passageiros. Era um velho barco carcomido pela ação corrosiva do iodo marítimo e do tempo, já tendo direito a uma gorda aposentadoria.

Vinha cheio como lata de sardinha.

Logo que largara ferros recebeu a visita das autoridades sanitárias e da Capitania do Porto. Momentos depois rodeou-se de botes e canoas repletas de passageiros que se destinavam ao norte, de jornalistas e de curiosos, que iam interessados a visitá-lo.

Era que em seu bojo conduzia os remanescentes do 27 Batalhão da Paraíba que havia tomado parte na campanha de Canudos, de Antônio Conselheiro, na Baía. Os porões estavam abarrotados de feridos, mutilados, esfarrapados. Embarcamos às duas horas da tarde com dificuldade, tanto era o fecha-fecha de gente. A muito custo localizamos nossas redes e bagagens por cima das malas dos passageiros, pois, não havia mais espaço nos porões do navio.

Minha rede ficou vizinha à de um soldado bem mocinho e simpático, de Guarabira, chamado Belísio, com a canela varada por projétil de *Manulicher* de jagunço.

Fora baleado nos últimos combates de modo que a ferida não tinha ainda cicatrizado. Fizemos logo amizade. Contara-me que no 27, da Paraíba, escaparam bem poucos. Deu notícia do sargento Antônio Sátiro de Sousa, de Patos, que falecera quando tentava saciar a sede num charco na travessia do Cambaio. Depois de morto foi ele promovido a alferes.

Era irmão do coronel Miguel Sátiro, ex-chefe político de Patos.(*)

Vinha ali também a polícia do Pará, composta de rapazes moços e fortes.

(*) Tradicional chefe político de Patos (PB), pai do parlamentar, ex-Governador da Paraíba e ex-Ministro do STM — Ernany Satyro. ONQ.

Mais de quinhentos, com destino àquele Estado.

Passamos o resto da tarde ouvindo histórias de Canudos e cuidando de ajeitar nossa bagagem, que se compunha de seis malas.

Anoitecera. Cessara a lufa-lufa de bordo. Todos dormiam.

IV

O "Pernambuco" suspendera ferros a uma hora da madrugada e tomou rumo ao norte.

Quando o dia rompeu estávamos ancorados em Cabedelo.

Tivemos lúgubre recepção.

O cais achava-se repleto de pessoas ansiosas por notícias de entes queridos que haviam seguido para Canudos.

Um procurava o filho; mulheres indagavam pelos esposos, irmãos, parentes, conhecidos etc., tendo como dolorosa resposta: morreu no combate de Monte Santo, no do morro da Favela, caiu fulminado por uma bala quando o pelotão seguia a travessia de Uauá... e assim por diante, era só o que se ouvia.

Houve muito choro, lágrimas, prantos e gritos lancinantes.

Eu acordara ainda com a embriaguez marítima para assistir espavorido o desenrolar da cena e dar ao Belisio o meu último aperto de mão...

Tomamos destino a Natal. Nesse porto embarcaram mais alguns passageiros destinados ao Amazonas.

Continuando viagem, o "Pernambuco" singrava as águas do Rio Grande do Norte em demanda aos "verdes mares bravios" cearenses.

De marcha vagarosa, cansada, quase agonizante, o velho barco seguia aos tombos sucessivos como um ébrio dominado por cachaça. Os seus porões não comportavam mais um grilo.

Além dos quinhentos e tantos soldados da polícia do Pará contava-se, ainda, com parte do 4º Batalhão de Infantaria daquele Estado e do de Manaus e muitos passageiros.

Chegamos, finalmente, ao porto de Fortaleza. Feitas as visitas protocolares, o comandante recebeu uma lista de quinhentos flagelados para o Amazonas.

Era impossível aceitá-la, não havia onde colocar essa gente, mas era também desumanidade deixá-la.

Retidos nas estalagens de Fortaleza por alguns dias, os patrões não suportavam mais o dispêndio dos sertanejos.

Recorreram aos grandes da terra, e a horda embarcou, sem ter mais lugar onde acomodá-la.

As redes armadas, duas, três, por cima das outras.

Com a chegada desse povo a bordo, surgiu logo um pé de briga.

Num recanto do porão, achavam-se armadas algumas redes pertencentes a um casal, com três mocinhas alegres, simpáticas. Um espertalhão achou de colocar a sua entre as das moças. O pai das meninas, ao ter conhecimento do caso, reagiu furioso. Saiu desaforo de parte a parte. Os vizinhos intervieram a favor do pai das moças, e o atrevido capitulou, subiu o tombadilho do navio indo ajeitar sua rede por cima do garajau das galinhas.

Numa tarde limpa, de sol ardente e estorricante, partimos de Fortaleza. Já noite avançada contemplávamos do convés, ao Oeste, uma estrela multicor, ora brilhando muito para depois se apagar e acender de novo.

Assim, passamos um bom pedaço admirando-a. Era o farol de Acaraú.

Paramos uns dez minutos em Amarração para deixar dois passageiros que iam ficar ali.

Não tocando em Tutóia e, passados uns dois dias, aportamos ao Maranhão.

A certa distância da cidade o navio ancorou. Em pouco tempo estávamos rodeados de botes e de catraias com seus balaios repletos de vendagens comestíveis, doces, camarões, frutas etc., para serem vendidas a bordo. Esses negociantes, compostos em maior número de mulheres, eram quase todos negros, poucos brancos viam-se ali.

Despachado, o navio continuou sua rota em demanda do porto de Belém.

Não se podia mais tolerar o ambiente de imundície nos porões. Entristecidos, embriagados, vomitando no fundo de redes porcas, jazia uma quarta parte dos passageiros.

Ao entardecer de certo dia, o navio moderou de marcha, quase parado, para receber o prático da Barca Farol. Estávamos na embocadura do Rio Mar.

Tomando o piloto a direção da malagueta, penetramos no anfiteatro amazônico e, já de bitáculas acesas, descortinamos o belíssimo panorama da cidade e porto de Belém.

V

À vista de termos chegado ao anoitecer, só pudemos desembarcar no outro dia.

Dormimos e, ao romper da aurora, estávamos acordados, ansiosos para nos livrar da velha e sórdida embarcação.

Fomos nos hospedar no Hotel das Duas Nações que pertencia a espanhóis e portugueses razão por que tinha esse nome.

Passamos nesse hotel todo o mês de outubro aguardando a partida do navio "Paraense", da firma Melo & Companhia, do Comércio de Belém, que havia de viajar para o alto Juruá em princípio de novembro.

Assim, tivemos ensejo de conhecer regularmente quase toda a cidade.

Assistimos à festa da igreja de Nossa Senhora de Nazaré com deslumbrantes novenas. Os festejos profanos consistiam em divertimentos vários, — carrocéis, roda-gigante, onda marinha, cosmoramas e outras diversões atrativas.

Encerrara-se a festa com procissão bem solene e grande multidão de fiéis que acompanhavam o préstito com respeito e devotamento.

Botes de tamanho natural erguidos em ombros possantes, cheios de crianças trajadas à marujo, viam-se no centro do cortejo, alegres, risonhas, de beleza angelical.

A iluminação, à noite — maravilha fascinante especialmente no largo da Pólvora.

Poucas eram as cidades do Brasil iluminadas à luz elétrica, nesse tempo.

O movimento do porto — uma coisa assombrosa.

O comércio estrangeiro focalizara-se na praça de Belém atraído pela riqueza da borracha, da castanha e outros produtos regionais do Estado.

Retidos no hotel por espaço de um mês, esperávamos a saída do "Paraense", que se destinava à foz do Tejo nos confins do rio Juruá.

Embarcamos nos primeiros dias de novembro desse ano.

O navio saiu direto para Manaus. Gastamos sete dias. Por termos largado o porto de Belém alta noite deixamos de comtemplar a belíssima e vasta Baía de Marajó.

No outro dia o navio penetrou no estreito de Breves, levando algumas horas para transpô-lo. Chegamos em Manaus sem tropeço de viagem.

A demora nesse porto foi de umas três horas e, despachado, seguimos à montante colossal do Solimões.

O "Paraense" deslocava em sua marcha oito milhas por hora.

Com dois dias de viagem, passamos na boca do Purus e ao completar cinco estávamos na foz do Juruá, isto navegando dia e noite.

Permanecemos nesse porto umas duas horas. O Solimões mede doze quilômetros de largura, ali. Os passáros de vôo curto como o tucano, o mutum, o jacu, o jacamim, o cojubim caem n'agua ao tentarem vadear o fabuloso rio. Uma pessoa na margem oposta torna-se invísivel.

Ã uma hora da tarde, as máquinas do navio puseram-se em movimento.

Deixamos o Solimões e penetramos no Juruá que se encontrava cheio de águas barrentas e com forte correnteza.

Depois de oito dias de viagem ininterruptos, navegando dia e noite, passamos à foz do Tarauacá, principal tributário do rio Juruá e a poucas horas atracamos no porto da cidade São Felipe(*) com suas quarenta ou cinqüenta habitações, na maioria casebres de palha.

Era sede de comarca e o último arruado do Estado do Amazonas.

Ali residiam o juiz de direito, promotor, tabelião e advogados.

Largamos cabo e seguimos ... indo chegar ao seringal Nova Esperança depois de nove dias de viagem forçada.

Desembarquei só. Meu irmão foi mais além. Conduzia quatro malas cheias de roupas grosseiras, muitos pares de chinelos comprados em Patos a mil réis o par, várias dúzias de facas de ponta embainhadas, adquiridas pelo preço de oitocentos réis cada uma, fabricadas nas trinta oficinas de ferreiro que existiam em Campina Grande, nesse tempo, e mais o cosmorama.

(*) Hoje, *Eirunepé* (nome mudado) à margem do rio Juruá. Estado do Amazonas. ONQ.

VI

Era preciso vender essas mercadorias e, neste caso, tornava-se preciso também ir até a boca do Tejo, ponto terminal da viagem do "Paraense". Este chegara ao seu destino gastando, ainda, onze dias de viagem. Somando todas as etapas, o "Paraense" levou quarenta dias de Belém à foz do Tejo.

Meu irmão, ao saltar ali, comprou uma canoa possante para o seu regresso a Nova Esperança, onde me havia deixado. Antes de partir, exibiu o cosmorama, o que era grátis, com a finalidade, somente, de divertir os seringueiros e concitá-los à compra das bugigangas conduzidas. Fez, na primeira exposição, regular apurado, vendendo as facas e os chinelos a dez mil réis, em troca de borracha.

Não existia dinheiro na região.

De Patos, havia saído conosco para o Amazonas um mulato esperto, divertido, improvisador de versos, chamado Miguel Arcanjo. Viajou, com meu irmão, rio abaixo, auxiliando-o na canoa até chegar a Nova Esperança.

No trajeto da viagem encostavam a canoa nos barracões à margem do rio, e os negócios eram feitos com vantagem.

Os nativos, ao verem o cosmorama e o realejo com suas belas peças musicais, ficaram bestializados, e alguns pediam que os deixassem puxar o veio da máquina.

A mercadoria escasseou em poucos dias, e os itinerantes seguiram diretos para Nova Esperança, levando um baú ainda cheio para os seringueiros desse seringal.

Chegaram no fim de dezembro.

Grande foi a alegria ao desembarcarem.

O patrão e sua gente os recebeu de mãos abertas. Meu irmão, guarda-livros e gerente, havia já três anos, era estimadíssimo, e teve, por isso, recepção formidável.

O Sr. João Marques de Oliveira, dono do seringal, bom e maneiroso, não sabia ler.

Tomando meu irmão a direção da casa, o Sr. Marques preparou-se para viajar ao Ceará e trazer dali uns quarenta homens para o serviço da borracha. Desceu no mesmo navio que nos conduzira ao Juruá, que, quando de sua baixada, encostara em Nova Esperança. Estávamos em janeiro de 98.

Em abril desse ano, aquele senhor regressou dos sertões áridos do Ceará, onde conseguiu arranjar seus quarenta e tantos homens válidos para o trabalho de seu seringal.

Trouxe uma companheira de estatura regular, bonita e simpática, alegre e jovial. Contava vinte e quatro anos e chamava-se Maria Mendes Maciel.

Era sobrinha de Antônio Conselheiro.

Eu trabalhava na venda do barracão, pesando café, açúcar, arroz e tudo mais para os seringueiros, especialmente no domingo, quando eles chegavam do centro. Desejei tirar borracha ao lado dos seringueiros. Meu irmão consentiu que fosse. Fui morar numa barraca, a duas horas de viagem, à margem de um lago imenso, bem piscoso, cheio de jacarés e suposta morada de uma grande sucuruju. Em companhia de dois seringueiros "mansos" estive dois meses, apenas. Tinham o nome de "brabos" os que chegavam ali pela primeira vez.

Acordava-se às quatro horas da manhã, para se cuidar do café e do almoço, ainda com escuro.

Cada um seguia sua estrada com machadinho de três centímetros de largura, golpeando as seringueiras e embutindo as tijelinhas de flandre abaixo do golpe. Conduzia mais a escopeta, um terçado embainhado à cinta e uma estopa atada nas quatro pontas, a tiracolo, para as caças que matava. No trabalho da estrada deparava-me sempre com o irapuru cantando. Parava para ouvi-lo. Chegava para bem perto, a fim de conhecê-lo.

Voava junto a outros, em bando, que estavam ali ouvindo a execução de sua melodiosa flauta. Nunca foi possível divulgá-lo. Têm-no como encantado. Os bruxedos de Manaus e Belém arranjam-no por intermédio de índios mansos, catimbozeiros, e vendem-no embalsamado por bom preço, destinado à sorte que o interessado deseje — negócios comerciais, jogo, conquistas amorosas.

Às dez horas estávamos na barraca. Fazia-se uma ligeira refeição para voltar novamente à estrada e juntar o látex. Chegávamos quase sempre às três da tarde. Íamos para o defumador preparar a borracha. O leite coagulava-se rápido ao ser levado à fumaça quente de boião de ferro, com formato de funil de meio metro de altura, dentro de uma casinha de palha (o defumador) adequada àquele trabalho.

Terminada a luta, íamos ao lago dar umas tarrafeadas, conseguindo trazer da pescaria bonitos curimatãs, carauassus, pacus e tucunarés.

Na margem oposta do lago moravam dois "brabos". Em um domingo, fomos visitá-los. Receberam-nos alegremente. Haviam matado dois mutuns. Estavam de festa. A panela fervia exalando cheiro agradável, tempero com pimenta e banha do Rio Grande do Sul.

Um dos companheiros de minha barraca, que era "manso", verificou as penas das aves de um lado da barraca. Não eram penas de mutum, e sim de urubu-rei. Tomamos somente uma chícara de café e voltamos à nossa residência. Os "brabos" já tinham comido o primeiro, não desperdiçaram o segundo.

Aos sábados dirigíamo-nos para o rio com o fim de arrancar, na areia das praias, ovos de tracajá, que havia em abundância nos meses de julho e agosto, e os de tartaruga, de setembro e outubro.

O passadio era excelente — muita caça, peixe, ovos; porém ganhava-se pouco. Seringal já surrado no cultivo da borracha, única indústria que se explorava na região.

* * *

Em princípio de julho, as praias de todos os afluentes do Solimões estão já descobertas. No Juruá, por exemplo, elas são extensas, medindo um quilômetro ou mais de comprimento, com largura de cinqüenta a setenta braças de areia, da beira d'água ao aceiro do mato. Nesse mês, os tracajás, pequenos quelônios, saem à distância de dez a doze ou quinze braças d'água, abrem na areia da praia um buraco semelhante a uma panelinha e botam (põem), regularmente arrumados, de vinte a trinta ovos. Cobrem-nos de areia, comprimindo-a bem, e voltam ao rio. A safra de tracajás é de julho até agosto.

A das tartarugas é diferente. Elas começam primeiro boiando pelo meio do rio, observando as praias, isto no mês de setembro.

O capitari (tartaruga macho) sai na ponta de cima da praia, chega-se beirando o aceiro do mato, percorre quase toda a praia, descrevendo um arco, que tem por corda a beira do rio. Entra n'água. A fêmea começa a sair à uma hora da manhã, visitando as praias, e ao deparar o rastro do capitari, respeitando-o, não o cruza, nem põe logo.

Depois de saírem muitas tartarugas, estabelece-se na praia o *tabuleiro;* quer dizer que elas reunidas em grande número preferiram essa praia e só saem nela. Na ocasião que estão formando o *tabuleiro* ninguém aparece ali, porque do contrário elas cismam e nenhuma sai, indo todas escolher outra praia, longe, a dois ou mais dias de viagem para cima ou para baixo do rio.

Na praia escolhida aparecem, em grande variedade, aves aquáticas, gato e cachorro do mato, onças, tudo à procura de ovos.

Vem gente de bem longe pegá-las e conduzir os ovos, não dando viagem perdida à praia.

Certa ocasião, um seringueiro, cortando a estrada que passava próxima a uma praia, notou de longe que as tartarugas haviam feito nela o seu *tabuleiro* e, àquela hora, estavam botando os ovos. Deixou o trabalho e correu a fim de

capturar as que pudesse. Começou a virar as mesmas. Para o lado que olhava, encontrava-as em quantidade. Esteve nesse divertimento de grande lucro por mais de duas horas, sem que elas o ligassem. Conseguiu virar mais de quinhentas. Seguiu para o barracão do proprietário do seringal a fim de comunicar o grande acontecimento.

O patrão comprou-as satisfeito, a cinco mil réis cada uma.

O felizardo ganhou mais de dois contos em duas horas, na brincadeira.

Com a gema do ovo, adicionando um pouco de farinha e açúcar bem mexidos, temos o arabu(*), comida excelente, deliciosa e fortificante.

Nas safras de tracajá e tartaruga, o seringueiro vive de pança cheia e confortado com os ovos que traz da praia quase todos os dias.

Uma tartaruga põe de oitenta a cento e cinqüenta ovos, conforme o tamanho.

São completamente esféricos, tendo o formato de um limão mediano.

Na época da safra, cozinha-se grande quantidade de ovos, depositando-os em balaios forrados com palha, que se penduram no fumeiro da cozinha, para se comer quatro, cinco meses depois. Têm sabor de queijo de manteiga.

Uma tartaruga pesa de quinze a vinte e cinco quilos, e sua carne é considerada como um dos melhores pratos da região amazônica.

(*) A palavra *arabu* é indígena, traduzindo exatamente o que diz o Autor. (V. — A.B. de Holanda — *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*). Também, com idêntico significado, há outra palavra de origem tupi — *mujanguê*, "iguaria feita de ovos crus de tartaruga, açúcar e farinha..." ONQ.

VII

Na sua viagem à foz do Tejo, meu irmão soube que esse rio era muito bom de leite e que nem todos os seringais dali estavam explorados.

Assim deliberou deixar Nova Esperança. Seguiu levando toda bagagem e cinco homens livres sem compromisso com o patrão, porque nada lhes deviam.

Por causa de negócios a serem resolvidos, fiquei para seguir em outro navio.

Passados vinte e tantos dias, eu já estava de bagagem pronta, senti, em certa noite, alguém bater no punho da rede para me acordar. Estava-se ouvindo o estrondo produzido pela hélice do navio. Há pouco tempo apitou, chamando canoa, para deixar correspondência, no meio do rio. Era uma hora da madrugada. Em frente ao barracão, o navio moderou de marcha.

A canoinha, rompendo, a custo de remos, a escuridão, encostou no gaiola. Um marinheiro, do porta-ló, entregava àspressas as cartas e, ao mesmo tempo, recebia minha bagagem. Tal foi o vexame(*), que não apertei a mão do companheiro que me trouxe ao barco.

Quando entrei, não achei lugar para armar a rede. Navio pequeno, com 300 passageiros de proa, todos doentes de sarampo e disenteria. A muito custo, e com o auxílio do marinheiro, que me embarcou, atei a rede a um canto.

Perguntou-me se já tinha tido sarampo. — Não sei, respondi. — O navio vai empesteado, até aqui já ficaram nos barrancos do rio sessenta e tantos. — Não levam remédio para essa gente? perguntei. — Qual remédio, amigo. Aqui não tem nada, nem médico, nem farmacêutico a quem se recorrer. Estão se acabando à míngua. Só se ouvia gemidos e gritos lancinantes, que saíam das redes infectadas.

O dia amanhecera. O navio encostou num certo porto para desembarcar dois que haviam falecido àquela noite. A imundície era pior do que a dos porões do "Pernambuco".

Chegamos, afinal, à boca do Tejo, depois de uns poucos dias de viagem cheia de tormenta. Metade dos passageiros desembarcou em braços para enfer-

(*) Sinônimo de *pressa*, no Nordeste. ONQ.

marias improvisadas que arranjaram numas barracas de palhas, desabrigadas, próximas ao barracão. Dei graças a Deus ter chegado vivo contando a história.

Silvino encontrava-se no alto Tejo, cuidando de arranjar colocação para a sua gente. Chegou depois de três dias numa canoa de tamanho regular. Carregou-a de mercadorias, e subimos nesse rio até onde se dividia em dois da mesma largura.

Por esse motivo, o seringal ali era conhecido por Duas Bocas. Gastamos seis dias nessa viagem. Entramos no rio da esquerda, chegando no seringal Belmonte, de bom leite, com metade a ser explorado.

A incoveniência que tinha eram duas malocas dos índios caxinauá e catuquina a pouca distância e ser sujeito à malária.(*)

O proprietário, João Lourenço do Nascimento, homem forte, destemido, analfabeto, indicara o mato onde tínhamos de localizar nossos oito seringueiros.

Para ali nos dirigimos e fizemos barracas quase vizinhas às dos índios.

Estes, ao nos pressentir, começaram a fazer mal-assombrados com arremedos de pássaros, entupimento de estradas que se faziam, mas sem investir diretamente.

Uns duzentos homens distribuíam-se às últimas bibocas do Tejo, considerado o melhor rio de leite da redondeza.

Um trabalhador conseguia seis, oito e até dez quilos de borracha por dia. Todos armados a rifle, conduzindo, sempre, cada um, duzentos cartuchos no bornal.

Não acabamos de abrir o mato; quando soubemos que os índios tinham atacado uma barraca de quatro seringueiros. Repelidos a bala, correram.

Não morreu ninguém.

No ponto em que estávamos, o rio bifurcava-se, um com o nome Riozinho e o outro conhecido por Manteira. Ambos muito estreitos. Havia alí três barracões e três proprietários. Em qualquer emergência difícil, socorriam uns aos outros.

Dado o incidente com os catuquinas, os três chefes de barracões reuniram-se em Belmonte para combinar o que haviam de fazer. Era preciso uma correria. Organizada esta expedição, seguiu rumo ao nascente.

Cerca de três dias de viagem, descobriram um rio de proporções regulares, desabitado. Examinaram ligeiramente para cima, para baixo. Só encontraram rastro de índios.

Como não iam preparados para exploração definitiva, voltaram alegres e satisfeitos com o precioso achado, sem terem conseguido desvendar o roçado e o barracão dos selvagens.

(*) *Caxinauás* e *catuquinas* são índios da região dos rios Juruá, Javari e Jutaí. ONQ.

VIII

A notícia do achado provocou forte celeuma em todo o rio Tejo.

O mundo em peso queria se tornar proprietário, enriquecer com o adquirir seringais no decantado rio.

Organizada a segunda expedição, partiu esta depois de um mês.

Compunha-se de vinte e cinco homens, bem municiados, levando machados para improvisarem canoas, balsas etc., e poderem, assim, enfrentar a perigosa jornada. Romperam a travessia em dois dias. O rio cobiçado, apesar de bastante largo, era raso, e suas nascentes bem distantes, ao que se calculava.

Estávamos em franco período de verão.

Trataram uns de preparar canoas, enquanto outros desciam e subiam a pé o rio para fazer reconhecimentos.

Quando andaram duas horas, depararam-se com uma posse, velho rancho de palha e as forquilhas com sinal de corte de machado.

Entristeceram-se. Aqueles vestígios já eram obra do cearense audacioso e conquistador que havia pisado ali.

Firmara seu domínio e correra às pressas, aterrorizado com o gentio. Ao chegar ao lugar onde os outros ficaram construindo o arremedo de canoas, acabrunhados, narraram o resultado de suas infrutíferas pesquisas.

Regressaram tristes aos barracões, e foram surpreendidos com uma notícia desoladora: João Batista, proprietário do seringal São Francisco, próximo aos nossos, à frente de oito homens, teve a ousadia de perseguir os catuquinas. Localizou-os e travou luta com os mesmos. Viu-se forçado a recuar com seus companheiros e, ao transpor um igarapé, caiu varado por flecha mortífera. Enquanto o sepultavam na areia do riacho, faziam disparos à toa para afugentar o inimigo.

Nas correrias o pessoal não se dispersa. Marcha em fileira.

O índio astucioso prepara-lhe, no regresso, várias emboscadas.

Costuma jogar a flecha sempre no guia ou no do coice. Só tange uma, quer acerte ou não, e desaparece ligeiro, imperceptível.

João Batista, como chefe e muito corajoso, tomou a frente guiando seus companheiros, e, por isto, foi escolhido e alvejado pelos ferozes catuquinas.

Após o enterro do cadáver, correram espavoridos para o barracão São Francisco, gastando, ainda, três dias na viagem, arrependidos de se terem envolvido em tão desastrada empresa.

Com o insucesso da segunda expedição, foi organizada mais uma terceira, composta de seis homens, para ir de rio abaixo até encontrar gente.

Ajeitaram uma balsa, tocaram de rio abaixo, indo achar as primeiras moradas a três dias de viagem.

Os dali ficaram pasmados ao ver esses homens chegados das bandas de cima.

Aí foi quando souberam que o rio em apreço era o Tarauacá.

Apesar de estar quase todo explorado, não havia quem se atrevesse a firmar residência dali pra cima.

Voltaram aos seringais do Tejo, obtendo notícias, certo de haverem desvendado o mistério.

Quando construímos nossas barracas, nos confins do rio Manteiga, o matintaperera rodeou-as por espaço de muito tempo, cantando sem parar, dia e noite.(*)

Muitas vezes saíamos a persegui-lo sem resultado, pois, quando nos aproximávamos a ponto de vê-lo, seu canto deslocava-se num minuto para o lado oposto a regular distância. É considerado ave agourenta, fatal. Em toda barraca construída de novo, rodeia-a por três ou quatro dias, cantando sem parar, de cinco em cinco minutos.

Passados esses dias, desaparece. Durante os dias que cantava em redor à barraca, despregou-se, em hora de chuva, uma faísca, com forte estampido, não atingindo ninguém, felizmente. Estávamos jantando um mutum quase aferventado, e era sextafeira. No domingo fomos ao barracão e, observando a folhinha do ano, verificamos que nosso repasto havia sido numa Sexta-Feira da Paixão, tendo nós, pois, perdido a noção do tempo.

Apesar dos perigos enfrentados, conseguimos trabalhar todo o ano de 99 ali sem grandes conseqüências. Apenas presenciamos um forte movimento sísmico, que durou uns quatro segundos com tremos de terra e prolongado gemido, atemorizando os habitantes de todo o rio.

(*) Ver, páginas adiante de "Anotações", a referência ao mito amazônico do *matintaperera*. ONQ.

IX

Corria o ano de 1900.

Liquidando meu irmão os seus negócios, descemos de canoa no mês de janeiro para a foz do rio Mu(*). Ao passarmos na boca do Moa, aluente do Juruá, encostamos no barracão dali para fazermos umas compras.

Cerca de dois ou três anos depois fora inaugurada nesse lugar a cidade de Cruzeiro do Sul, cabeça de comarca do alto Juruá e seus afluentes.

Gastamos do alto Tejo ao rio Mu quinze dias. Ao anoitecer, encostava-se a canoa numa barraca ou barracão para dormir. A comida era feita no porão da canoa, em caixão cheio de terra, onde se colocava fogo sob umas trempres

Chegados ao rio Mu, aí fiquei para ir morar em companhia de um primo, João Cabral, gerente de seringal no mesmo rio Mu.

O mano viajou de Juruá abaixo mais doze dias. Chegara à foz do rio Tarauacá. Subiu nesse rio trinta e cinco dias, em canoa.

Afinal chegou ao seu destino com as mãos corroídas pelo varejão e a caparrosa das águas do rio.

Foi comprar um seringal. As propriedades ali eram de pouco valor por ser região doentia, contando ainda com as tribus caxinauá e catuquina, em número considerável.

Meu primo João Cabral procurou colocar-me como "caixeiro-vassoura" de seu patrão ali, na foz do rio Mu.

Era um velho de sessenta anos, violento, enraivecido por qualquer futilidade.

Fora capitão do Exército e renunciara à farda para se entregar à cultura da borracha. Estava ali há muito tempo. Enriqueceu, sendo proprietário de quase todo rio Mu.

Recebeu-me alegre. Desempenhava meu emprego de ponto e vírgula para não ser admoestado.

(*) Este rio Mu é também o rio da Liberdade, ambas as denominações citadas pelo Autor. ONQ.

Em ajuste de conta com um seringueiro estúpido de nome Raimundo Moreira, que o agrediu e o forçou a emitir-lhe uma letra de cinco contos por não se conformar com os preços de mercadorias faturadas, mandou matá-lo e, por causa de uma melancia, tirada na praia sem a devida ordem, matou outro.

Brigava muito com a mulher. Numa Sexta-Feira da Paixão, surrou-a por três vezes a espadim. A mulher criava muita galinha, e estas danaram-se a gritar nesse dia. O velho avorreceu-se e mandou um sujeito espingardeá-las. Quando esse indivíduo já tinha morto umas quinze, a velha partiu irada para tomar a espingarda, e nisso o velho gritou: Passe fogo nesse diabo...

O rapaz não obedeceu à ordem, nem era doido para isso. O velho mandou juntar as galinhas e jogá-las no rio.

Não deixou ninguém as aproveitar. Era casado pela segunda vez, e do primeiro matrimônio tinha uma filha, moça boa e bonita, que adorava. Um seringueiro ousado raptou-a.

Saíram ambos à uma hora da manhã em montaria veloz (pequena canoa), protegidos e envoltos por um plenilúnio fascinante, de encantar, de rio abaixo, descendo, descendo sempre... Iam às pressas à procura de um lar amigo que os acolhesse.

Não havia um padre, um juiz que resolvesse em definitivo a situação.

São Felipe, onde havia autoridade, estava a dez dias do rio abaixo. Temeram ser perseguidos. Não lhes saíam da mente as explosões do velho, quando sentisse a ausência da filhade estimação ao amanhecer do dia.

Notada a falta de Loló bem cedo, o velho esturrou, gingou para um lado e para o outro, furioso, brutal. Quis ir atrás dos foragidos, mas, afinal, o guarda-licros e outras pessoas contiveram-no. — Não havia mais o que fazer, o jeito era casarem-se, e se casaram mesmo.

Aturei-o pouco. Fui morar com meu primo dentro do rio Mu.

Ali passei os anos de 1900 e 1901, sem colher notícia de meu irmão Silvino.

Ganhei três contos de réis. Em fevereiro de 1902 recebi uma carta desse mano, comunicando haver comprado um seringal no alto Tarauacá, supondo-se bom de leite, porém de muito índio e sazonado.

Adiantou mais que comprasse uma conoa possante e arranjasse alguns rapazes e fosse.

X

Acertei minhas contas com o primo.

Comprei um batelão de três mil quilos de carga por um conto e oitocentos.

Arranjei três homens para irem comigo e o rancho da viagem.

Largamos de rio Mu abaixo e, chegando à sua foz, demoramos para nos despedir do Sr. Francisco Freire de Carvalho, e ex-Capitão do Exército do qual nos referimos atrás. Estava de bom humor, recebeu-nos alegre, satisfeito.

Perguntou-me se tinha dinheiro para a viagem. Respondi que os três contos que ganhara havia empregado na compra da canoa e outras despesas.

Ordenou que o guarda-livros fizesse uma carta de ordem para o dono do seringal da foz do Tarauacá autorizando-o a fornecer-me o que precisasse. Ajeitamos a canoa com tolda de palha contendo toda nossa bagagem.

Dormimos. Pelas dez horas caiu chuva torrencial que se prolongou ao dia amanhecer. Fomos ao porto, a canoa estava submersa vendo-se apenas de fora os bicos de proa e de popa. — Tudo molhado e perdido. A embarcação não foi embora por estar amarrada com inquebrável corrente. O Sr. Carvalho nos forneceu víveres mais ou menos suficientes para a jornada. Seguimos e a poucas horas estávamos em Nova Esperança. Tive com meus condutícios fidalga acolhida. Ali já havia passado no ano de 98. Tinha amizades bem radicadas com todos da casa. — Recebi de Maria Mendes Maciel e do esposo um abraço de quebrar costelas. Parabenizei-os. Não eram mais amancebados. Passara ali um padre verdadeiro e casara a sobrinha de Antônio Conselheiro com João Marques.

Dizemos assim para distinguir o ministro de Deus de um embusteiro que andara pela região casando gente.

Vindo não se sabe de onde, vestido de batina, de tonsura aberta e munido de pertences ao sacerdote, desceu o rio celebrando missas, casando, batizando e confessando. Enriquecera. Não era conhecido no rio. Noutro lugar, bem longe, fora identificado. — Escafedeu-se...

Demorei o resto do dia para enxugar a roupa úmida, quase molhada. O rancho foi reconfortado com alguma coisa mais.

Às cinco horas descemos — íamos entrar pela noite, aproveitar um pedaço do luar.

Já havia decorrido onze dias de navegação. O rio cheio, espumante, conduzindo balseiros, furioso, coleava por entre a mata verde-escuro, gigante, destruindo barreiras, carregando tudo.

Ao pôr do sol, encostamos em um barracão para nos certificar da distância de São Felipe. Se navegarem até às nove horas, amanhã cedo estarão lá — responderam-nos. A lua achava-se a pino.

Precisávamos adiantar viagem. Entramos pela noite. — Às dez horas procuramos encostar para dormir. Tangia-se a canoa para a margem em direção a um local supondo ser porto. Enganamo-nos. Era uma árvore frondosa. Nessa peleja a lua se pôs, o tempo escureceu e nublou-se. Começou a chuva. Enquanto uns remavam, outros esgotavam a canoa. A tormenta foi ao dia amanhecer. Ficamos regelados. Tiramos a roupa, não se tolerava o frio.

Tínhamos que passar por muitos barracões.

Dia claro, era preciso vesti-la toda molhada.

Graças a Deus avistamos São Felipe. Eram dez horas. — Saltamos para fazer novo rancho e enxugar a bagagem. Adquirimos mantimento em troco de uns trinta quilos de borracha que conduzimos. À tardinha, descemos para foz do Tarauacá, distante treze voltas de São Felipe, a aguardar transporte. Chegados ali, fui entregar a carta de ordem ao proprietário do seringal.

Este havia seguido para o Ceará. O gerente nada resolveu. — Pedi que ao menos arranjasse barraca para nos abrigar. Era impossível, disse. Todas do pátio ocupadas por caucheros peruanos, que chegaram das cabeceiras do rio Gregório, afluente do Juruá e aguardavam navio que os conduzisse a Iquitos (Peru).

Além de umas seis barracas cheias, viam-se mais de trinta cobertas de lona apinhadas de homens, mulheres, crianças.

À frente do barracão, no Juruá, via-se também um navio velho sem mastro, sem máquina e sem gente, flutuando ancorado. Fora antes vaso de guerra peruano, e depois de imprestável o adquiriram para servir de pontão.

Estava ali ancorado há um mês, aguardando a chegada de outros caucheiros e um rebocador que o conduzisse também a Iquitos. Como não havia cômodo em terra, o gerente disse que podíamos nos hospedar naquele barco.

Não tivemos mais conversa, tangemos a canoa pra lá. Os portalós do vaso estavam lacrados e tivemos de subir por uma escada de cabo de quatro metros de comprido bandeando-se para um lado e outro. Compunha-se de três salões de doze metros de extensão cada um, com toldo mais aberto, dos lados.

Encontramos no convés do salão de proa um monte de conservas, manteiga, sardinha, camarão, lombo de porco, em latas enferrujadas. — Mais adiante

outro de feijoada do Rio Grande do Sul e doces. Abrimos uma lata de feijoada e outras de sardinha. O conteúdo estava perfeito. Ajeitado o fogo, esquentamo-las.

No salão de ré havia uma escotilha sem lastro e junto via-se uma mesa. Feito o café, levamos os pratos a esta já iluminada com lamparina de querosene. Depois de satisfazer o estômago, ficamos um instante em palestra. — Íamos gozar um pouco durante dias naquela fagueira hospedagem.

Um companheiro sentou-se à cabeceira da mesa e ao levantar-se o primeiro passo a dar foi na escotilha aberta.

A queda fora desastrada. Que fatalidade!

Desarticulou um pé, apenas, felizmente.

Só não morreu porque o porão tinha dois palmos d'água de altura. Não havendo escada, tiramo-lo, a bem custo, com auxílio de cordas.

Armamos as redes junto uma das outras.

No dia seguinte, estivemos no porão de proa. Estava cheio de tabaco peruano. — Indo ao barracão soubemos que as mercadorias em apreço pertenciam a uma companhia de seguros, salvas de um gaiola que naufragara a poucas voltas do rio, e, por se acharem deterioradas e não ter onde guardá-las, colocaram no convés desse barco.

Apareceu-nos depois a bordo um seringueiro e contou-nos que não havia quem quisesse dormir ali porque o navio fora de guerra tendo morrido nele muita gente, sendo mal-assombrado.

Passamos retidos a bordo oito dias aguardando qualquer transporte para Tarauacá. Forramos logo nossos baús de tabaco protegido pela roupa.

Não se tratava de furto, a mercadoria em ruína pertencia ao seguro de Companhia rica, portanto, aquilo era uma ninharia para ela.

Era de todos, ninguém aparecia ali para fiscalizá-la. E se existia alma do outro mundo a bordo, não nos festejou. Não tinha mais o que nos mostrar.

Estávamos senhores da botija — doces, camarões, sardinha, manteiga, feijoada do Rio Grande do Sul e tabaco para fumar.

XI

Certa madrugada, acordamos ouvindo o barulho de navio que subia. Desarmamos as redes e ficamos de prontidão. Apitou ao defrontar o barracão para deixar correspondência.

Tomamos às pressas o batelãozinho e nos dirigimos chovendo, no escuro, para o mesmo. Certificamo-nos que ia de viagem para o alto Tarauacá.

Falei passagem ao comandante que recusou terminantemente a cedê-la.

Fiz tudo, não houve jeito. Mostrei a carta de ordem que trouxera ao proprietário do seringal dali. Não a considerou. Tenha paciência, comandante, eu preciso ir, seja como for, aqui é que não posso ficar, disse.

O relógio de bordo marcava duas horas da manhã. Estávamos todos molhados. Aleguei ainda que meu irmão era seringueiro abastado e logo que lá chegássemos ele pagaria as despesas. Não o convencemos.

Providencialmente surgiu nessa hora um caixeiro viajante de Belém.

Leu a carta e disse: — pode embarcar por minha conta. Isso é um documento forte, vale em toda parte.

Amarramos a canoa na popa do navio e embarcamos...

Amanhecemos o dia no seringal Macucau, lugar aprazível com algumas barracas e uma igrejinha coberta de folha de zinco.

O navio (Castilho) prosseguiu, passou à foz do rio Invira e a oito dias de viagem atracou na foz do Muru.

Deixando esse porto continuou pelo Tarauacá acima, andando somente com o dia. O rio ia-se, aos poucos, estreitando e difícil à navegação.

No sexto dia encalhou na praia.

Passamos três dias esperando água.

A notícia do incidente ecoou de rio acima. Meu irmão ao saber veio ao nosso encontro. Trouxe um pouco de borracha e pagou as despesas ao comandante.

Ajeitado o batelão, tocamo-lo a varejão de rio acima. Chegamos a Redenção, seringal do mano, com mais seis dias de viagem puxada.

Havia ali quarenta e cinco homens para abrir o mato. Seringal novo, ainda quase bruto.

Encontramos o povo desprevenido de fumo ajeitando cigarros de folhas do mao para curtir o vício. Quando abrimos as malas, viram os pedaços de cordas trazidos do porão do velho barco peruano amigo. Só faltaram perder o juízo de alegres.

Vimos um arsenal de guerra.

Todos armados a rifles e regularmente municiados. Havia ali grande perigo de vida. A quinze minutos de viagem acharam roçado, bem grande, em abandono, mas continha bananeiras, mamoeiros e cana-de-açúcar.

Pertencia aos Caxinauás que, pressentindo os civilizados firmarem domínio nas margens do rio, mudaram-se para bem longe no centro da mata.

Ora por outra vinham ali se abastecer, sorrateiros, invisíveis. Os seringueiros traziam, algumas vezes, frutos desse roçado. Para todo lado que se rumava, vinham-se nítidos vestígios desses caboclos, mas sem se deparar com eles.

Experientes, matreiros, só deixavam os rastros nas passagens dos igarapés.

Na margem oposta, os seringais eram ainda inexplorados, apesar de várias tentativas dos proprietários.

A dez horas de viagem, estavam os Catuquinas, tribo numerosa e valente. O seringueiro não conseguia se firmar ali, sendo perseguido e sujeito a constantes emboscadas.

O selvagem oculta-se próximo à beira da estrada, imita o canto do nambu quando o seringueiro vem. Este, ao procurar divulgar a caça, é alvejado por flecha certeira e cai estorcendo-se na agonia da morte. O inimigo foge ligeiro, desaparece, imperceptível.

Ocasiões há em que conduz o rifle da vítima. Por esta razão os seringais da outra margem estavam abandonados.

Ninguém se atrevia habitá-los.

A tribo de Redenção (Caxinauá) não era tão perversa. No começo, limitava-se a tapar algumas de nossas estradas sem deixar os sinais da morte, caça varada por flechas nos caminhos e outros avisos temerários.

Valemo-nos de São Sebastião.

Prometeu meu irmão rezar umas novenas em todos os janeiros dali por diante. O fato é que trabalhamos todo ano de mil novecentos e três sem qualquer acidente.

Conseguimos extrair dezesseis mil quilos de borracha nesse ano. Posteriormente, fez-se uma igrejinha para o santo milagroso e daí por diante as novenas

eram rezadas com a solenidade que podíamos dar às mesmas, com devoção e respeito.

Depois do bendito, eram dadas cerradas descargas de rifle.

Enquanto noutros seringais surgiam vez por outra notícias desastrosas — ataques, ferimentos, morte de seringueiros — Redenção vivia em paz e sem graves acontecimentos.

XII

Com a notícia das vantagens de Redenção, o povoamento se intensificou de rio acima, por toda parte. O cearense atrevido assenhoreou-se até às cabeceiras. Alguns deixaram a vida naqueles confins de mundo em troca de umas quinze ou vinte curvas do rio já transformado em igarapé. Pouco importava que morressem, outros lhes iriam suceder. Era preciso engrandecer, dilatar a superfície da Pátria e assim evitar que o peruano surgisse pela divisão das águas no Urubamba e se apossasse primeiro. Por isso morria um e chegavam cinco para o substituir.

Para aumento de revezes estourara no rio Acre a luta do seringueiro com a Bolívia, encabeçada por Plácido de Castro. (1) O governo cruzou os braços sem o menor auxílio, sem enviar pelo menos um paneiro de farinha e uma saca de açúcar para a chibé daquela gente.

As praças de Manaus e de Belém, que tinham seus capitais espalhados naquele rio, viram-se forçadas a socorrer e ajudar, clandestinamente, com munição de boca e guerra o seringueiro que, num ímpeto de rebeldia cívica, insurgira-se não consentindo o estrangeiro tomar pé em suas terras.

A luta agravara-se de mais a mais com tendência a periclitar a situação dos brasileiros ou melhor dos cearenses.

Plácido de Castro vendo as coisas um pouco turvas enviou ao Tarauacá um emissário com poderes de requisitar forças dando patente de capitão para os donos de seringal que conduzissem pelo menos vinte homens.

Todo o rio acelerou-se, todo mundo queria ir.

Meu irmão e outros proprietários trataram de organizar elementos combatentes para seguirem à linha de frente.

Íamos sair quando chegou um outro emissário para comunicar que as hostilidades haviam cessado com a rendição incondicional dos bolivianos.

Fato curioso é que, naquela época, segundo ouvi dizer — não tenho certeza —, esteve também por lá o "colega" Getúlio Vargas (colega na idade e na espingarda) incorporado às forças do coronel Antonio Olimpio da Silveira, veterano da guerra de Canudos, de Antônio Conselheiro, na Bahia. Entretanto os batalhões do coronel não tomaram parte na ativa durante os combates da revo-

lução acreana. Ele, o coronel, lá esteve, de fato, mas para garantir a ordem e as fronteiras. (2)

(Justifico chamar Getúlio Vargas de "colega", porque também estive incorporado a um batalhão de seringueiros, no rio Tarauacá, quando chegaram notícias da rendição dos bolivianos a 24 de janeiro de 1903.)

Terminada a guerra, os combatentes proclamaram a independência do rio em República Acreana. Adotaram um pavilhão como símbolo da Pátria e outras coisas mais.

Posteriormente, foi o litígio resolvido a favor do Brasil pela sábia diplomacia do Barão do Rio Branco.

O Governo Federal constituía-se senhor das terras em questão, que dali por diante nem eram República Acreana nem tampouco pertenciam mais ao Estado do Amazonas, e sim ao Brasil. O grande Estado protestou o ato do Governo Federal e constituiu Ruy Barbosa, como advogado. Este abandonou a questão pouco depois.

Ficou criado o Território do Acre com jurisdição própria, independente, abrangendo o Alto Purus, o Juruá e seus tributários com área de cento e noventa e dois mil quilômetros quadrados, conforme dados geodésicos feitos posteriormente, delimitado pro uma reta que partia do rio Abunã, afluente do rio Madeira, às cabeceiras do Javary. Foram criados os Departamentos do Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Neste último foi inaugurada, na foz do rio Moa, a cidade do Cruzeiro do Sul, tendo como Prefeito o General Gregório Thaumaturgo de Azevêdo, que nomeou os tenentes do Exército, Guapindaia, delegado do Juruá, e Luiz Sombra, (4) do Tarauacá, com atribuições de resolverem todos os problemas atinentes ao policiamento e negócios dos rios.

Em todos os seringais encontrava-se uma autoridade investida de poderes — o Inspetor de Quarteirão.

Coube a mim, em Redenção, esse belo emprego. Todas as brigas e encrencas, que surgiam, eram resolvidas pelo Inspetor que, depois, dava conta ao "tenente" dos ocorridos em sua circunscrição.

Desempenhei o cargo por espaço de um mês, passando o exercício a outro.

O Sombra pintou horrores — prisões violentas, humilhações —, causando vexames aos tímidos. Muitos, ao ter notícia de que ele vinha pelo rio, fugiam para o mato. Viajava o delegado em batelão com três soldados apenas.

Quando voltava do alto do rio, conduzia dez, doze criminosos para Cruzeiro do Sul.

Andava à paisana. Passando, certa vez, no porto da barraca de um seringueiro, onde o rio era entupido de paus e a custo a canoa passava, desviando-os, o Sombra ralhou áspero com o mesmo por não conservar o rio limpo nesse local.

O seringueiro respondeu-lhe que não era fiscal de rio. Pouco estava se incomodando com o seu entupimento. — Você sabe com quem está falando? Não, porque nesse rio está andando muito vagabundo, respondeu o seringueiro.

O tenente não deu palavra, tocou de rio acima. No primeiro barracão que encostou deu ordem ao Inspetor de Quarteirão para prender o sujeito. Na volta, quero-o preso, disse. O Inspetor foi sozinho à casa do revoltoso conversar sobre o assunto. Este declarou que não se submetia a ninguém.

Mas você desobedeceu à autoridade, aquele senhor é o tenente Luiz Sombra, falou o Inspetor! Não o reconheço como tal, passou aqui um indivíduo sem farda agredindo-me, por isso reagi e reajo tantos apareçam, respondeu o seringueiro.

Quando o Sombra chegou, perguntou ao Inspetor: Cadê o homem?

Está na barraca e não obedece a ninguém, respondeu. Disse que V. Sª não estava fardado e o dono da casa era ele.

O tenente vestiu o *dolman* desceu com seus três homens. Chegando à barraca encontrou a mulher daquele valentão chorando.

Daí a pouco o seringueiro saiu do mato armado até os dentes, dizendo: — Agora reconheço que estou diante de autoridade. Baixou a boca do rifle e entregou-se à prisão.

O seringueiro conhecia disciplina militar, havia sido soldado na campanha federalista do Rio Grande do Sul.

O tenente Sombra viu que aquele sujeito era de muita fibra.

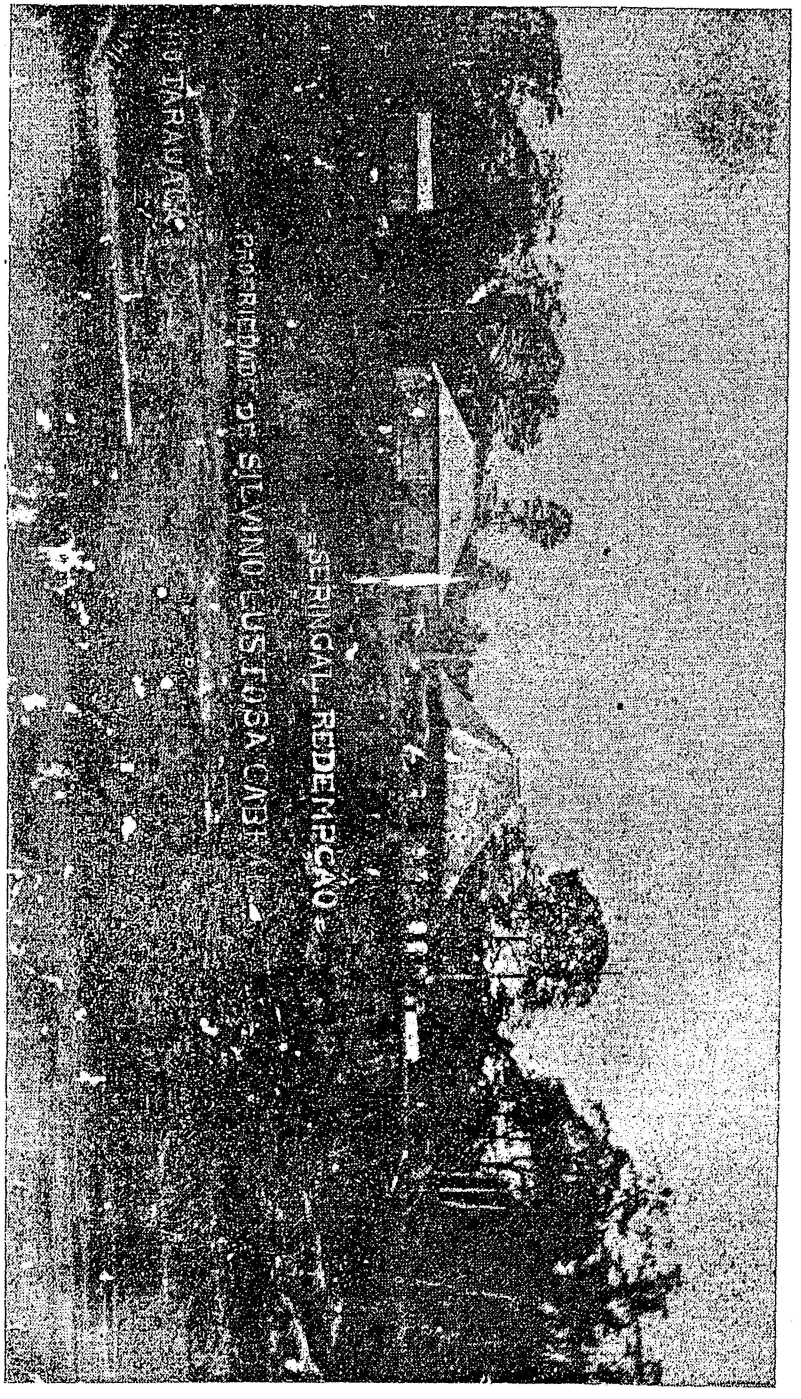
Relaxou a prisão.

Nesse tempo esteve em Redenção o padre Antônio Fernandes. (5) Benzeu a igrejinha e celebrou missa.

Convidou-me, antes, para ajudá-lo, respondi que não sabia. O sacerdote oficiou sem o sacristão...Não me envergonhei, pois, das cinqüenta e tantas almas que se achavam ali presentes, não se tirava uma que desempenhasse a missão. Não ouve batizado, confissão nem casamento. Ali não existia mulher, elemento esse indispensável em toda parte.

Era tio do general Juarez e do atual deputado Fernandes Távora, do Ceará.

Todo dinheiro que ganhava era para educar os sobrinhos. Falava bem a língua do gentio.



Velha fotografia do "Seringal Redenção" no Alto-Tarauacá, (Amazonas) pertencente a Silvino Lustosa Cabral, onde o Autor deste livro, seu irmão, passou longos anos.

XIII

Estávamos em Redenção mal alimentados.

Lugar que tem índio não há caça, ele devora tudo.

Raramente abatia-se um porco, anta ou mutum. Muitas vezes nos alegrávamos ao encontrar nos paus altíssimos um guariba, coatá ou barrigudo. Cortava-se logo a palma da mão da caça para saber se estava gorda, enxuta pelo menos. Tirava-se o couro levando-a à panela, temperada com pimenta do reino e banha, quando havia.

Passava-se necessidade, fome, pela falta de caças e peixes naquele rio.

O seringueiro chega sempre do trabalho da estrada fatigado sem encontrar o que comer.

Prepara logo chibé, alimentação rápida feita com um pouco de farinha, açúcar e água bem mexidos. Estava pronto o lanche para enganar o estômago.

Toma em seguida uma chícara de café e deixa a panela com feijão ou carne e vai colher o leite.

Volta à barraca de duas horas da tarde em diante.

* * *

Escassearam no barracão os gêneros de primeira necessidade — farinha, feijão, açúcar, etc.

Quando cheguei ao Tarauacá com os três companheiros do rio Mu não cortei seringa, havia outros problemas de necessidade a resolver. O mano determinou que fôssemos preparar um roçado. Fizemo-lo bem a custo, com mandioca, milho, cana e banana. Providencialmente andou por ali um carpinteiro e preparou um engenho com três moendas de madeira em posição vertical com manjarras e também um aviamento para farinha.

Nos dias de segunda e terça, preparava-se farinha; quarta e quinta colhia-se o feijão, que, secado, era batido. A sexta e sábado eram reservados à moagem, conseguindo-se de cem a cento e vinte quilos de rapadura.

No domingo, chegavam do centro os quarenta e cinco homens. O que se havia produzido na semana era distribuído com todos eles. Voltavam às suas

barracas e nós continuávamos na semana seguinte no mesmo rojão, contanto que o seringueiro não suspendesse o trabalho por falta de comestíveis.

Estivemos nessa luta de julho a novembro. Eram quatro maquinazinhas de carne e osso em movimento contínuo.

Nessa época, os navios de Belém e de Manaus viajaram para o Tarauacá sem conduzirem sal. Ou por isso ou por aquilo os armazéns do comércio dessas praças estavam desfalcados na mercadoria, de modo que os navios subiam sem a levar.

Fomos nos arranjando com o que sobrara do outro ano, o que afinal acabou-se em pouco tempo em todo o rio.

Agüentamos cinco meses privados desse alimento, sem ter para onde apelar.

Comiam-se a carne e peixe assados, porque cozidos eram intoleráveis.

Quando o sal apareceu naquelas praças já era tarde. Os rios haviam secado, sendo os transportes feitos em lanchas de pouco calado, e estas mesmas não conseguiam chegar ao alto dos rios. Por isso, passamos essa temporada comendo insosso como o selvagem.

Eu, meu irmão e três rapazes descemos à foz do Muru atrás de mercadorias.

Na metade da viagem, tinha que voltar um com qualquer mantimento para socorrer o pessoal de Redenção, que se achava desprevenido de tudo, contando, apenas, com munição de armas e outros diminutos recursos. Era isso no seringal América, que dispunha de um bom sortimento de mercadoria exposta à venda.

Ali arranjou-se uma canoa possante e fui eu escalado para voltar. À tarde, carregamo-la com seis paneiros de farinha, banha, querosene, arroz, balas, uns quatrocentos quilos de carga ao todo.

Pela manhã, os companheiros desciam para a boca do Muru, enquanto eu subia só tangendo a canoa a varejão em busca de Redenção. Ao meio dia, encostei a canoa, e debaixo de uma sombra amiga fiz o fogo, esquentei uma lata de sardinha e comi. Feita a refeição, segui viagem. Às cinco horas da tarde, deparei um roçado tendo no centro uma barraca. Notei que estava deserta, não havia fumaça nem gente. Passei ao largo a fim de ver se conseguia outra morada perto. Não fiquei ali temendo dormir só. Quando transpus duas voltas, o sol desaparecia no ocaso. Escureceu. Não tinha mais o que tentar nem pra cima nem pra baixo. O rio entulhado de paus corria perigo de naufrágio.

Encostei a canoa à margem, amarrei-a e subi a barreira de dois metros de altura com saco e rifle, agarrando-me nas raízes de árvores encontradas ali junto.

Armei a rede e o mosquiteiro.

Sentei-me na mesma. Começou uma chuvinha, que parou logo.

Com o rifle atravessado sobre as coxas pus-me a rezar. Tive receio de onça ou outra fera qualquer aparecer-me.

Ainda bem não terminava a reza, ouvi perfeitamente o som da fala de gente a umas trinta braças distantes sem compreender eu uma só palavra.

Notei a conversa de duas pessoas e o diálogo prolongou-se por muito tempo, mais de duas horas. Fiquei imóvel sentado com a arma de prontidão. Só pude conciliar o sono quando elas se calaram.

Deitei-me na rede com o rifle ao lado. O enfado era grande, tirei o resto da noite de um sono.

Acordei ouvindo o canto do galo de campina. O dia vinha clareando.

Levantei-me, corri às pressas para a barranca e vi a canoa em paz.

Desarmei a rede e viajei de rio acima, indo encontrar moradas pelas oito horas do dia.

Conversando sobre o local da dormida, informaram-me não residir ninguém ali e que a única morada naquele trecho de rio era a que eu divisara às cinco horas da tarde.

Tomei um café e continuei a viagem, tendo cuidado de não mais dormir só na mata bruta.

Levei cinco dias do seringal América para o de Redenção. Cheguei à tardinha e, antes de saltar, o porto estava cheio de gente ansiosa por minha chegada, pois, ali faltava tudo.

Vinha com as mãos retalhadas pelo esforço de tanger a canoa a varejão.

XIV

Como dissemos noutra parte, a dez horas calculadamente de viagem, na margem oposta do rio, de frente ao seringal Redenção, moravam os catuquinas.

Atacaram uma barraca de seringueiro do lugar Primavera, próximo do nosso.

Mataram três pessoas e roubaram o que haviam encontrado.

De pronto, foi organizada uma correria.

Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Compunha-se de vinte homens com trezentos cartuchos Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com as maloca depois de terem andado quase três dias. Roçado enorme, cheio de lavoura, num planalto, e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos, tendo duas portas, coberto de palha, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que descortinava grande parte do roçado.

Tomaram chegada às seis da tarde, hora em que o selvagem costuma estar em casa reunido. Dormiram a certa distância do aceiro. Às Cinco da manhã, avançaram formando cerrado tiroteio.

Aos gritos alarmantes, saíam os índios correndo por uma porta e outra e, nesse momento, os tiros certeiros dos atacantes punha-os por terra.

A mortandade foi grande, mas escafederam-se muitos.

Aproximando-se do barracão conseguiram prender uns quinze colomis(*) de oito a dez anos. Os novinhos deixaram. Voltaram conduzindo macaco, papagaio, arara, mutum, jacamin, arcos, flechas, maqueiras, etc.

Cada um que trouxesse uma novidade.

Muitos, ao se pôr em contato com essas coisas, vomitavam e as deixavam pelo mato, tal era o almisque.

No regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os à toa, perdidos. Outros praticavam selvageria destampando a cabeça dos inocentes com balas.

(*) Colomis, colomins ou curumis. A palavra originária do tupi: *kuru'mi* = menino (A. B. Holanda — *in* Dic. da L. Portuguesa).

Assim a maloca inteira deslocou-se para lugares distantes sem mais voltar a massacrar os trabalhadores dos seringais dali.

* * *

Apesar das amarguras quotidianas, tínhamos também algumas horas de alegria. Em noites de São João reunia-se o pessoal no barracão. Todos os seringueiros procuravam trazer nesse dia uma caça para o repasto da festa. Uns cuidavam da comida, outros preparavam o café torrado enquanto alguns se empregavam no preparo da fogueira.

À noite, improvisavam-se danças animadas — *schots*, valsas, polcas, quadrilhas, polacas, até o dia amanhecer. (**)

Alguns traziam uma carapuça de pano à cabeça para se destinguirem como damas. Bebia-se a cântaros com cerrados tiroteios ao pé da fogueira.

Bem cedo iam todos ao banho no rio, que era bem raso.

Nesse dia, pela manhã, a água é considerada benta, e por isso o banho é indispensável.

Santa Izabel passara a noite inteira embalando o filho amado que ainda dorme e não acorda ao estrugir dos rifles e da algazarra dos seringueiros.

Ao voltar do banho, cuidam de se arrumar e seguem para suas barracas.

De uma feita, passamos o São João num seringal bem distante do nosso.

Fomos, por ser a festa grandemente concorrida. Havia nesta numa novidade séria — a presença de quatro mulheres.

Descemos de rio abaixo e penetramos num igarapé que ia ter a um lago de águas tranqüilas e de amplitude magnífica, à margem do qual achava-se a barraca da festa.

Ao nos avistar de longe, saudaram-nos com fortes descargas de rifle, ao que em cortesia agradecemos detonando as nossas armas.

O soalho da dança fora feito de paxiúba (palmeira) de plano irregular, côncavo-convexo, como telhado de casas.

Dançavam quatro mulheres bem maduras na idade e três em estado interessante muito adiantado.

Sustentaram o baile até o dia amanhecer...

(**) Schots, a que se refere o Autor é uma alteração da palavra alemã *schottisch*, traduzindo a dança de salão, possivelmente vinda da Hungria. (Apud A. B. de Holanda) abrasileirada hoje em *xote*.

Por sua vez, a *polca* veio da Boêmia, na Tcheco-Eslováquia, e a *polaca* da Polônia.

Segundo A. B. Holanda, regia-se a *polca* em compasso binário que a *polaca*, tinha "andamento moderado e de caráter pomposo". Com a valsa vienense, dominavam o gosto e as festas do fim do Século IXI até a I Guerra Mundial, popularizando-se muito no Brasil. ONQ.

Constituía também diversão interessante o judas.

Na sexta-feira da Semana Santa, prepara-se o intruso vestido de roupas velhas, modelando-o com os detalhes precisos.

Bem cedo é colocado em balsa, quase sempre de bananeira, e sobe-se com ele até a primeira volta de rio.

Larga-se no meio d'água e volta-se ligeiro ao porto. Já alguns rifles estão ali de prontidão para crivá-lo de balas. Desce levado pela correnteza recebendo descargas inteiras até encobrir-se na volta abaixo.

Mais tarde vem outro e mais outros nos dias seguintes, todos recepcionados a bala ao serem divulgados.

O seringueiro gasta grande quantidade de munições nesse divertimento ingênuo e imbecil detonando caixas e mais caixas de balas Winchester em prejuízo de seu bolso. (*).

(*) A propósito, vale lembrar aqui o que Euclides da Cunha escreveu ("A Margem da História") sob o título "Judas Ahsverus", de um valor clássico impressionante.

Por outra, ainda no Acre, precisamente na área do Município de Tauaracá, foi morto, há muitos anos passados, um dos filhos do grande escritor, sacrificado durante uma sublevação de seringueiros e quando exercia funções de delegado. Este informe devemos ao advogado e escritor Océlio de Medeiros, fundamentado em pesquisa nos autos do processo criminal competente pelo magistrado Romero César Leite, Juiz no Estado do Acre. ONQ.

XV

Outro fato, de véspera de São João, passarei a contar:

Dois seringueiros, colegas da barraca Taxi, tinham despertado muito cedo, às 2 da madrugada, com o fim de, antecipando as trabalheiras daquele dia, também festejarem a noite do Santo.

Eu lhes fiz companhia pelas 3 horas da manhã, quando o almoço já estava pronto. Passamos, assim, os três, a saborear a carne do macaco coatá com pirão de farinha dágua, que fora aferventada bastante, à boca da noite do dia anterior.

Eles, no entanto, equipados e regularmente municiados, seguiram de lamparina acesa para suas estradas, ouvindo, apenas, de instante a instante, o pio agourento das aves notívagas.

Foram-se.

Fiquei sozinho, triste e pensativo, com vontade e receio de me embrenhar pela mata escura naquela hora. Refletindo, criei "alma nova". Era um fracasso ver os companheiros se desocuparem bem cedo das lutas de suas estradas e eu ter que, na barraca, esperar que o dia clareasse.

Resolvi seguir, também, acompanhado por um cachorrinho esperto.

De rifle e lamparina à mão, golpeava as seringueiras e embutia as tijelinhas de flandre na casca meio mole da árvore.

Cortava uma, mais adiante outra, e, assim, ia desempenhando meu ofício com muita calma, resignação e coragem.

A umas quinhentas braças de nossa barraca, existia um velho roçado encapoeirado, pertencente a tribo Jamináua* que, pressentindo nossa chegada, afugentara-se, havia alguns anos, para mais longe.

Viu que nossa invasão a seus domínios era positiva, inexorável.

Por esta razão, mudara-se, tornando-se qual nômade, sem um ponto certo de morada. Vez por outra, alguns caboclos vinham, às escondidas, cautelosos,

(*) Tribo indígena rio Tauaracá (Acre) — apud A.B. de Holanda — Novo Dicionário da L. Portuguesa. ONQ.

abastecerem-se de frutos desse roçado, pois, ainda viam-se na capoeira frondosas touceiras de bananeiras, alguns mamoeiros e cana-de-açúcar.

Só não investiam contra o civilizado porque tinham a certeza que a reação era tremenda, brutal.

O receio e medo, porém, eram recíprocos.

Minha estrada margeava poucas braças o tal roçado, que também nos abastecia. Sempre que por ali passava, lembrava-me ser aquilo propriedade do silvícola, que não esquecia de vir buscar os seus frutos sazonados.

Nessa madrugada, mais nitidamente gravara-se em mim o perfil astucioso do índio jaminâua, e, assim, ia cortando as seringueiras, sempre acompanhado pelo cachorrinho até que o dia amanhecera.

Quarenta seringueiras foram cortadas, um terço, portanto, do trabalho estava feito, ao clarear do dia.

Cheguei ao local, onde se deixa o balde para conduzir o látex, depois da estrada cortada.

O referido local tinha o nome de *feixe da estrada,* porque o seringueiro entrava por um caminho (perna da estrada) e, depois de ter andado e cortado umas setenta a oitenta madeiras, vinha chegar ao lugar donde saiu. Quando terminava o corte ia colher o leite até chegar à barraca. Defumava-o, transformando-o em borracha com o auxílio da fumaça bem quente em buião de ferro com formato de funil.

Como disse, logo que cheguei ao "feixe da estrada", o dia amanhecera.

Para andar mais folgadamente, escondi a carabina no tronco de uma árvore grossa e cobri-a de folhas secas. Continuei o trabalho desarmado. Quando havia andado uma hora, mais ou menos, o cachorrinho amigo, que ia à frente umas oito braças, volta-se para mim correndo, assombrado, covardemente.

Pensei tratar-se de algum felino.

Empunhei o terçado e apressei a marcha para diante, pois ia subindo um *cabeço* (morro) e ao descortinar o planalto avistei dois vultos correndo velozes atrás um do outro.

Eram, não restava dúvida, dois aborígines que, ao me pressentir, fugiam amedrontados.

Lembrei-me do rifle, que ficara escondido nas folhas, no "feixe da estrada". Com os meus botões disse — estou frito, mas... São Sebastião é grande!

Onde a estrada fazia volta para chegar ao "feixe", achava-se localizada a barraquinha de três seringueiros e a distância a vencer era pequena.

Avancei às pressas e, ao vislumbrar o pequeno roçado com alguns pés de macaxeira, criei ânimo.

Um camarada acocorado à beira do fogão, tomava uma caneca de café com um pouco de farinha.

Com a fala ainda trêmula, contei a história como se havia passado, sem que meu interlocutor estarrecesse com o episódio. Apenas deu-me um pouco de café e parte de sua merenda. Dizia, fleumaticamente: "todos os dias estou a encontrar vestígios deles na minha estrada, porém não me deparei nem os vi ainda." "Conforme sua história, creio que você não achará mais o seu rifle no lugar que deixou.

Tenho um aqui, pode levá-lo."

Despedi-me e segui conduzindo no bornal umas cinqüenta balas.

Ao passar uma ponte um tanto alta, na metade da viagem ao "feixe da estrada", onde ficara o rifle, tive de agüentar fortes assovios, como uma vaia que me davam.

Atravessei a ponte e segui marcha pressurosa. Ao chegar ao local do destino, encontrei, felizmente o rifle debaixo das folhas.

Alegrei-me bastante, mas tive de ir colher o leite atormentado com o peso dos dois rifles até a barraca do seringueiro onde havia tomado o café.

Às onze horas, estava de volta à barraca.

Defumei o látex, tomei banho no igarapé, troquei de roupa, almocei carne, assada na brasa, de macucau que havia morto.

Com os companheiros, segui ansioso para dançar e tomar aguardente no barracão.

Não existia mulher na festa.

Era mais uma véspera de São João.

* * *

A esta altura, façamos um parêntesis para descrever como, ao tempo em que estive dez longos anos no Amazonas, viviam os índios nas cabeceiras dos afluentes da margem direita do Alto Juruá, inclusive o Tarauacá. Eram as tribos Catuquina, Caxinauá, Jaminauá, Colina e outras. Tinham o mesmo dialeto com pequenas modificações. Por serem muito perseguidas pelos civilizados, tornaram-se quase nômades.

A horda de invasores apoderara-se de sua habitações e roçados, enxotando-as a bala para o centro da mata bem distante das margens do rio. Tivemos ocasião de ver roçados colossais em abandono, ainda com milho, mandioca, cana, bananeiras, algodão para a corda dos arcos. Evadiram-se, todavia, os selvagens, com medo, mas cautelosamente ali apareciam para abastecer-se.

Também criavam cachorros e galinhas.

Os roçados eram feitos com muito sacrifício, uma vez que eles não possuíam qualquer ferro de cortar. A sua ferramenta era o fogo. Assim, vejamos como faziam sua agricultura:

Ateavam fogo em coivara nos troncos das árvores, em outras e outras mais. As árvores morrem, as folhas caem, os galhos apodrecem com o tempo e também caem e o roçado vai deste modo crescendo vagarosamente, crescendo sempre, até que depois de alguns anos toma proporções desmedidas.

Um outro irmão meu, de nome Virgílio, relacionou-se com os índios jaminauás, semi-mansos. Foi com três companheiros à maloca e teve de andar seis horas dentro do roçado para chegar ao barracão dos selvagens.

O aborígine, como sabemos, é de índole preguiçosa e indolente, desconfiado e ciumento. Quem for a uma aldeia não faça motejo, todo cuidado é pouco.

Ficaram pasmados ao ver a enormidade do roçado, que sustentava mais de mil almas conforme observaram e calcularam. Metade dos índios trabalha na agricultura, revezando-se constantemente.

São bastantes sadios. Desconhecem moléstias venéreas e seus dentes são quase imunizados da cárie dentária. Raro é o que tem ferida "braba".

Sujeitos, porém, a gripes no fim do inverno, que os tortura fortemente.

Simpáticos e perfeitos de físico.

Nunca se vê um índio aleijado.

Dizem que se, ao nascer, a criança tiver defeito físico grave, o pai, ordem do chefe da taba, mata-a novinha, pela razão de não poder manter-se com seu próprio trabalho, quando crescer, nem achar quem a sustente.

As flechas são obtidas da cana brava, encontrada abundantemente nas margens do rio, tendo preacas de taboca encastoada numa das extremidades, ou de madeira, com mais de um palmo de comprimento e denticulada.

Penetrando na caça ou numa pessoa, dificilmente é retirada porque só pode sair rasgando a carne.

O índio chama o negro de Tapaiúna. Odeia-o e tem do mesmo grande aborrecimento.

A lógica dessa gente é extravagante, mas no fundo há um pouco de razão para isto. Ninguém quer nem pode trabalhar para o outro. Cada qual cuide de si.

Aparam o cabelo com um tiçãozinho de fogo apropriado.

Imberbes por natureza, tendo pêlos abundantes somente na cabeça.

Há índios bonitos e feios-simpáticos.

Bernardo Costa, amazonense bem civilizado, ao explorar seu seringal Primavera, no médio Juruá, encontrou no interior de sua propriedade a tribo dos canamaris.(*)

Destribuindo brinquedos, maracás, espelhos em certos pontos que os índios achassem e sabendo um pouco da língua geral, conseguiu domar toda a tribo.

Num certo dia, viajava para o seringal Liberdade, do sr. Francisco Freire de Carvalho, em canoa tripulada por quatorze índios dessa maloca.

Eram todos de vinte anos abaixo, vestidos de calça e blusa e uma carapuça de pano à cabeça.

Um sacerdote, que passara em Primavera, batizara-os com os nomes bíblicos. Assim, viam-se ali Adão, Noé, Salomão, Mahomeh, Jacob, Sansão, David, Abrahão, Elias etc.

Todos que vi eram de estatura mediana e bonitos.

Como já foi dito noutra parte, o barracão da maloca é colocado no centro do roçado e de sistema parecido a circo de cavalinho, tendo duas portas uma ao Sul e outra ao Norte, fechado de madeira e coberto de palha de palmeira jaci ou jarina.

No centro do barracão, salienta-se um mastro e no vértice da coberta encontra-se uma cadeira de cipó destinada ao índio vigia, que dali descortina todo roçado.

Nas festas usam maracás, gaitas de taboca, boré e um zabumba feito de toro de madeira oca, grosso, coberto só de um lado com couro de veado ou de porço.

Nas danças fazem bastante algazarra animados com o efeito da *Caisuma*, que bebem em quantidade.

Com o dia uns vão caçar, pescar, enquanto outros preocupam-se nos labores da agricultura de seus roçados. Cada família tem a sua maqueira (rede de cipó) e debaixo da mesma um foguinho regularmente aceso para afugentar a carapanã e o morcego.

A arma predileta é o arco feito do tronco das palmeiras — popunha, bacaba e patauá, de forte resistência ou de madeira rija, como, a paracoúba, itaúba e o pau d'arco.

(*) *Canamaris* — Era tribo indígena das imediações do rio Juruá e do alto rio Imauini, afluente do Purus, hoje extinta.

Havia também os *canamiris*, tribo igualmente extinta, que habitava entre as cabeceiras dos rios Acre e Iaco, (Idem — A.B. de Holanda — Novo Dic. da L. Portuguesa).

XVI

No seringal São Raimundo, no Riozinho da Liberdade ou rio Mu, no Amazonas, pertencente a Antônio Barroso, morava um seringueiro, natural de Pombal, Estado da Paraíba, cujo nome nos escapa à memória.

Era um sujeito de cor branca, regular estatura, bem apessoado.

Com a imprevidência característica de nossa gente, chegara a esse seringal conduzindo família composta da mulher, D. Júlia, e dois guris. Deram-lhe colocação a duas horas de viagem à margem de um igarapé. Trabalhara ali já havia decorrido três anos sem poder libertar-se da conta que, dia a dia, avultava, contraída com seu patrão.

Adoeceu de ferida braba(*) de proporções esquisitas. Sem recursos e meios vivia acamado sofrendo cruciantes torturas com sua gente.

O patrão não lhe fiava o sustento para si e sua desditosa prole, que já passava a se arrimar da caridade de algumas almas piedosas que, vez por outra, apareciam ali.

No referido lugar morava um seringueiro de nome Paulino de Azevedo Sombra, de Aquiraz, Ceará.

Trabalhador, econômico, conseguiu acumular no Contas Correntes do patrão sua meia dúzia ou mais de contos de réis. Crédito era só quem tinha.

Antônio Barroso, considerando a dívida do marido de D. Júlia totalmente perdida, soltou ao Paulino uma graça.

— Se quiser pagar a conta daquele sujeito eu vou arranjar a mulher (dele) para você.

Paulino riu-se, achou a proposta interessante, mas, objetou... esse negócio de ficar com a mulher alheia não pode sortir cousa boa!

— Isto não é nada, você garantindo a conta é o quanto basta, no fim tudo vai dar certo.

O fato é que de brincadeira o assunto da conversação foi tomando caráter grave entre os dois.

(*) Ver, na parte de "Anotações", o registro sobre esta doença. ONQ.

Tendo o Paulino um momento de silêncio, perguntou: quanto é a dívida do tal?

Uns quatro contos e tanto, não chega a cinco, respondeu Barroso.

D. Júlia, apesar do estado de pobreza e de miséria em que vivia, era um tipo atraente, simpática, bonitona mesmo.

Depois de entabolarem a negociação, Barroso levou o rifle ao ombro e seguiu para a barraca do seringueiro doente.

— Grande novidade, o patrão hoje por aqui?! disse D. Júlia.

O marido enfermo jazia em estado de lástima numa tipóia armada nos caibros da barraca coberta de palha de ouricuri.

— O que me traz hoje aqui é fazer-lhe uma proposta, aliás razoável, e penso que terá o assentimento de vocês, falou o Barroso.

É o seguinte: Paulino é um rapaz muito bom, trabalhador e dispõe de um grande saldo em meu poder.

Disse que paga a conta de vocês, arranja mais dinheiro para a viagem à Paraíba, nas condições de ficar com D. Júlia.

Houve nessa conversa um momento de pausa... todos emudeceram.

Afinal o doente rompeu o silêncio...

— Se Júlia aceitar eu também aceito.

Esta por sua vez aquiesceu.

E, deste modo, ficou estabelecido o pacto.

O emissário voltou ao barracão. Chegou satisfeito e a primeira pessoa que viu foi o Paulino. Bateu-lhe no ombro e deu-lhe os parabéns. Tudo arranjado...acrescentou.

Paulino estava noivo. Recebeu os cumprimentos dos camaradas que se achavam ali presentes.

Em regozijo o patrão abriu uma garrafa de *cognac* e outra de *vermuth*. Alegraram-se todos, e, ao som de uma harmônica afinada dançaram polcas e polacas.

Dias depois, chegou ao barracão, à tarde, em véspera de São João, a desditosa família.

Nessa noite realizar-se-ia o casamento. Junto ao barracão havia uma grande barraca onde os seringueiros que chegavam do centro se abrigavam.

Para a mesma dirigiu-se o marido enfermo de D. Júlia enquanto esta seguia direta a apresentar-se ao patrão.

O chefe veio ter como o doente, palestrou ligeiramente, deu providências sobre hospedagem, deixando-o mais ou menos conformado com o negócio que haviam firmado.

Anoitecera e começaram as danças. A fogueira no pátio levantava um clarão fulgurante, iluminando, nitidamente, os dois barracões que se achavam a pouca distância um do outro.

De vez em quando uma rajada de carabina Winchester ao pé da fogueira.

A festa laborava pelas onze da noite. D. Júlia havia dançado bastante com os presentes, recebendo os parabéns de todos.

Estava fatigada, pois, de mulher só existia ela e uma outra. Ambas não cessavam de dançar.

À meia-noite, Paulino desceu com D. Júlia a escada do barracão e foi visitar a fogueira que estava prestes a terminar.

Ali palestravam sobre a nova vida que iriam encetar dessa noite em diante.

De frente um para o outro receberam de chofre um formidável tiro de bacamarte pelas costas, que os deitou por terra.

Caíram abraçados na beira da fogueira.

Do barracão da festa ouviram o tiro e a queda dos noivos.

Correram todos às pressas para o local do sinistro, encontrando-os bem feridos.

Paulino recebera trinta e tantos bagos de chumbo e D. Júlia três apenas.

Foram feitas rigorosas investigações sobre o crime.

É que o legítimo marido, ao deparar os noivos ao clarão da fogueira confabulando, irou-se, arranjou um bacamarte velho, carregou-o e mandou-lhes o tiro de misericórdia na certeza de exterminá-los de uma vez.

Encostou a velha arma detrás de uma porta e deitou-se, embrulhado no lençol como se nada houvesse acontecido.

A festa acabou-se. Todos corriam a socorrer os feridos enquanto uns conseguiam saber que o assassino era o desventurado marido de D. Júlia.

No dia seguinte, Antônio Barroso mandou levar em canoa o criminoso à foz do rio Mu, que dali seguiria para sua terra.

Os noivos escaparam, mas tiveram de passar mais de três meses acamados sem poderem dar água um ao outro.

* * *

Não é de todo dispensável dizer, aqui, que eram muito difíceis, naquela época, as relações entre os dois sexos. Regiões havia, numa extensão de dez a

doze propriedades, onde não se encontrava uma dona-de-casa. A aquisição de uma donzela da selva era tarefa temerária, porque raramente a índia se sujeitava ao regime doméstico. Isso ainda podia acarretar o perigo de ser a moça levada pelos da tribo ou haver choques violentos, de parte a parte, transformando-se em intriga que não se acabaria mais. Sob esse aspecto, as uniões de seringueiros com selvagens eram quase nulas.

Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do Governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinqüenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá.

Houve, dessarte, um dia de festa — a de maior pompa, que se tinha visto. Amigaram-se todas, não faltou pretendente.

Contudo, umas não se deram com o clima, adoeceram e morreram. Outras conseguiram voltar a Manaus e, muitas, por fim, foram mais felizes... É que, mais tarde, apareceu um sacerdote e as casou.

XVII

Era Antonio Frota, seringueiro, natural de Granja (Ceará), valente, destemido. Resida num seringal nos confins do rio Ituí. Certa ocasião, quando cortava sua estrada, fora assediado por um grupo de índios que o prenderam. Não foi possível resistir, dada a superioridade numérica dos agressores.

Despojado das roupas que ficaram na estrada, os selvagens conduziram-no apenas com o rifle e o terçado.

Os companheiros de barraca, ao sentir a falta do colega, seguiram pela mâta adentro à sua procura num vivo interesse de achá-lo. Envidaram todos os esforços no interesse de encontrar seu paradeiro. Viraram o mato pelo avesso sem conseguirem nada achar a não ser as roupas atiradas à um lado da estrada.

Fora levado para maloca situada em lugar distante, ignoto.

Em seu roteiro os índios desnorteavam-se propositalmente de modo que o prisioneiro não atinava donde havia saído nem tampouco a direção em que ficava a maloca. Nesta passou quatro anos. Aprendeu a gíria dos caboclos e vivia confortado junto aos mesmos.

Puseram-lhe à disposição umas três cunhantãs das mais formosas da taba.

Nada lhe faltava, mas, só se arredava do barracão vigiado por uma guarda reforçada, acompando-o às caçadas pela mata.

Conseguiu firmar inteira confiança perante o silvícola, passados os dois primeiros anos de convivência, tendo sempre ao seu lado uma ou duas companheiras.

De uma feita, estava no terreiro ao ar livre, pensativo, triste, e o chefe mandou que umas donzelas o acariciassem. Fumava folha de mato. O tuxaua ordenou a um grupo da maloca que fosse arranjar fumo para o hóspede numa linguagem que este, a princípio, não compreendia.

Ao cabo de três dias, chegou a horda trazendo tabaco, papel de cigarro, fósforo e balas de rifle. Roubaram não sabendo ele em que lugar. Vivia o Frota satisfeitíssimo no aconchego dessa gente, porém, sobressaltado pela inimizade

que havia entre sua tribo e outras vizinhas. Guerreavam-se e o Frota era obrigado a marchar à frente para o teatro da luta.

Escapou de morrer por diversas vezes.

Já andava, ora por outra, sozinho.

Planeou dar uma fugida, mas a distância aterrava-o, não tinha rumo certo a seguir. Um dia bem cedo preparou-se para caçar. Tomou a direção do sol nascente andando de seis a seis horas, a toda.

Dormiu, e, ao amanhecer, nova jornada e o mesmo rumo.

No quarto dia, pelas três horas da tarde, saiu na volta de uma estrada.

Reconheceu, mesmo, que se tratava de um caminho de gente civilizada. Foi ter a uma barraca, e ao defrontá-la, seguiu a trilha, por entre sororocas e os seringueiros, ao divisarem-no, bateram mãos às armas e correram bala à agulha dos rifles.

O forasteiro gritou: "Não me matem...!"

Parecia um monstro, despido, barbudo, cabelo aos ombros, sem feitio de gente. Chegara morto de fome e começou a contar sua história quase chorando... sentindo ainda nos ouvidos o estrugir dos Canamaris que decerto viriam ao seu encalço. Alimentaram-no e vestiram-no, seguindo ele depois para o barracão a umas cinco horas de viagem.

Dali embarcou para Manaus e dessa capital seguiu para o rio Tarauacá, zona completamente diversa da que esteve preso.

Não deixava de relatar os episódios de seu viver em comunhão com a tribo dos Canamaris.

Deixou entre esses aborígenes, conforme narrava, alguns rebentos do contato que teve com índias formosas durante sua permanência na maloca.

***

De propósito, convém não esquecer ser o cearense um tipo enérgico, conquistador de terras, afável, trabalhador, valente no momento oportuno, mas divertido e de espírito crítico.

Gostava o "cabeça-chata", como era conhecido, de dar apelidos aos habitantes de outros Estados, apelidos esses irritantes e indecentes.

Em Redenção, viviam quarenta e oito homens. Destes, quatro paraibanos, "cabeças de coco" (meus irmão, proprietários do seringal, eu e o moleque João, daqui de Patos), um pernambucano — "ladrão de cavalo", dois rio-grandenses do norte — "cus-rajados", um piauiense — "espiga", um maranhense — "maranhoto". Quanto ao paraense, não estou lembrado de seu apelido. O mineiro que, raramente, aparecia ali, era tido como um sujeito "falso e traiçoeiro".

Ao criar-se, em 1904 (julgo), o Departamento do Alto Juruá, foi o general Gregório Taumaturgo de Azevedo nomeado prefeito da cidade de Cruzeiro do Sul, colocada à foz do rio Moa.

Os cearenses diziam, então, ironicamente: "Estamos de sorte, vamos agora ser governados por um "espiga" do Piauí.

XVIII

Havia muitas superstições e mitos. Passarei a contar algumas que, nos dias de hoje, ainda me ocorrem à memória:(7)

No rio Juruá, por exemplo, ouvimos sempre histórias fantásticas a respeito do Curupira, que, aos gritos imitando a voz humana, conduz o indivíduo para o centro da mata, desorientando-o, de modo que, facilmente, o deixa areado (*) e perdido.

Era de uso, por isso, não se responder grito qualquer no meio da mata, que os há quase sempre — uns produzidos por corujas, gaviões, outros por sapos, jias, e, ainda, outros que se não sabe atribuir a quem. Talvez ao Curupira. (8)

A convenção existente na zona era que aquele que se achasse perdido desse, logo, dois tiros de chamada, rápidos.

A pessoa que os ouve já sabe que se trata de uma novidade e dispara também sua arma. Se o primeiro corresponder com outro tiro, está confirmado que a situação é de perigo e o companheiro segue, às pressas, em seu socorro.

O Curupira tem o hábito de bater nas sapopembas das grandes árvores, que produzem um ruído fofo, semelhante ao tiro de espingarda, mas ninguém o atende porque, assim como pode ser uma pessoa perdida, pode ser também astúcia do inimigo oculto.

Ele sabe iludir. Muitas vezes, o caçador ao entrar na mata, vê desenhar-se, de frente, o perfil de uma anta, porco ou veado e, ao procurar fitar o animal, este desaparece rápido sem deixar o menor vestígio.

Desanima-se logo o homem, e sabe que o dia é impróprio para caçadas.

Se insiste, não achará em quem disparar a arma.

De uma feita, quando eu saía da barraca, penetrava na estrada e, seguindo, avistei, perfeitamente, uma anta trotando à minha frente. Corri bala à agulha da carabina (rifle), o animal desfez-se num segundo, desapareceu, encantou-se

(*) No Nordeste, confuso, perdido, atrapalhado, desorientado. ONQ.

de minha vista sem o menor sussuro. Lembrei-me logo ser aquilo arte do finório Curupira.

Receoso, não prossegui na caçada.

A marmota (*) que vira, de fato, não restava dúvida, era um aviso... e, assim, melhor seria voltar.

No seringal Nova Iorque, no Juruá, deu-se um caso sensacional. Dois seringueiros, que trabalhavam na extração da borracha, residiam em barraca a duas horas de viagem do barracão.

Em certo dia, terminada a defumação do látex pela cinco horas da tarde, mais ou menos, um ficou ajeitando a refeição enquanto o outro foi juntar uns cocos de jaci para o fogo do buião, a umas quarenta braças de distância da barraca.

Saiu apenas com a estopa a tiracolo e o terçado americano número 128 à mão.

Quando estava colhendo os cocos pelo chão, defrontou-se-lhe um caboclinho, baixo, de cabelos crescidos e tez morena. Sem dizer palavras, o caboclo investiu contra o seringueiro. Travou-se a luta. O rapaz, em vão, tangia-lhe o terçado na certeza de abri-lo pelo meio e este atingia unicamente o solo raso.

A briga prosseguia e, quando o agredido viu que não vencia seu contendor, que já lhe havia dado muitas quedas, abriu a boca a gritar.

O companheiro da barraca ouviu a zoada e correu armado com a espingarda de dois canos em socorro da vítima. Ao chegar ao local do incidente, o Curupira, que estava matando seu companheiro, soltou-o e pulou de lado.

O atirador sapecou-lhe fogo na cara e o bicho desapareceu, instantaneamente, foi-se para os infernos.

Trouxe o inditoso amigo quase nas costas para a barraca, tal era o seu abatimento.

Logo que chegou, deu dois tiros de chamada, que foram correspondidos por outros seringueiros residentes a uns dois quilômetros de distância. Daí a pouco, chegou o socorro de três rapazes. Apoderados de grande nervoso e medo que o Curupira viesse à barraca, colocaram o doente em rede e seguiram, já escuro, de lamparina acesa, para o barracão.

A vítima ficou inutilizada com os baques que o Curupira lhe dera e perdeu a fala. Seu companheiro, dias depois, muito pensativo, tornou-se maluco.

Com uns dez dias, atracou no porto um navio, que descia.

(*) Marmota = espantalho, fantasma, no Nordeste. ONQ.

O proprietário do seringal foi a bordo e contou todo o ocorrido ao comandante, pedindo-lhe para conduzir os doentes até Manaus.

Embarcaram. Tempo depois, chegou a notícia de que o mudo, surrado pelo Curupira, havia morrido em viagem e o outro chegara vivo em Manaus, sendo internado no hospício de alienados.

O jabuti (9) é um cágado azarento. Aquele que o encontra em caçada, agarra-o logo e trata de voltar à barraca, porque tem a certeza de que, nesse dia, não matará cousa alguma. Se a fome é grande, não há outro recurso. Levam o jabuti à panela. Em outro caso, vai ele servir para atrair as caças, num chiqueiro bem seguro. Lá fica preso, alimentando-se da terra e sobras de comidas.

Quando há escassez de carne, o seringueiro aproxima-se do jabuti e promete soltá-lo se naquele dia conseguir abater pelo menos uma cotia, paca ou veado.

Muitas vezes o miserável é ludibriado. O caçador arranja a caça, vai ao chiqueiro e diz-lhe: "— Camarada: tenha paciência, nada fiz hoje, você está bem, aí, não lhe faltando nada. Quando matar uma anta soltar-lhe-ei."

O jabuti ouve a conversa, indiferentemente, na certeza de que seus dias de vida estão contados.

* * *

A sucuruju (10) é, nas lendas, também conhecida por boiúna.

Aparece, vez por outra, fazendo alarmes pelo rio às caladas das noites escuras, fingindo uma embarcação em movimento, com seus faróis nitidamente acesos. De um momento para outro, desaparece, causando por esse motivo terror aos que a vêm.

Outras vezes, transforma-se em rapaz esbelto, simpático e alegre nos bailes e festas noturnas. Antes de o relógio marcar meia-noite, desaparece sem ser pressentido.

Dizem que num seringal do baixo Juruá compareceu em festa um desses tipos. Entreteve-se dançando algumas horas e, quando se lembrou de sair, o relógio já havia ultrapassado das doze horas. Irriquieto, num pé e noutro, ficou sem mais poder sair do barracão.

Pediu ao dono da casa que lhe arranjasse um quarto, pois se achava bastante incomodado.

O chefe determinou um apartamento reservado, onde o rapaz se agasalhou.

As danças continuaram até o dia claro e a festa quase terminada. O chefe do seringal tratou de acordar o hóspede e que surpresa não teve ao abrir da porta!

O quarto estava cheio de uma cobra, uma serpente enorme, que, ao ver o clarão do dia, desenrolava-se, arrastava-se deslizando à superfície soalhada do salão da festa, seguia à porta de frente em procura do rio, enquanto o povo corria espavorido, às tontas de medo, afastando-se do monstruoso ofídio.

* * *

Boto vermelho. (11) Safado e namorador. Gosta de se transformar em moço bonito e conquistador das *cunhantãs* nas barracas e barracões.

A canoa, que navega conduzindo mulheres, é por ele perseguida.

Aproxima-se tanto da embarcação que o remador toca-lhe o lombo com a palheta do remo. Sai, então, contrariado, aos bufos, soltando pelas narinas golfadas de fumaça como quem quer tomar vingança. Volta; e continua a perseguir a canoa num acompanhamento alegre, expondo-se quase todo à tona d'água, uns na frente, outros atrás, de lado da canoa, e só se afastam os botos quando a embarcação chega ao porto do destino e as mulheres desembarcam e vão embora. Assim, desenganados, fazem-se ao largo do rio e desaparecem.

O olho do boto preparado pelos especialistas em bruxaria é empregado para efeito de conquistas amorosas.

* * *

Matintaperera (12) — *Ave agourenta* — que aparece em toda barraca de seringueiro. Quase encantada, pois raras são as pessoas que a vêem.

Canta em certo lugar e, quando o indivíduo vai querendo avistá-la, repete o canto em pontos completamente opostos, distante ao que estava, sendo assim quase impossível lobrigá-la.

* * *

O Irapuru (13) — tem também suas façanhas e especialidades no domínio dos mitos amazonenses. Uns tem-no como encantado.

Quando canta, rodeia-se de uma multidão de pequenos pássaros e o caçador ao se aproximar da pequena ave atraído pelo som de sua flauta, ela voa junto às outras sem ficar conhecida.

Entretanto, os feiticeiros que a embalsamam, para negócio, dizem que a pequena ave é de tamanho diminuto, sem nenhuma beleza, de porte igual ao de um rouxinol.

* * *

Mapinguari. (14) Monstro fabuloso e só aparecido no Tarauacá no ano 1906. Surgiu primeiro nas imediações das cabeceiras do rio Jaminaua para as do rio Pauini, afluente do Purus.

Bípede de três metros a mais de altura, ereto, envolvido por uma crosta a moda jacaré, tendo, apenas, um grande olho na testa. Anda gritando na mata pelo companheiro e alimenta-se de preferência de carne de gente ou de macaco. Quando acerta com a maloca de índio, esta vê-se forçada a mudar-se, do contrário ele devora todos.

Sua crosta não é perfurável por flecha nem à bala de rifle.

Conforme dados colhidos a respeito, por intermédio do aborígene, que lhe dera o nome, o temerário monstro é quase surdo.

Capturando um índio, o conduz debaixo do braço, estragulando-lhe os membros e o comendo, a gritar atrás de irmão ou fêmea. Saindo do Tarauacá, em 1907, deixei todo pessoal do alto desse rio apreensivo com as notícias terroristas e alarmantes a respeito do *Mapinguari;*— mas esse monstruoso duende antropófago e novato, egresso de latitudes ignótas, desconhecido pelos antigos cronistas, a ser incluído no rol dos muitos existentes na história da Amazônia.

XIX

Bem diz o adágio popular que o indivíduo vem ao mundo sempre acompanhado por uma estrela, boa, sofrível ou de brilho fusco.

Uns, com pouco esforço, conseguem facilmente posições elevadas, vida calma e folgada, e a felicidade os fareja a todo o instante; outros, porém, rodeiam-se de sérios obstáculos e, para vencerem um degrau na senda que vão trilhando, debatem-se em óbices e barreiras quase intransponíveis.

Francisco Freire de Carvalho, quando rapazote, fora caixeiro na milionária Casa Boris, em Fortaleza — Ceará. (*)

Esteve, depois, no Exército, conseguindo patente de oficial. Muito extremado em política, razão por que teve de agüentar pela proa fortes dissabores e deixara a farda.

Resolve emigrar para o Amazonas.

Esteve negociando em Badajós (**) por algum tempo. Seus patrões de Manaus convidaram-no a tomar a direção do seringal Liberdade, no rio Juruá. A princípio, vacilou um pouco, à vista da distância, mas, afinal, resolveu ir.

Seringal bom, grande e novo, em rio francamente navegável, não restava a menor dúvida ser de futuro promissor.

A propriedade comportava para mais de cento e cinqüenta machadinhas, tendo, ainda, um mato bruto, inexplorado.

Chegado ali, com mercadorias suficientes e uns setenta homens que conduzira, distribuiu-os por suas barracas e começou na luta da borracha.

Seu Carvalho, apesar de sua pequena estatura e um tanto idoso, era um espírito forte, inteligente, intrépido, moldado a resistir aos embates da luta nesse ambiente sem religião, sem justiça e de uma selvageria pendida ao canibalismo, onde a vida estava no gume da navalha.

Por felicidade, a famigerada tribo Canamaris, senhora da zona, acossada pelas constantes e repetidas correrias, que lhe haviam feito, anos atrás, fora desa-

(*) Tratava-se da firma de franceses *Boris Fréres*, responsável em grande parte pelo comércio exportador de Fortaleza (CE), naquele tempo.

(**) Badajós — pequena localidade em área do Estado do Amazonas. ONQ.

lojada e mudara-se, definitivamente, lá para as cabeceiras do riozinho da Liberdade ou rio Mu, sem mais vir guerrear os seringueiros nas suas estradas e barracas.

O chefe do barracão mandou ajeitar uma praia na margem oposta do rio e encheu-a de milho, feijão e melancias.

Era um roçado bom, que admirava a quantos por ali passavam.

Mas que ninguém tirasse de lá um fruto sem a devida ordem, senão o diabo se soltava...

Sentado numa espreguiçadeira junto à porta de frente e fumando um cachimbo de palmo e meio de canudo, o Senhor de Liberdade contemplava satisfeito, mesmo de longe, a verdura exuberante das plantações de sua praia.

Nessa hora, tornava-se ele fleumático, contava histórias e episódios interessantes de sua mocidade no Ceará. Não parecia aquele velho importuno, que se enraivecia, estupidamente, por qualquer futilidade...

Era inimigo de folguedos e danças. Quando lhe chegava aos ouvidos a notícia de uma festa, nessa ou naquela barraca, chamava logo a atenção dos transgressores de seu regímen e acrescentava: estamos aqui para trabalhar e não em súcia de malandragem.

Certa ocasião, encostara no porto um navio que baixara para Manaus. Depois de atracado, um marinheiro atravessou o rio em canoa, chegou à praia e começou a tirar melancia.

Cientificaram do caso a seu Carvalho. Este chamou Ricardo, guarda-livros da casa, e ordenou-lhe: — Prepare o rifle e passe fogo naquele sujeito, que está roubando, à vista clara, as melancias de minha praia. O Ricardo cumpriu a ordem, atirou n'água para amedrontar o rapaz, mas como foi em direção ao mesmo, infelizmente o projétil resvalou à superfície líquida, indo atingir o joelho da vítima, esfacelando-o.

Em conseqüência, faleceu, depois de cinco dias de horríveis sofrimentos.

Não existia ainda autoridade que tomasse as necessárias providências, e o fato foi considerado casual; mas o comandante do navio saiu propalando o crime por toda parte.

Aconteceu um dia que o aviado, de nome Raimundo Moreira, não se conformara com o preço alterado das mercadorias que o guarda-livros lhe faturara.

Preparou um documento pelo qual seu Carvalho era-lhe devedor da quantia de cinco contos de réis, e, inesperadamente, chegou armado ao barração. Achando o velho desprevenido, forçou-o a assinar o proposito documento.

O agredido respondeu: — Só ponho meu nome nesse papel porque estou debaixo do punhal, mas você não receberá a importância.

— Não quero conversa, o que exijo é a assinatura do senhor — disse o aviado rebelde, acrescentando mais que vinha acertar as contas no oitavo dia. Tomou a canoa e desceu o rio para outro seringal abaixo.

A vítima preparou seis homens armados e ficou aguardando a chegada de seu agressor.

Passou todo o tempo simplesmente com o café e o cachimbo.

Punham a comida à mesa e chamavam-no. Respondia que só se alimentaria quando matasse Raimundo Moreira.

No oitavo dia, apontou na curva do rio um gaiola que, mansamente, sulcava as águas e o credor de seu Carvalho ali viajava. Logo que atracou, os marinheiros colocaram a prancha.

Foram preparados, dentro de casa, três piquetes reforçados. Raimundo Moreira saltou de bordo e seguiu pelo trapiche afora, de revólver em punho, para o barracão. Do primeiro, partiram dois tiros, à queima roupa. Erraram claramente o alvo.

O agressor avançou furioso e ao defrontar o segundo piquete, detonaram-lhe alguns tiros, dos quais ainda saiu ileso. Penetrou na sala do escritório. Seu Carvalho, empunhando um espadim, gritou em voz alta: — Atirem no homem!

Vários projéteis certeiros atingiram o Moreira, ferindo-o gravemente. Êste recuara aos tombos para o navio e, ao chegar à prancha, caiu n'água. Os cabras, que vinham no seu encalço, descarregaram as armas na cabeça do infortunado Raimundo Moreira.

Retirado o cadáver, levaram-no para o aceiro da mata e por lá ficou insepulto.

Seu Carvalho ordenou que botassem comida na mesa. Estava trespassado de fome, oito dias sustentando-se, exclusivamente, com o café e o cachimbo.

Comeu fartamente, satisfeito e alegre. Vingara-se, afinal, da bruteza de um tresloucado, que o agredira de revólver, atrevidamente, estupidamente. No dia seguinte, os porcos do terreiro rasgavam, ainda, pernas e braços do cadáver de Raimundo Moreira. A justiça de São Felipe, cabela da comarca da região e que ficava a mais de cem léguas de distância, abriu rigoroso inquérito e seu Francisco Freire de Carvalho, para se livrar do crime, teve de gastar com advogados, entre eles o rábula Francisco Arrais, mais de sessenta contos.

Este seu Francisco Freire de Carvalho só tinha dois filhos: D. Loló, que fugira com Pedro Juvêncio Barroso, e o José, que vivia constantemente doente até que se prostrou, enfermo, sem esperança de salvação.

O pai, vendo que ele não escapava, firmara com o mesmo um pacto de honra: — José, disse: estou vendo que desta você não escapa; quero, pois, pedir-

lhe uma cousa: logo que chegue ao outro mundo, não esqueça de vir até aqui dar-me notícia de lá, dessas regiões, com absoluta certeza. O moribundo, que tinha ainda senso perfeito, garantiu que vinha.

Passados uns três dias, faleceu.

Em Liberdade, existia um pequeno cemitério à distância de cem braças do barracão.

O enterro realizou-se numa terça-feira, à tarde.

Nessa noite, a alma do morto não cumpriu o pacto, não apareceu na quarta nem também na quinta.

Chegara o dia de sexta-feira.

Hoje é o dia próprio em que as almas do outro mundo costumam aparecer. Com certeza, a do José virá cumprir o seu trato para comigo. Esperou até as onze e meia da noite.

Nada...

Deu de mão o farol e o relógio e seguiu para o cemitério.

Abriu a portinhola, entrou e foi ter a sepultura do filho.

Quando o relógio marcava doze horas em ponto, chamou-o três vezes: — José, José, ôh José?!

Ninguém respondeu...

Saiu, fechou a porta do cemitério e voltou para o barracão.

No outro dia, alguém que havia observado, com bem medo, a claridade na residência eterna dos mortos, perguntou-lhe o que significava aquilo. Respondeu que havia sido ele próprio, que fora entrevistar-se com a alma de seu filho José, mas ficara certo de que essa história de alma do outro mundo era como histórias de lobisomem.

Morreu, acabou-se...

Seu Francisco Freire de Carvalho terminou os seus dias de vida sob os auspícios de uma boa estrela — muito respeitado, rico e considerado.

XX

Em Nova Esperança, no rio Juruá, morava o Teotônio, cearense, formidável no trabalho da borracha, razão por que contava, no conta corrente do barracão, saldo superior a dois contos de réis.

Vivia maritalmente com a dona Maroca, natural de São Benedito (Ceará).

Essa era mulher de estatura regular, compleição robusta, amarela, feia, analfabeta, inteligente, expansiva e maneirosa, jogava sueca e três sete, fumava, bebia, dançava como uma carrapeta.

Sua feiúra desaparecia em face das qualidades morais de que era portadora. A barraca ficava a umas cinqüenta braças do barracão. Quando o pessoal chegava do centro aos sábados, depois de tomar um trago de aguardente, ia infalivelmente ali dar a sua palestra demorada.

Conversava-se sobre os ocorridos da semana: borracha, caçadas, pescarias, etc. Um contava que a estrada estava aumentando o leite, outro dizia que a sua não prestava, trabalhava demais e pouco fazia. Relembravam-se ali também histórias e episódios da terra querida — o Ceará. Fazia pouco tempo que tinha havido, em Fortaleza, uma revolução. Um tal João Brígido, com o seu reacionário jornal *O Unitário,* açulando os cadetes da Escola Militar junto aos Acciolys, fez com que o governador José Clarindo fosse deposto.([15]) E outras e outras histórias eram sempre repetidas, na barraca do Teotônio. Deste modo, o tempo ia-se passando.

Nos primeiros dias de corte da estrada, no início da fabrico da borracha, raro é o seringueiro que arranja um quilo desse produto. Só com umas duas ou três semanas de trabalho é que a seringueira vai gradativamente crescendo o leite até que chega a dar três ou quatro quilos de borracha por dia. Com o leite, preparam-se encerados para cobrir canoa, bolsas para munição do rifle, sapatos, bainhas para preservar a arma da chuva.

D. Maroca era fiel a Teotônio, admirável, mesmo, e dela só se conseguia palestra agradável e nada mais.

João Alves era um rapaz trabalhador, de pouca conversa e um dos freqüentadores assíduos da barraca.

Certa ocasião, teve ensejo de perguntar a D. Maroca: — Se um dia aparecer um padre por aqui, você quererá casar-se comigo?

D. Maroca fez ligeiro ar de riso e disse: — Quem sabe? E nisso ficou sem mais dizer palavra.

Por arte do não sei que diga, passadas umas duas semanas, aportou a Nova Esperança um gaiola (navio) e no mesmo viajava um sacerdote que, em desobriga, não em todos os rios, aparecia de dois em dois anos, indo até o porto a que o navio se destinasse. Ali saltava para iniciar os sacramentos da Igreja.

Celebrava missa, batizava e fazia algum casamento. Poucos os que sabiam o Credo e o Eu-pecador, motivo por que eram raríssimas as confissões.

À noite, o vigário ia para um quarto reservado e a dança e a cachaça tomavam conta do salão em festa até o dia claro.

Depois do café da manhã, o patrão escolhia uma das melhores canoas do porto, bem possante e bem tripulada, para ir deixar o sacerdote no seringal abaixo. O proprietário deste desempenhava o mesmo papel.

Isto era de praxe nos rios e, assim, o ministro de Deus percorria todo o rio até a sua foz sem despesa nenhuma; tudo corria por conta de seus paroquianos, que o tratavam com respeito e acatamento.

Mas, na verdade, quase não havia religião naquela parte do Amazonas — a não ser breves rezas íntimas ao deitar-se.

Eu, felizmente, antes de cair na rede, jamais deixei de rezar o Padre-Nosso, o Credo e a Salve-Rainha, aprendidas na escola particular do professor Antônio Vieira, de Patos.

Tive de ensinar essas rezas, muito raramente, a alguns espíritos tementes a Deus. Nunca ali assisti a uma novena ou a qualquer ato público religioso a não ser quando meu irmão se valeu de São Sebastião para nos livrar dos perigos dos índios e fez promessa de festejar, em todos os janeiros, aquele nosso protetor.

Os santos mais prestigiados eram Santo Antônio, São José, São João, sobretudo, e São Pedro. Mas, os festejos consistiam numa grande fogueira, à frente do barracão, onde, no dia determinado, reuniam-se todos os seringueiros, havendo fortes salvas de tiros de rifles, danças, cachaça e... briga, às vezes.

Nas danças, como já expliquei, as damas (homens) amarravam para distinguir-se dos cavalheiros um pedaço de pano na cabeça e, assim, a festa ia ao dia clarear.

Mas, voltemos à história de Nova Esperança. Com a notícia da passagem do padre, D. Maroca, ao defrontar-se com o Teotônio, foi-lhe dizendo bem alto: — É chegado momento oportuno; quer casar comigo?

— Não, respondeu secamente o moço (*) de Maroca.

— Dou-lhe preferência, moramos juntos há dois anos, considero-o bastante, mas, se você não quiser, desde já dou-me por noiva de João Alves — falou D. Maroca.

— Você está com o "droga", Maroca. Não vê que João Alves não é doido para se meter numa arrumação dessa? — respondeu o Teotônio, enraivecido.

— Pois você há de ver — retorquiu D. Maroca.

A coisa engrossou, apartaram os "troços" e a mulher foi para o barracão. Ali contou a "seu" João Marques, proprietário do seringal, tudo o que se passara.

Este procurou reconciliá-la com o amante, mas não conseguiu demovê-la de sua atitude. D. Maroca arranjou um portador amigo para ir à barraca de João Alves, a três horas de viagem. O emissário declarou ali o objeto de sua incumbência. Sem perda de tempo, os dois levaram os rifles ao ombro e pisaram o caminho em demanda do barracão.

O casamento foi contratado, havendo bastante alegria, aplausos e aguardente, porém a noiva impôs uma condição: juntarem-se somente depois de casados. E esta prevaleceu.

Teotônio ficou de caldo, colocou-se num dilema revoltante e penoso. Nunca pensou que sua Maroca tomasse uma resolução tão decidida e violenta e o abandonasse de chofre, de uma vez para sempre...

Tentou ainda uma reconciliação por intermédio de amigos. D. Maroca repeliu-os energicamente e deste modo teve ele, Teotônio, de se conformar com sua desgraça.

Os noivos trataram logo de preparar-se. O padre não iria demorar a baixar (descer o rio abaixo). João Alves teve necessidade de ir ao centro. Em sua ausência, chegou o sacerdote e, como não havia outros ofícios a celebrar, desceu para Novo Destino, seringal abaixo do nosso.

O Teotônio ria-se a valer com essa parada, enquanto que a noiva, aflita, em desespero, providenciava mandar um portador atrás do noivo. Chegado este, preparada a canoa, embarcaram os nubentes, testemunhas, amigos e o Teotônio também, piloteando-a.

Aportaram em Novo Destino. Já o padre havia saído para Porto Rico, seringal imediato.

Teotônio soltou uma gargalhada.

(*) Termo empregado pela concubina ao amante.
— Nota do autor.

João Alves levantou-se do banco da canoa e disse:

— Se você boquejar daqui por diante, eu lhe atiro n'água. O caso é sério e do jeito que estou "engato" até com o diabo, se aparecer.

Teotônio era covarde, não deu mais uma palavra. Zarparam em velocidade e foram alcançar o padre em Porto Rico. Ali realizou-se o casamento de João Alves com D. Maroca.

Fizeram todos um lanche confortável e trataram de regressar conduzindo um (*) carneiro de aguardente.

Tinham que remar de rio acima seis horas de viagem para chegar a Nova Esperança. O rio achava-se invadido pela mata. Em certo ponto, o Juruá descrevia uma curva grandemente pronunciada. Formava um istmo, tendo neste um furo (atalho por água dentro da mata) que encurtava mais de hora de viagem. Penetraram no mesmo, ao escurecer, pois a travessia era de uns trinta minutos. A certa distância, perderam a rota, sem poderem de modo algum acertar com a saída.

Escureceu. Arreou uma chuva torrencial, que durou horas. O carapanã fazia nuvem, torturando-os sem piedade. O "Coronel Camisão" apareceu ali consolando-os... Passaram a noite inteira aconhegados nos bancos e porão da canoa, que se enchia d'água de vez em quando, regelados no mais trágico e torturante suplício.

O dia, afinal, amanhecera.

Encontraram o canal e saíram de rio acima... Beberam toda a cachaça do carneiro.

Foram ter a Nova Esperança pelas dez horas do dia, macilentos e desfigurados como cadáveres.

Ao se ter conhecimento da tragédia, desfizeram-se os festejos, que se projetavam levar em homenagem aos noivos e comentava-se que o Teotônio, encarregado da direção da piroga, fora o culpado pelo insucesso da viagem.

E assim foi que se realizou o casamento de João Alves.

(*) Garrafãozinho que comporta oito garrafas.
Nota do autor.

XXI

Onias Vieira, natural de Patos (Paraíba), adoecera no seringal São Vicente do rio Mu. Uma dor exasperante de dente o punha de cama e o impossibilitava de trabalhar na estrada de seringueira por algumas semanas.

Não havia dentista, médico, um curandeiro, ao menos, que ensinasse remédio para alívio de tão grave e cruel sofrimento. Sem outro recurso, contou o Onias apenas com o purgante de óleo de rícino, que o Chagas, seu irmão, preparou das sementes de uns pés de carrapateira, que ensombravam o terreiro da barraca. A medicação não dera resultado.

A moléstia agravara-se em conseqüência de uma chuvinha, que o doente involuntariamente apanhou, sobrevindo-lhe, por isso, forte crise acompanhada de tumefação horrível, que lhe defeituava o rosto.

Nessa emergência, o Chagas deliberou conduzir o irmão para o barracão São Vicente.

Trazido em montaria (pequena canoa) o doente desembarcou aos gritos, quase alucinado.

Deram-lhe outro purgante, pois, era o que se tinha a recorrer.

As dores cessaram, mas a inchação degenerou em dois abcessos purulentos, intra-externos, com febre alterada. O doente piorara, começou a tresvariar, soltando frases desconexas e sempre chamando o irmão, de modo que perdemos a esperança de salvá-lo.

O chefe do barracão não estava, andava viajando.

Eu, o Chagas e Francisco Cassiano passamos três noites de vigília em luta com o doente.

Já não agüentava eu mais o enfado, de três noites, que passara acordado sem poder dormir, com o sentido preso no moribundo.

No quarto dia, caí numa rede e adormeci, mas o sono era atribulado. Sonhava asneiras, que pensara durante o dia.

A felicidade era que os companheiros mostravam-se sempre dispostos, principalmente o Chagas que não largava o irmão.

Anoitecera um dia. O soalho do barracão era de paxiúba (palmeira) e bem alto de modo que andava uma pessoa por baixo sem tocar a cabeça no mesmo.

Nessa noite, o doente trespassado de sofrimentos, não dava um só gemido, nem tresvariava, notando-se, porém, uma ânsia como que se o momento do fim de sua existência se estivesse aproximando.

O Chagas, sentado num caixão de querosene, reparava, de vez em quando, com a lamparina acesa, o estado de miséria de seu irmão. Quando o despertador marcava meia-noite, ouvimos a Matintaperera cantar por baixo do soalho do barracão, correspondente à rede de Onias.

Arrepiei-me dos pés à cabeça, o sangue fugiu-me. Aquele pássaro agourento, mal-assombrado, achava de vir do centro da mata cantar debaixo da rede daquele que se encontrava entre a vida e a morte, à meia-noite em ponto.

Isso só poderia ser um aviso fatal, não restava a menor dúvida. Ficamos, todos, em silêncio, sobressaltados ao ouvir o canto do pássaro. Disse eu para os dois companheiros:

— O doente não vai ao dia amanhecer.

Pela madrugada, o Francisco Cassiano fez fogo para ajeitar um café. O dia estava perto de amanhecer, a barra vinha quebrando, já se via o clarão da aurora, quando o Chagas alarmou:

— Venham botar a lamparina na mão de meu irmão, que ele já está se ultimando. Não tenho coragem para assistir o fim de sua vida.

Fez-se uso da lamparina por falta de vela. O Cassiano quis recuar, mas, eu o encorajei:

— Vamos, vamos, bote a lamparina na mão do Onias, já que o irmão não tem coragem.

Ali permanecemos, então. O Chagas soluçando junto à rede, eu e Cassiano também com os corações trespassados de saudade e dor pelo desaparecimento do amigo que se acabava de ultimar.

O drama, porém, continuava. Passamos o dia com o cadáver embrulhado na rede, colocado na sala do barracão.

Às quatro horas da tarde, botamo-lo na canoa para ir sepultá-lo no seringal "Forte da Graça", que ficava a uma hora de viagem de rio abaixo. Lá existia um cemiteriozinho amparado por cerca de madeira.

Largamos a canoa de rio abaixo, os dois remando à proa e eu piloteando-a.

Afinal, chegamos ao porto do destino, mas, não pudemos subir a barranca do rio, que era de altura considerável e o caminho, em ziguezague, até galgar a chã para ir ter ao cemitério. Sendo nós três insuficientes para subir a ladeira

com o defunto, arranjamos ali quatro pessoas, que nos auxiliaram a levá-lo e a fazer o enterro.

Quando terminamos a tarefa, o sol desaparecera no ocaso.

Nesse lugar, havia aguardente.

Compramos duas garrafas. Esvaziamos logo uma.

Voltamos de rio acima, escuro de tudo, chegando em São Vicente às nove horas da noite, quase bêbados, e, apesar disso, o medo ainda era grande. Eu não esquecia o morto um só momento.

* * *

Com duas semanas, mais ou menos, deu-se outro caso *trivial* em São Vicente. Em uma barraca do centro, a duas horas de viagem, residiam os seringueiros Joaquim Monteiro e Antônio Pereira. Este último era um indivíduo ativo e bom, mas vivia constantemente doente, razão por que pouco podia se esforçar.

Quando lhe aparecia melhora em seus incômodos, ganhava o mato a trabalhar. Um impaludismo rebelde, porém quase o inutilizara.

O remédio eram chás, "café beirão" e quanta beberagem doida que se usa onde não há recursos médicos.

Chegando, fortuitamente, um peruano à sua barraca, ensinou-lhe que tomasse, em jejum, meia garrafa de leite de gameleira, que ficaria bom das sezões e do cansaço.

Antônio Pereira conseguiu, facilmente, arranjar o leite e tomou-o de uma sentada.

Purgante enérgico e violento produziu no doente várias dejeções e repetidos vômitos.

O *"médico"* recomendara ao doente que evitasse comer carne de porco (caititu e queixada) durante um ano, outras caças "reimosas" como o jacamim, uru e mutum, e passasse quarenta dias comendo insosso, sem tocar em sal.

Ora, no Amazonas, o indivíduo vê-se forçado a comer o que quer e o que não quer. Como poderia Antônio Pereira cumprir tal regime? Com o purgante, a moléstia complicou-se e o doente não pôde mais ir com seus pés ao barracão.

Certa noite, pelas nove horas, Joaquim Monteiro colocava à mão de seu desventurado companheiro um toco de vela acesa, ajudando-o a morrer.

E morreu mesmo.

Monteiro achou desnecessário ir ao barracão levar a notícia, porquanto eram quatro horas, de ida e volta, perdidas.

Resolveu o caso por outro meio, mais prático: Preveniu a lamparina de querosene, encheu o rifle de balas, ajeitou um pedaço de estopa, atou as quatro pontas, colocou o cadáver do Pereira dentro, e pôs-se a caminho do barracão. Aqui e ali, onde achava um pau a cavaleiro, parava, tomava um fôlego e seguia... seguia, denodadamente, com o defunto às costas com calma e coragem de jumento.

À uma hora ou duas da madrugada, chegava a São Vicente.

Deitou o cadáver no terreiro, subiu a escada e bateu à porta do barracão.

Levantamo-nos, todos, assustados e perguntamos:

— Quem bate?

Uma voz pausada e calma respondeu:

— Joaquim Monteiro.

— Que há de novo? — perguntamos.

— O que há de novo é o falecimento de Antônio Pereira esta noite.

— E onde está o cadáver?

— Ali, — no terreiro do barracão.

Ficamos perplexos diante de tamanha cena e penalizados com a triste nova, pois o morto era amigo e benquisto de todos.

Monteiro passou a dizer que o peruano fora o causador dessa desgraça.

Ao amanhecer do dia, fomos de canoa sepultar o cadáver de Antônio Pereira, no cemitério do "Forte da Graça."

XXII

Sortido um batelão de mercadorias de pronta venda, segui com meu irmão Virgílio e mais um remador, de rio acima, vendendo-as a bons preços — a troco de borracha e cautchu.

Depois de três dias de viagem atropelada, em rio quase intransitável pela galhada que obstruía o leito, conseguimos ancorar no seringal São José, de seu José Pereira Lima. Este, tendo viajado para o Ceará, deixara a gerência de seus negócios e propriedade entregues a Manoel Elísio Frota, moço distinto, inteligente e maneiroso.

Como o rio se achava muito raso, difícil à navegação e estávamos fazendo bons negócios, com pessoas que desciam das cabeceiras e adjacências, estacionamos, nesse porto, por umas duas semanas. Em uma barraquinha, próxima ao barracão senhorial, residia um mestiço de boa estatura e de pouca conversa, carpinteiro, tocador de harmônica, casado com uma mulherzinha simpática, alegre e espevitada. Todas as noites, vinha de sua barraca para o barracão com o fole e a mulher.

Começava a tocar, e, uns oitos rapazes, mais ou menos, disputavam dançar com a *carrapetinha*, que vencia a todos.

A festa nunca ia além das dez horas e o tocador jamais demonstrava ciúme de sua "cara-metade".

Terminado o folguedo, o casal voltava à humilde e pobre residência.

No outro dia, seguia para mata a desempenhar seu ofício, e os homens do barracão voltavam para as trabalheiras quotidianas, ansiosos que o sol desaparecesse no ocaso e chegasse a noite para se divertirem na dança.

Desse modo, os dias iam se passando e a gente muito bem satisfeita e contente.

Nesse lugar, encontramos um paraibano da cidade de Sousa, que nos convidou a pescar num lago arrombado, de água limitada a pequeno poço circundado de capim. O restante do lago estava seco e parecia um campo de futebol perdido no centro da mata.

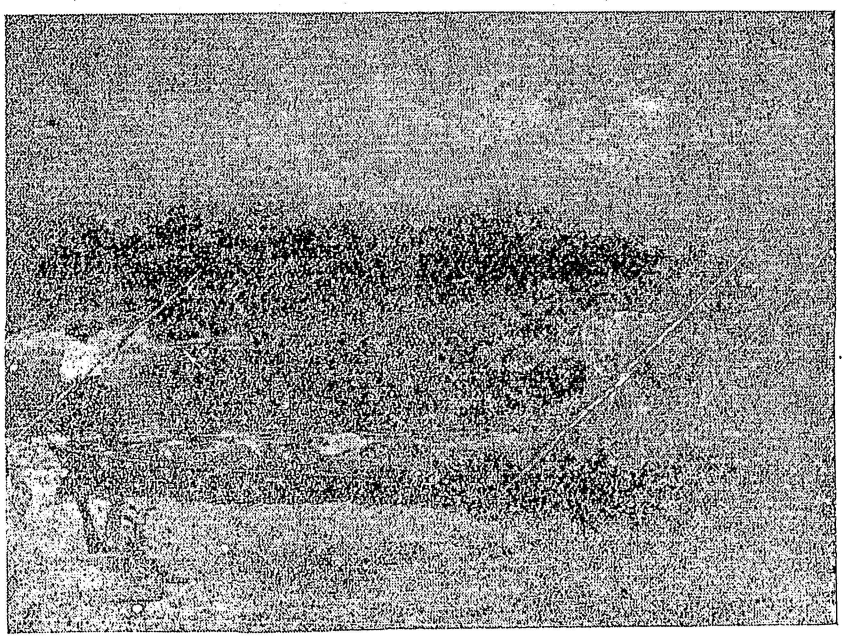
Ficamos admirados, pois nunca tínhamos visto a clareira do sol, a não ser nos rios, projetar seus raios luminosos em campo aberto como o que estávamos nessa hora contemplando.

Ali soubemos que, como o lago ficava próximo ao rio e sendo este de nível inferior, uns indivíduos, de tenaz resistência física, conseguiram abrir comunicação do rio para o lago. Assim, as águas deste se escoaram quase todas, ficando, apenas o pequeno poço, de que falamos, no centro da área ocupada antes.

Começamos a tarrafear batendo com uma vara na canarana (capim grosso e peludo) para o peixe fazer-se ao largo da água do poço.

O pescador jogava a tarrafa e colhiam-se, facilmente, bonitos curimatãs, matrinxãs, carauaçus, aruanãs e pacus.

O sousense entendeu de penetrar na água por cima do capim flutuante para espantar o peixe.



Em plena selva amazônica, o autor deste livro, seu irmão, Silvino Lustosa Cabral, e outro companheiro de aventuras, vadeando um dos afluentes do grande rio. (Fotografia pertecente ao Sr. Francisco Machado, tradicional e conhecida figura no meio social de Patos).

Eu e o tarrafeador, sabendo o perigo existente nas águas, reclamamos a afoiteza do rapaz, certos de que ele receberia, pelo menos, o choque do poraquê.

Não deu ouvidos à advertência, e, quando vimos foi o grito alarmante daquele imprudente por cima da gramínea verdejante e espessa, que não deixara seu corpo submergir-se de todo na água. Mas, o peixe elétrico continuou a dar-lhe repetidos choques e a vítima imóvel, sem sentidos, estorcia-se na agonia da morte, recebendo outras descargas pelas lombadas de seu corpo meio submerso. Afinal, depois de grande aflição, nosso companheiro Justino, que tarrafeava, penetrou no poço por cima do capinzal, e, quando tocou no doente recebeu logo um choque. Gritei-lhe: Pegue no cinturão para evitar o efeito da descarga elétrica. Dessarte, com um forte impulso, o valoroso Justino conseguiu jogá-lo à beira d'água. Nesse momento o poraquê deu-lhe mais uma tacada, derribando-o; porém, eu, com um esforço titânico, consegui arrastá-lo para fora.

Do sousense, em estado de coma e coberto de pium (mosquito), batia, apenas, o coração.

Deixei-o entregue ao Justino e corri às pressas ao barracão, que ficava quase uma hora de viagem, à procura de remédio e de socorro.

Arranjei um pouco de amoníaco e três rapazes para ajudarem a trazer em rede o desventurado paraibano.

Logo que chegamos ao local do sinistro, levei o medicamento às suas narinas e, a muito custo, respirou, soltando umas frases quase impercebíveis, mas que se distinguia bem que se valia de Nossa Senhora.

Colocado na rede, conduzimo-lo à margem do rio, que não era longe, e dali seguimos para o barracão em canoa.

Desembarcado o enfermo, demos-lhe um purgante de óleo de rícino, única meizinha que tínhamos a recorrer.

O doente trespassado de dores, que degeneraram em ataques, passou o resto do dia no morre e não morre, até que, ao anoitecer, morreu mesmo.

Nessa noite, não houve danças.

O tocador veio com sua mulherzinha ao barracão e ajudou a fazer quarto ao defunto até o dia claro, quando tratamos de sepultá-lo.

Como já havíamos passado vários dias em São José e os negócios não eram mais de grande vantagem, resolvemos seguir, à montante do rio, até a foz do Jordão, afluente do Tarauacá, que ficava a uns quatro ou cinco dias de viagem. Chegados ali, os companheiros ficaram e eu tive de seguir a pé, por dentro do Jordão, até suas nascentes, na divisa do Brasil com o Peru, em zona infestada por índios, a fim de justar contas com um sujeito que nos havia comprado mercadorias fiado. E, para vencer essa distância, o rio servia de caminho, já bem estreito e raso. Tive de andar três dias sozinho. Na viagem, ia sempre pisando por cima do rastro de caboclo, que transitava continuadamente ali, vendo a hora

deparar-me com o mesmo, e ser chocado pelo sibilar de uma flecha certeira, partida do mato.

Acompanhando a sinuosidade brusca das curvas do rio, enroladas a pequena distância umas das outras, e, aqui e acolá, um estirão que as ligava, viajava eu cautelosamente.

Vez por outra, interrompia a marcha ao deparar um ruído na folhagem. Assustado e o rifle de prontidão, examinava o caso e via tratar-se de macacos, saltando nos galhos das árvores. Seguia.

No primeiro dia de viagem, pelas cinco horas da tarde, avistei a barraquinha de dois cearenses.

Ali pernoitei e, às quatro e meia da manhã, puseram o almoço e café no soalho da barraca. Depois da refeição, equiparam-se e internaram-se logo na mata enquanto, despedindo-me desses meus camaradas, continuava a marcha de rio acima, ainda quase escuro.

Pelas cinco horas da tarde, cheguei a outra barraca, que se achava em festa. Era um domingo e não sabia.

Por esse motivo, seringueiros de outras vivendas se achavam ali reunidos. O Jordão, nessa altura, projetava-se em rápida curva formando um poço muito piscoso, que encobria um homem.

De longe, ouvi a gritaria dos pescadores, o que me arrepiara todo, julgando tratar-se de índios.

Aproximando-me, receoso, vi que era gente numa algazarra doida, pescando. Recebido, trataram-me fidalgamente. Jantei e dormi nesse lugar, sendo informado de que, se andasse em marcha regular, estaria no último seringal do rio Jordão, do cearense José Maia, pelas três horas da tarde do outro dia.

Conduzia rifle e duzentas balas. Ao chegar à barraca do Maia, que procurava, disse-me este:

"O que é isso? Você está maluco romper sozinho essa distância? Onde dormiu?

"No primeiro dia, dormi na barraca de dois seringueiros, muito abaixo, no segundo, dei com outra onde moravam três e, hoje, estou aqui com você — disse-lhe.

-Não sei como não o agarraram!

E acrescentou:

-Nós, por aqui, só viajamos de dois, pelo menos, e bem municiados, porque aquele que se arriscar ao que você enfrentou só, não é difícil ser tragado pelos caboclos a qualquer momento.

Afinal cheguei em paz. Jantei com os amigos uma saborosa carne de paca, que abati na viagem, acertei os negócios, dormi.

Antes, palestramos bastante à noite.

José Maia não demonstrava ser um homem fatigado, vencido pelas tormentas da luta incessante em que laborava, diariamente. Pelo contrário, era um desses indivíduos que nada temem nem desfalecem ante o perigo e os revezes da sorte.

Comprara a propriedade longínqua e estava, a dois anos, desbravando-a com os seus vinte e tantos homens cearenses, entre a vida e a morte, contra o ameríndio sagaz e belicoso, repelindo-o a bala a todo momento. Persistia e não desanimava na dupla ânsia de arranjar os cobres e voltar confortado, um dia, ao torrão natal.

No dia seguinte, regressei de novo sozinho à foz do Jordão.

Ao chegar, fui sabendo por boca de meus dois companheiros do batelão, que o tocador de harmônica do barracão São José, encontrando sua mulherzinha em flagrante adultério com um daqueles rapazes que, habitualmente, dançavam, quando lá estivemos, desfechou-lhe no peito um tiro de rifle, tendo a pobrezinha morte imediata.

E, assim, com essa tragédia brutal, extinguiu-se a única mulher civilizada existente no seringal São José, no alto do rio Tarauacá.

XXIII

Ao ser criado, em 1906, o juizado de paz, no seringal Alagoas, do Alto Tarauacá, pertencente a um alagoano chamado Porto, cidadão de boas maneiras, era juiz o cearense Francisco Sales, proprietário de seringal.

Naufragara, no Alto, uma canoa carregada de borracha e como o rio achava-se de repiquete (enchente) os remadores não poderiam salvar a mercadoria, descendo esta de rio abaixo. (As borrachas são sempre marcadas com as iniciais do nome do dono.)

Um navio que viajava de rio acima, deparou umas pélas (bolas de borracha) descendo n'água. O comandante parou o navio e mandou que os tripulantes saltassem numa canoa, colhessem as pélas de borracha e trouxessem para bordo.

Conseguiram capturar de dez a doze com cinqüenta quilos de peso cada uma, mais ou menos.

Colocaram-nas expostas, no convés do gaiola. Esse navio parou em Redenção, e eu tive necessidade de embarcar no mesmo até o porto de Tabocal, seringal pouco acima do nosso. A bordo, viajava Napoleão Dourado, comerciante, e senhora.

Tive oportunidade de ver as borrachas, mas não conheci de quem eram as marcas.

Em conversa, Napoleão me disse que viu quando o comandante parou o navio e mandou arrecadá-las, porém até ali não havia aparecido o legítimo dono.

Saltando em Tabocal, tratei do negócio a que ia e voltei a Redenção. O navio prosseguiu para Alagoas, ponto terminal de sua viagem, lugar esse, quase transformado em povoação.

Ali o comandante escondeu a borracha no porão do navio.

Passados dois dias, atracou no porto de Alagoas, uma canoa, que vinha do alto do rio, procurando-a. Indagando, a bordo, do Comandante, este informou de nada saber e que não viu nem pegou borracha alguma descendo n'água.

Napoleão, que ouvira a conversa, chamou o prejudicado, à parte, e disse-lhe:

— Qual é a marca de sua borracha?

O outro respondeu — M. A. P.

— Pois, até anteontem, ela se achava no convés do navio — respondeu Napoleão.

A coisa se agitou. O seringalista deu queixa ao juiz. Abriu-se inquérito sobre o caso e o comandante foi intimado. Em audiência, afirmou não ter sido o autor do roubo e que aquela denúncia era calúnia atirada por Napoleão à sua pessoa, uma infâmia, portanto, e que ele provava o que dizia.

O navio foi todo revistado, de ordem do juiz, sem nada ser desvendado.

Não conseguindo arranjar testemunha, a não ser sua própria mulher, foi preso Napoleão e metido num apartamento incomunicável.

Toda justiça nova é mais rigorosa que as velhas!

Retido na mais cruciante perturbação de espírito, sem ter quem o salvasse, viu-se Napoleão preso e mais enodoado com a pecha de mentiroso e caluniador.

Na prisão, lembrou-se que eu viajara umas duas horas na mesma embarcação e, com ele a bordo, estivemos contemplando as borrachas.

Cientificou ao juiz que tinha uma testemunha a apresentar.

Este, sem perda de tempo, mandou a Redenção um oficial de justiça com três rapazes intimar-me a comparecer ao *forum*.

Segui e, depois de seis horas de viagem de canoa, saltei em Alagoas.

Fui dar o meu depoimento no outro dia, à tarde. Contei minha história como devia ser. Afirmei que, de fato, vira as pélas de borracha no convés do gaiola. O preso, ao saber do resultado de minha narração, ficou radiante.

O comandante entristeceu.

Revistaram, de novo, os porões do navio. Nada acharam.

Os peritos subiram de rio acima e rio abaixo, fazendo pesquisas por toda parte, até que encontraram a mercadoria roubada dentro do capinzal da foz de um igarapé. Nesse ínterim, descia no rio uma canoa e, ao chegar a Redenção, propalou que eu estava preso. Meu irmão irritou-se. Preparou vinte rifles para me ir buscar, arrancar-me, à força, das garras da Justiça. Quando as coisas estavam nesse pé, desceu outra canoa e, vendo meu mano juntando o povo, acalmou-o, explicando que a minha demora era apenas para dar o depoimento e que nada havia contra mim.

Napoleão foi solto. Teve acalorada discussão com o comandante.

Atirou de rifle neste. Porto, o proprietário de seringal, que estava entre os dois apaziguando os ânimos, recebeu o balaço e caiu fulminado. Este caso deu-se em dezembro de 1906.

Em princípio de 1907, deixei o Tarauacá por minha terra, desconhecendo daí em diante a marcha dessa tumultuosa questão.

XXIV

Em 1906 já havia posto fiscal federal na foz do Muru. Sortimos ali um batelão de mercadorias, depois de haver pago os Cr$ 60,00 de imposto, e subimos quase ao fim do Tarauacá, mascateando em troca de borracha. Fizemos regular negócio nessa viagem. No fim desse ano, liquidei minhas contas com o mano e fiquei de prontidão aguardando transporte para voltar à terra natal. Em princípio de janeiro de 1907, chegara ao porto de Redenção o navio "Manauense", da firma comercial J. H. Andersen & Cia. (*) Embarcação nova, havia chegado dos estaleiros de Liverpool e a primeira viagem empreendida foi essa ao Tarauacá. Baixamos e, com dois dias, ancoramos na foz do Muru onde se encontravam seis navios fora o nosso. Chegamos felizes, pois havia ali uma festa. Estava-se inaugurando, nesse dia, a vila Seabra. Achavam-se presentes todas as autoridades — juiz, promotor, tabelião, delegado, agentes do fisco.

Assistimos à festa, ouvindo discursos, vivas, apitos de navios e espocar de garrafas.

À tarde, o seringal da boca do Muru, já era vila Seabra, tomando o nome daquele conhecido vulto da política nacional.

Findo os discursos, ouvia-se o hino da Pátria por um gramofone e, ao som do mesmo, danças animadas com os discos da Casa Edson.

Não havia mulher na festa.

Às cinco horas da tarde, saiu pela mata uma comissão tendo, à frente, autoridades locais, para inauguração de algumas avenidas, deixando-se nas mesmas as respectivas placas.

Dormimos e, no dia seguinte, o "Manauense" tocou de rio abaixo. Ao chagar à foz do Tarauacá, recebemos um grande pontão cheio de borracha, para ser rebocado até Manaus. Com oito dias de viagem, chegamos à foz do Juruá. O Solimões — um deslumbramento. Em certa boca da noite passávamos con-

---

(*) A firma *J. H. Andersen,* inglesa, era a maior das grandes *casa aviatórias* no Amazonas, funcionando também como poderoso banco no comércio de compra e de venda para o exterior da borracha.

Mantinha dois transatlânticos na linha da Europa. (V. L. Tocantins — "Amazônia — Natureza, Homem e Tempo". Ed. Civ. Bras. — Rio — 1982; ONQ.

templando Manacapuru. Ao dia amanhecer, seguimos à montante do rio Negro e, a duas horas de marcha, chegamos a Manaus.

Estávamos no auge da produção da borracha da Amazônia. Por isso, era grandioso o movimento do porto. Em companhia de um primo, hospedei-me na "Pensão 31 de Janeiro" (antiga Cabeça de Porco), a melhor da Capital. Passei doze dias em Manaus, aguardando que a borracha, que trazia, fosse qualificada para ser vendida. Apurei, em sua venda, uns oito contos e tanto. Fiz logo um terno de casemira inglesa por cento e vinte mil réis e com sessenta enchi uma mala de roupas na "Casa 22", comprando camisas a três mil réis, ceroulas a mil e quinhentos réis, meias especiais a mil e duzentos e assim por diante.

Freqüentava sempre com o primo o Café Itatiaia, ponto de reunião da elite de Manaus. Fomos ao Teatro Amazonas,([16]) o melhor do mundo, nesse tempo, onde a companhia Galhardo (portuguesa) estava fazendo uma temporada, sendo a cadeira a sete mil réis.

A cidade, um encanto, com sua esplêndida luz, bondes elétricos e telégrafos sem fio. Vimos correr pelas avenidas um carro Ford. Dizia ser o primeiro que chegara ao Brasil. E o El-Dorado?

Sim, o El-Dorado. Que era esse ambicionado tesouro que vim a conhecer em janeiro de 1907 tão-somente em Manaus? A mais luxuosa pensão, o mais empolgante cabaré da América do Sul. Fortemente iluminado, com todas as sortes de jogos, com teatro, era lugar de lindos rostos de todas as partes do mundo — polonesas, francesas, portuguesas, peruanas, brasileiras dos vinte e um Estados, todas, enfim, ali se exibiam numa libertinagem desordenada, doida.

Escravizado oito ou dez anos na selva, sem relações com o sexo oposto, o seringueiro que chegava à cidade, não o deixava de freqüentar. A exploração era roxa. Muitos ali deixavam todo o dinheiro que haviam arranjado com enormes sacrifícios. "Lisos" — restava-lhes ir ao escritório do patrão implorar uma passagem no gaiola e retornar ao seringal de onde saíram.

* * *

Liquidando os negócios da borracha, comprei passagem de primeira classe, na agência do Lloyd Brasileiro, com destino a Fortaleza (Ceará) no paquete "Maranhão," que chegara do Rio de Janeiro.

Fora preparado para o Presidente Afonso Pena, quando visitou as capitais do Norte até Manaus.

Por esse motivo, continuava, ainda, luxuoso e confortável.

Chegando ao porto de Fortaleza, desembarquei indo à procura de um primo, acadêmico de Direito. Morava com uns seis estudantes, colegas, na rua Senador Pompeu, sendo chefe da "república" (*) um bacharelando de nome Tinoco.

(*) *República* — por muitos anos, era assim chamada a moradia apenas de rapazes estudantes. ONQ.

Como quase todo indíviduo que vai ao Amazonas vale-se de São Francisco do Canindé, prometendo fazer-lhe, se sair do inferno em paz, uma visita, eu também fiz a minha.

Tranquei meu baú, com a reserva que trazia do Amazonas, adquirida só Deus sabe como, e o deixei em um quarto da citada *"república."*

Tomei o trem com o primo até a estação Castro, onde tinha que saltar. Dali, o companheiro seguiu para Baturité, a fim de patrocinar em júri a causa de um réu.

Na estação, arranjei condução e junto a uns romeiros segui com estes à tarde para o Canindé.

Chegamos às nove horas do outro dia, acompanhando, ao entrar à cidade, uma banda de música de crianças, que se dirigia do colégio dos frades para a igreja.

Apeamo-nos todos, e, ajeitados os cabelos num hotel, dirigimo-nos para assistir à missa. O padre subiu ao altar. E, ao *introito ad altare Dei,* apareceu-me uma sonolência.

Ajoelhei-me quase dormindo. Lavantei-me e o sono continuava. Às vezes, pendia para o lado de uma pessoa, junto a mim. Acordava, e a sonolência voltava.

Quando o padre disse *ite missa est,* acordei, o sono desapareceu por completo, fora-se.

Entristeci. Não ouvi missa. Depositei minha esportulazinha no cofre do santo milagroso e voltei ao hotel com o espírito abalado, pensativo, no desejo de ficar para assistir nova missa, do outro dia. Mas, precisava aproveitar os companheiros de volta. Eram doze léguas à estação de Castro.

Assim, resolvi ir com eles naquela tarde.

São Francisco me perdoaria a falta involuntária, que cometi. Minha intenção foi boa. — Voltei com a caravana de fiéis e dormi na metade do caminho. No outro dia, às nove horas, chegamos a Castro. Almocei na estalagem onde havia fretado o cavalo e, às duas horas, regressei de trem a Fortaleza.

XXV

Quando saltei do trem, dirigi-me à "república" dos estudantes da rua Senador Pompeu. Eram seis horas da tarde e, ao encaminhar-me pela calçada, avistei, de certa distância, um sujeito na janela, nu, fazendo um discurso. Entrei e vi que o orador era o "presidente" com um copo de cachaça na mão, trajado decentemente (de ceroula) e se expandia aclamado por seu ministério.

Eu que nunca vira uma palhaçada como essa em moços educados, principalmente o chefe, que nesse ano recebia o pergaminho de bacharel em Direito, fiquei horrorizado.

Ao nos cumprimentar, disse o Tinoco:

Você saiu e deixou sua mala aberta!

Não, absolutamente, não, tenho certeza de que a deixei trancada, — respondi-lhe.

Em meu íntimo, vali-me de São Francisco do Canindé. Considerei-me roubado no dinheiro, fruto dos dez anos de sacrifício pelas matas sem-fim do Amazonas.

Dirigi-me ao quarto, lá estava a mala destrancada. Levantei as roupas e não sei que alegria experimentei, encontrando o dinheiro intacto no lugar que tinha deixado. Quem abriu a mala, não acertou com o dinheiro, ficou desorientado, cego...

Grandes são os poderes de São Francisco do Canindé!

Nesse momento, lembrei-me do sono que tive na igreja, sono que não me permitiu ouvir a santa missa.

Passei com os estudantes uns trinta dias, aguardando a chegada do primo, que ficara em Belém liquidando uns negócios.

Fiz, durante essa permanência em Fortaleza com os estudantes, boa camaradagem e amizade íntima, pois eram distintos e maneirosos.

Admiravam-se, quando lhes contava um pedaço de minha vida.

Conheci ali Joaquim Pimenta, segundanista de direito, que depois notabilizou-se com sua filosofia herética.([17])

Encontrei meu primo (o estudante) em franca apertura por dinheiro. Emprestei-lhe uns cobres para receber depois, de seu irmão que ficara em Belém. Decorrido um mês, e não chegando o rapaz, deliberei seguir para a capital de meu Estado.

O navio "Espírito Santo", do Lloyde, ancorara no porto de Fortaleza com destino ao sul.

Quando tratava de comprar passagem, meu primo falou-me para que arranjasse emprestado duzentos mil réis para o acadêmico Paulo Pedro Montenegro. Era pessoa de Patos, de família importante. "Não conheço essa gente — disse-lhe. Há dez anos, que ando fora dali, mas posso emprestar." (Duzentos mil réis naquele tempo, equivaliam a uns bons contos de réis, hoje.)

Nessa conversa, apareceu o acadêmico Francisco Falcão (de Bananeiras) que concluíra o primeiro ano jurídico e precisava de sessenta mil réis. Poucos minutos depois, aproximou-se de nós Américo Falcão, quartanista, pedindo-me também que lhe arranjasse cem mil réis à capital da Paraíba. O navio estava no porto, era preciso não perdê-lo.

Satisfiz a todos. Daí por diante, nossa amizade cresceu, ainda mais.

Embarcamos no "Espírito Santo", navio velho e péssimo, igual ao "Pernambuco", que me levou ao Pará. Em quatro dias, ancoramos em Cabedelo.

Desembarcadas nossas bagagens, seguimos a trem para a capital. Eu e Paulo Pedro fomos nos hospedar no "Luso-Brasileiro", o melhor hotel da praça, enquanto os outros companheiros seguiram para suas residências.

Depois do banho, sentamo-nos à mesa para o jantar. Dormimos e, no dia seguinte, pela manhã, servimo-nos de um gordo café a pão-de-ló, queijo, leite e pão. Pedimos a conta. O empregado cobrou quatro mil réis de cada um. Saídos da hospedagem, fomos passar oito dias na "república" de uns estudantes sertanejos — os Gorgônios da Nóbrega, do Caicó, na Rua Visconde de Pelotas.

Os companheiros, aos quais havia emprestado os cobres, vieram ali, pressurosos, saldar seus débitos comigo e dar os agradecimentos pelo favor que lhes havia feito.

Nesse dia a *A União* estampara em seu noticiário: "Pelo vapor "Espírito Santo", chegaram a nossa capital, vindos de Fortaleza, os acadêmicos de Direito Francisco Falcão, Paulo Pedro Montenegro, Alfredo Lustosa Cabral e Américo Falcão." Vinham conosco também outros estudantes, de que não me recordo os nomes.

Cheguei em Patos com Paulo Pedro.

Fui recebido com estrepitosa alegria. — Dez anos vividos ausentes dos meus... no Amazonas.

Da íntima e feliz camaradagem com os estudantes, originou-se em mim a idéia de voltar à "república" dos liceanos da Rua Visconde de Pelotas, na Paraíba, hoje João Pessoa.

Ali fui bem acolhido por todos, especialmente por Gorgônio e Janúncio Nóbrega, que me incentivaram e me encorajaram a vencer mais uma etapa na vida.

NOTAS DO AUTOR

Em páginas que se seguem, deixo alguns apontamentos que julgo de interesse para o leitor.

São pequenas observações ao tempo de minha permanência no Amazonas, muitas das quais, talvez, hoje, esquecidas ou modificadas pelo evolver da história do grande vale. Junto, igualmente, ligeiro apanhado de alguns versos do cantador popular de Patos, Severino Pirauá de Lima. São apenas trechos de uma longa cantoria sobre o Amazonas, infelizmente, ao todo, perdida, mas ainda trago de memória algumas dessas estrofes.

(18) A PIRACEMA (Festa dos Peixes) — De ordinário, quando terminavam as enchentes dos rios, em maio, os peixes aceleravam-se no fundo das águas e, reunidos em grandes cardumes, saíam de viagem direta, rio acima, fantasticamente, sem parar, percorrendo enormes distâncias, até, de cansados, se dispersarem. Para onde quer que seguissem, em bandos distintos, não se misturavam. De meia a uma hora seguida, sempre à margem do rio e beirando as praias, passavam os cardumes de mandis, de esporão venenoso e martirizante na barbatana anterior. Atrás, iam os de piramutabas, curimatãs, piaus, pescadas, mocinhas e outros. Afinal, ninguém podia calcular o número e a variedade de peixes que constituem uma piracema.

É exagero, mas dizem que o jacaré é a sucuruju acompanham o "frevo."

Do barracão ou das barracas, à margem dos rios, ouvia-se, perfeitamente, o barulho da piracema. Via-se a agitação das águas, o estrondo produzido pelo choque, talvez, dos cardumes em festa.

Certa vez, passava em Nova Esperança uma piracema. Pouco depois, chegava uma canoa com o porão cheio de peixes de várias qualidades. Os viajantes disseram que, ao passar por cima da piracema, esta assustara-se — os peixes pulavam e caíam dentro da canoa. Esse fato, conto porque presenciei. Os homens não conduziam anzol, tarrafa ou qualquer outro artifício de pesca.

A piracema somente se dispersa após oito ou dez dias de viagem. Nessa época, todo mundo deixa de ser "panema" — que significa caipora, desditoso. Por isso, quando alguém vai pescar ou caçar e nada traz, o companheiro de barraca diz, — Você é um panema. Os panemas encontram, às vezes, o jaboti, o cá-

gado fatídico, que vive no seco. Apanham-no e voltam da caça, porque, nesse dia, não acham em que atirar. As caças encantam-se para eles.

UTENSÍLIOS DE PESCA — Eram empregados na aquisição de peixes, a rede de arrasto, a tarrafa e o anzol. Isso de modo geral, mas havia outros meios diferentes de pescaria, que só mesmo os nativos desempenhavam com arte e grande perícia. Assim, pescava-se o pirarucu e o peixe-boi com o arpão, que é um instrumento de ferro perfurante, de 15 centímetros, com dois ganchos e preso a uma corda, encastoado numa haste de madeira de dois metros de comprido. Joga-se o arpão no lombo do animal e, imediatamente, retira-se a haste, colocando-a na canoa. O peixe, ao receber a preacada, dispersa numa carreira, arrastando a embarcação com certa velocidade. O mariscador (pescador) vai colhendo a arpoeira e, quando o peixe sente a canoa aproximar-se, toma novo impulso, ficando, ao fim, bem cansado. Chegado a este ponto, o mariscador, que conduz, de propósito, uma tora de pau e já divisando o pescado à flor das águas, firma a arpoeira na mão esquerda e com a direita, dá-lhe uma grande cacetada, na cabeça, acabando de matá-lo.

A pescaria do pirarucu era sempre feita no meio de lago, de oito a doze braças de profundidade. O seu embarque, na hora que era colhido, requeria bastante perícia. Muitas vezes, devido ao seu extraordinário peso, ao cairem alguns na canoa, esta se alagava, correndo perigo de sossobrar.

Com a língua do pirarucu, que é igual a uma lima grossa, os caboclos davam polimento a seus arcos e outros instrumentos da maloca. O pirarucu solta, com a cauda, uma chicotada à superfície das águas, igual a um tiro de rifle.

Da mesma maneira, pescava-se o peixe-boi, com o arpão, sendo de preferência realizar-se a pescaria nas noites de luar, quando esse peixe está comendo a canarana (espécie de capim-gordura) nas margens do rio. A pescaria do peixe-boi, por ser sempre à noite, é um tanto perigosa e só pode ser feita por um mariscador muito adestrado no ofício. Encontram-se três qualidades de carne no peixe-boi — de boi, de peixe e de porco. Faz-se dessas carnes um guisado saboroso com o nome de *mixira*. Os caboclos preparam-na e colocam-na em latas bem lacradas, vendendo-a nos hotéis e casas de família de Belém. É um prato apreciadíssimo.

Havia, ainda, a pescaria com arco e flecha, para os pequenos peixes — curimatãs, aracus, piaus, matrin, caruassus, tucunarés, aruanãs, pacus e outros.

As tartarugas eram apanhadas também com arco e flecha e com o jaticá, que era um bico de aço encastoado numa haste de madeira de três metros. O quelônio, estando no fundo dos lagos, desprende, ao respirar, umas bolhas de ar que vêm à tona. O pescador colocava a haste bem no centro da espuma e, com um impulso vigoroso, o jaticá, que se achava engastado na extremidade da haste, ia ter ao casco da tartaruga, preacando-a. Depois, colhia a linha a jeito e,

ao sair fora, punha-a dentro da canoa, isto com muito cuidado porque, com qualquer movimento brusco, o animal quebraria a linha, indo embora.

O mariscador era, quase sempre, um indivíduo do baixo Amazonas, profissional hábil nesse mister. Não havia quem o superasse na arte e só aparecia no Purus, Juruá e outros rios, quando contratado pelos chefes de seringal que o conseguiam com muita dificuldade e mediante ordenado compensador, após convites insistentes.

O mariscador do seringal Nova Esperança, no Juruá, onde estive, chamava-se João Francisco. Era um caboclo simpático, de dezoito anos presumíveis, fumador e tocador de harmônica. Ganhava trezentos mil réis por mês, com outras vantagens — refeição, tabaco, fósforos, etc. Sustentava o barracão, diariamente, de peixe e caça, em abundância. Almoçava-se, jantava-se e ceiava-se peixe. Desconfiado como era, tornava-se necessário tratá-lo com desvelo, do contrário ia-se para outro seringal, onde era acolhido, estimado e querido. . .

Pescava-se, ainda, com o espinhell, que consistia em atravessar o lago com uma arpoeira (corda) bem forte, amarrada de um lado e de outro do mesmo lago. Colocavam-se os anzóis presos à arpoeira, de braça em braça, ficando mergulhados apenas uns dois palmos na água. Servia de isca o coco jari, que o peixe muito aprecia. A palmeira desse coco é bem alta e cheia de espinhos, do tronco às folhas, de modo que somente são obtidos os frutos quando amadurecem e caem. Colocava-se o espinhel à tarde e no outro dia encontravam-se fisgados nos anzóis — o tambaqui, de dez a quinze quilos de peso, semelhante a uma curimatã, a pirapitinga, o surubim, o jundiá e outros. O último chega a pesar sessenta quilos. É preciso que o anzol seja grande e forte para dominá-lo.

No alto dos rios, usava-se uma pescaria extravagante e perigosa. O rio era bastante raso, mas, às curvas, o remanso chegava a ter três ou quatro braças de profundidade. Nesses poços, encontrava-se sempre a pirapitinga, pouco menor do que o tambaqui, mas do mesmo formato. É peixe saborosíssimo e vive sempre em grupos de dois ou três, juntos, a darem rabanadas à flor das águas, que era, nos remansos, bem tranqüila, a partir de setembro. Para o desempenho dessa pesca, três pessoas eram necessárias — uma remava vagarosamente a canoa, outra jogava a tarrafa no peixe quando o divisava, enquanto o terceiro pulava n'água, com uma faca de ponta na mão, agarrando-se com tarrafa e peixe. O companheiro que atirara a tarrafa, colhia e, ao sair esta à tona, recebia o mergulhador o embrulho, jogando-o no porão da canoa.

A pirapitinga pesa, mais ou menos, uns oito quilos. É, como o tambaqui, peixe de escama. Não há tarrafa que os sustente. Só mesmo a necessidade, a conservação da vida, impelia o indivíduo, naquelas alturas, a arrojar-se a uma empresa como aquela.

Numa certa pescaria, em remanso pequeno e meio raso, os homens encontraram uma sucuruju. Correram atrás de outros companheiros para a matarem.

O monstro achava-se ao pé da barreira. Começaram a irritá-lo. Desciam de dois ou três e furavam-no de faca, saindo ligeiro fora d'água. Assim, o grande ofídio, aperreado, aflorou à superfície. A cacetadas, tiros e furadas, conseguiram matá-lo. Estava com a barriga bastante dilatada. Abriram-na sem poderem tolerar a catinga e encontraram no ventre três queixadas, ainda encabelados. Esses porcos já se achavam em decomposição.

Com a barriga empanzinada, a cobra não pôde movimentar-se à vontade, razão por que não reagiu contra seus agressores. Havia apreendido, sem dúvida, os porcos, de uma só vez, quando se aproximavam para beber água no poço.

TRABALHOS E ALIMENTAÇÃO — o regime alimentício no Amazonas era, em algumas partes, bem ruim. Nos lugares onde não havia indios, encontravam-se variadas espécies de caças e peixes, que se conseguiam apanhar com facilidade. Nesses lugares, como já frisamos noutra parte, a vida era boa, porêm raro era o seringueiro que se libertava das garras aduncas do seu patrão. Trabalhava como um jumento, desses que carregam água aqui, em Patos, sem poder nunca saldar as suas contas, pois as seringueiras não o ajudavam. Estavam cansadas e surradas de há bem anos e desprovidas de seiva. O seringueiro cortava, por dia, cento e cinqüenta e até mesmo cento e oitenta madeiras, para colher dois ou três quilos de borracha. Conseguia, apenas, fazer, por ano, 150 a 200 quilos do produto, isso trabalhando de junho a princípio de dezembro, quando as águas cresciam e os rios começavam a transbordar, invadindo as estradas sem se poder mais transitar.

Terminado o fabrico da borracha, quedava-se durante cinco meses sem nada produzir na obrigação de comprar o necessário para a sua manutenção. A A borracha, que extraía, era vendida no toco, isto é, só ao patrão cabia o direito de comprá-la e mais ninguém. Os preços eram estipulados pelo senhor da propriedade, que depois de efetivar a venda, que era sempre metade do preço da praça de Manaus, abatia na conta.

Nos altos dos rios, como as vidas não tinham garantias, dava-se o contrário. O seringueiro era livre, tinha direito a tirar a borracha por conta.

Os proprietários arrendavam duas estradas por 66 quilos de borracha e o seringueiro comprava mercadoria ao patrão ou a qualquer outro que entendesse. Um homem disposto arranjava 6,8 e até 12 quilos de borracha diariamente, cortando apenas de oitenta a cento e vinte seringueiras, mas, além de viver sobressaltado com os aborígines, estava sujeito a malária e, sem exceção, a arranjar o carimbo da ferida braba, na perna, no braço ou em qualquer outra parte do corpo. Dois indivíduos irmãos, fortes e robustos, conseguiram abater um tatu canastra, caça quase exótica, pois, só anda às caladas da noite. Era um animal que chegava a pesar mais de cinqüenta quilos e, se um indivíduo pudesse montá-lo, ele o conduziria a seu covil, tal a sua força. As unhas eram do formato e tamanho do chifre de um carneirote. Faziam juntos três buracos, próximos,

dispostos em forma triangular, com suficiência para entrar um homem deitado e ali viviam, só saindo à noite. A surpresa foi a melhor possível. Passaram os dois uma semana saboreando a deliciosa carne do tatu. Decorridos uns quinze dias, cobriram-se de inchaços vermelhos por todo o corpo e no rosto. Eram as feridas brabas, que chegaram a dimensões horríveis, umas quinze em cada um. Perderam o ano sem poder mais dar um golpe na estrada. Essas feridas eram muito rebeldes e curavam-se com *pós de joana,* tártaro e outras drogas. Quando, de modo algum não obedeciam a esses medicamentos, lançava-se mão de um outro recurso. O doente tomava um "porre" de aguardente. Dois ou três o seguravam enquanto outro, com um caneco de graxa fervendo, despejava-o sobre a ferida. O paciente, exasperado com a dor, esbravejava como uma fera, mas a ferida ficava morta. Alguns preferiam um ferro em brasa ou encher a ferida com pólvora e tocar fogo.

Estes eram recursos extremos, mas que não deixavam de ser, vez por outra, praticados. Era verdadeira miséria a alimentação nesses lugares. O homem lançava mão de todos os recursos para viver. Os peixes, no rio, dificilmente apanhados e as caças quase não existiam. O índio, que era excepcional caçador, com o recurso de saber imitar as caças, conseguia devorar tudo. Era um viver lamentável o do seringueiro, e o que lhe caía na rede trazia para a barraca — macaco prego, guariba, guaxinin, cachorro do mato, onça, camaleão, jacaré, teiú, o diabo, enfim, com os olhos de fogo, se o encontrasse, tinha que ir à panela.

Depois que saí de Redenção, as coisas foram tomando melhores destinos, concorrendo para isso a navegação a vapor.

Surgiu o padre ambulante, ministrando a religião ao selvagem (nós) e o Dr. Fernandes Távora passou uma boa temporada, curando e operando muita gente, naquele rio.

AGRICULTURA — Todos os produtos comestíveis vinham de Manaus e Belém — farinha d'água, manteiga, sal, conservas e, ainda, medicamentos e munições. Da terra nada se conseguia, apesar de sua prodigiosa fertilidade, que dava tudo com vantagem. As dificuldades estavam em se preparar o roçado. Não havia tempo para se brocar uma mata, na qual a maioria das árvores media mais de vinte palmos de circunferência. Numa broca, que fizemos em Redenção — seringal do meu irmão — foram escolhidos três machados vigorosos para derribarem um pau d'arco. Os três homens trabalharam das cinco horas da manhã às sete da noite, já iluminados a farol, quando a árvore veio a tombar, levando na queda, à sua frente, outras, adredemente, entalhadas, para caírem quando o pau d'arco tombasse. Por essa razão, os roçados eram pequenos e feitos com muito sacrifício. O proprietário ia, aos poucos, aumentando-os todos os anos, até conseguir uma roça de proporções regulares onde se plantava o milho, a mandioca, a cana, o mamão, a banana, tendo-se, então, uma grande fartura. Quando chegava a época de crise, à falta de mercadorias, passava-se mal, porém não se morria de fome. Recorria-se ao roçado e comia-se macaxei-

ra assada ou cozinhada, temperada com banana, vinho de assaí, patauá, abacaba e buriti. Para adoçar esses vinhos, quebrava-se a cana com o olho do machado, torcia-se à mão e extraía-se o caldo.

As praias eram adubadas de paul, matérias em sedimento, de modo que se obtinha, vantajosamente, o feijão de corda, o gerimum e a melancia, sem se dar uma enxadada. O mato que nascia ali arrancava-se à mão. No trabalho da praia ou do roçado, o trabalhador era atormentado pelo mosquito pium, intolerável, que ferroava de preferência no rosto e mãos. Todo mundo fumava e, no serviço, colocava o mosquiteiro de cabeça, ficando apenas descobertos os olhos, o nariz e a boca, para o cigarro ou cachimbo. Quase que não havia carapanã (muriçoca), porém o indivíduo tinha de usar o mosquiteiro na rede, para livrar-se de outro inimigo pior — o morcego. Esse miserável deleitava-se com o sangue humano. Em certa noite, tive a ousadia de cair na rede sem o mosquiteiro que, por se achar bem sujo, o havia ensaboado, deixando para lavá-lo no dia seguinte. Assim, dormi sem o amparo da mesmo. No outro dia, quando levantei-me, a rede e o lençol estavam com várias manchas de sangue. O desgraçado deu-me cinco dentadas pelo rosto, mãos e pés. E tive que suportar mais uma vaia dos companheiros. Marcando uma pessoa só, acertava com ela, estivesse no meio de dez ou de doze. É um animal nojento, repugnante e perigoso. Depois das quatro horas, quando o seringueiro desocupava-se da borracha, ia cuidar de torrar o café, fazer lenha para a panela, trazer cavaco para defumar o leito ou juntar caroços de palmeira jaci, que eram queimados em boião de ferro, na ocasião de se confeccionar a borracha, e, ainda, reservava um pouquinho de tempo para lavar a roupa, numa prancha de madeira, à margem do igarapé. Não existia pedras no Juruá e seus afluentes de modo algum. As raízes pivotantes das árvores, não encontrando resistência no solo, aprofundavam-se a muitos metros. Do mês de setembro em diante, apareciam as tempestades furiosas, às vezes, tempestades que chegavam ao mês de dezembro. Quebravam, pelo meio, as grandes árvores, não conseguindo, entretanto, arrancá-las, a não ser as das margens do rio ou igarapé.

SAÚDE — Não havia doenças venéreas. As moléstias mais renitentes eram as sezões, generalizadas no alto dos rios, a ferida braba (19) e as febres catarrais, no fim do inverno, em maio.

Os remédios mais usuais eram o café beirão, pílulas de várias espécies, para sezões, purgantes de óleo de rícino, o sal amargo e o leite de gameleira para icterícia e a maravilha curativa do Dr. Humphreys e, ainda, o peitoral de anacauita, além dos pós para feridas, etc.

POLICIAMENTO — Ao chefe do barracão cabia o papel de resolver as questões do seu seringal. Existiam no Juruá muitos criminosos de morte, sem a menor punição, até que chegaram fortes censuras aos ouvidos do Governo. Este fretou o navio "Rio Afuá" e mandou um oficial de polícia com sessenta praças capturar o que lhe fosse possível. De posse da lista dos barracões onde se

encontravam os desviados, subiu o chefe da força, rio acima. Encostava nos portos saltava com dois guarda-costas, simulando deixar correspondência de Manaus e, nesse ínterim, perguntava, em sigilo, ao proprietário quantos criminosos de morte residiam ali. Este, atemorizado perante a autoridade, informava o número exato. Confidencialmente, o oficial dizia: prepare-os que, no meu regresso, os conduzirei para Manaus. Vá, portanto, catequizando-os, entretendo-os, que, nesses vinte dias, estarei de volta. Não facilite, porque se o criminoso desaparecer, o senhor irá preencher o lugar do mesmo". E, assim, o navio subia até certa altura e, no seu regresso, a polícia ia colhendo os criminosos, algemava-os e deitava-os no porão da gaiola, que chegou em Manaus com cento e muitos prisioneiros. Daí por diante, quando subia o rio um navio, todos perguntavam: — "Será o Rio Afuá?" Com essa medida, a criminalidade no Juruá baixou, sensivelmente, de nível.

Não existia roubo ou furto, porque se o indivíduo chegasse à barraca de qualquer desconhecido, sem o encontrar em casa, podia servir-se do que entendesse — alimentação, munição, contanto que deixasse um bilhete ou, se não soubesse ler, no soalho da barraca, um sinal qualquer.

ESTRANGEIROS — O elemento preponderante no Juruá era o peruano e, com este, não tínhamos relações confidenciais. Vez por outra, estavam surgindo desavenças, críticas, aborrecimentos. Começavam por nos apelidar de maquiçapos ou macaquitos. Pinhéria insossa e atrevida que dava lugar a sérios atritos, dissolvidos com a intervenção maneirosa dos chefes de ambos os lados.

O peruano trabalhava no caucho e vivia como um bicho, arredado no interior da mata, distante, sem contato com os brasileiros, enquanto que estes só se enfeitiçavam pela seringueira, sempre às margens dos rios ou a três ou quatro horas de viagem destas.

Precavido, o peruano não deixava sua *costela*, quase sempre gorda e bonita, trazida do Peru ou arrancada à força de uma tribo indígena. O seringueiro, coitado, invejava-lhe a sorte. Morava só, com seu companheiro e vivia em desespero. Inventava caçadas longínguas, até que ia ter ao taperi peruano, onde alegava que ali viera tocar, perdido. Isto sucedia sempre em horas em que o dono do rancho estava fora, no trabalho ou na caçada. Com essa trama, alguns conseguiam apossar-se da jóia apetecida, em conseqüência do que havia fortes intrigas e até mortes.

Certo cearense do Alto Juruá era sócio de um peruano civilizado. Não sei por que motivo desfizeram a sociedade comercial, ficando o brasileiro com quarenta e tantos trabalhadores peruanos. Num ajuste de contas, estes romperam de modo irreconciliável. O chefe cearense, que contava apenas com pouco mais de meia dúzia de brasileiros, valeu-se do rifle e, de uma vez, matou vinte e sete peruanos.

Tive ocasião de ver o assassino. Era um tipo lombrosiano, feio, mal encarado e bem corpulento. Foi uma chacina terrível. O rio em peso ficou horrorizado e não sei como os nossos diplomatas explicaram o caso às legações peruanas.

Em seguida, ocupava lugar saliente o boliviano, no rio Madeira e no Purus.

No Juruá, apareciam alguns equatorianos, colombianos e, regateando pelos rios, andavam vários turcos, gregos, árabes e outros estrangeiros que exploravam o ramo comercial, em seus batelões carregados de miudezas e outras mercadorias, levando-as até próximo às cabeceiras dos rios.

A CAISUMA (20) — A Caisuma era a bebida predileta das festas indígenas. Arrancava-se a mandioca e depositava-se em um grande alguidar ou prato de barro. Depois de três ou quatro dias, tempo em que estava fermentada, a casca estava fácil de se despregar. Nesse ponto, umas dez ou doze cunhatãs (donzelas) circulam em redor do prato e começam a mastigar toda a mandioca, que já se acha puba, e soltam os bocados no citado recipiente. Depois desse processo, tirava-se o bagaço cuidosamente, ficando a bebida quase coada, com um toque de azedume. Adicionava-se, então, um pouco de caldo de cana para temperá-la. Estava pronta a caisuma. Era a bebida saborosa do ameríndio e, tomada em alta dose, fazia o indivíduo ficar alegre.

Bebi e achei boa, como que sentindo ainda o gosto da saliva das cunhatãs bonitas que a fabricaram...

Se o hóspede ao se aproximar de uma taba de índios, não aceitava uma tijetinha de caisuma, era melhor que não fosse lá, pois, ficava logo antipatizado por todos da tribo, que o chamavam logo de *Cariú pichuera* (homem ruim).

CATUQUINAS E CAXINAUÁS

(21) Da gíria dos Catuquinas e Caxinauás, conseguimos gravar os seguintes termos: Homem civilizado — Cariú; Mulher — Cunhã; Moça — Cunhatã; Menino — Colomi; Camisa — Fari Suti; Calça — Tari Quixi; Meias — Tari tai; Rede — Tari panê; Rede de cipó — Maqueira; Fazendas — Tari; Orelha — Pavinquim; Braço — Suti; Pernas — Quixi; Pés — Tai; Milho — Chuqui; Macaxeira — Mani; Mamão — Chupá; Cana — Tauatá; Galinha — Tacará; Jacu — Pucacunga; Mutum — Assim; Anta — Auá; Cachorro — Camã; Camelião — Xixupani; Vamos — Cauê; Vamos embora — Uri Cauê; Tomar banho — Daxitão; Espingarda — Mucáua; Comer — Mamahú; Ruim — Estapá; Doente — Manuana; Não quero — Timaã; Não presta — Pixueira; Negro — Tapaiúna.

• • •

Sobre assuntos do Amazonas, o cantador Silvino Pirauá de Lima, discípulo e autor do necrológio de Romano — o Romano da Mãe d'água, ou o Romano do Teixeira, por informações de meu irmão Silvino Lustosa Cabral, quando esteve em Patos, em 1984, e me levou para o Amazonas, escreveu um poemeto. (22)

Transcrevemos aqui, a título de curiosidade, algumas estrofes de que ainda nos recordamos:

Nunca fui ao Amazonas
Para descrevê-lo bem,
Mas sempre dou um sentido
Daquilo que por lá tem,
tudo por informação
Segundo me diz alguém.
O Amazonas é composto
De imensas grandezas.
Tem nele grande Recurso
Para amparo da pobreza
A borracha e a castanha
São as primeiras riquezas.

OS RIOS

Descrevo do Amazonas
Os seus rios principais
Com os seus igarapés
Deles conto menos, "mais"
Também direi alguns nomes
De diferentes animais:

Dos rios que lá existem
Pelo que me dão roteiro
Tem o rio Amazonas,
Que este é de primeira,
Tem o rio Tocantins
Rio Negro e rio Madeira;

Tem o rio Solimões,
O grande rio Juruá,
Rio Branco e rio Acre
E o forte rio Japurá,
Rio Purus e Riozinho
E o rio Tarauacá;

Rio Gregório e rio Xingu,
Tem o rio Pauini
E o rio Apurina
De movimento sem fim.
Rio Javari, Tapajós
Rio Copia é assim...

.....
.....

SOBRE OS PEIXES E BICHOS DO AMAZONAS

Tem peixe-boi, tartaruga,
Tracajá, pirarucu,
Tambaqui, pirapitinga,
Matrinxã, carauassu,
Giju e tucunaré,
Aruanã e pacu.

Tem a tal sucuruju,
Que medonha fera é,
Boto vermelho e arraia,
Piraíba e jacaré,
Candiru e tiranabóia,
Pirarara e puraquê.

A arraia, essa é redonda,
Tem a sua ferramenta,
Qualquer pessoa que ferra
Seu espinho se arrebenta,
Quando não mata, aleija,
Nunca sai por onde entra.

O puraquê, esse atrai,
O seu choque é valente
Qualquer pau que tenha n'água
Se em cima tiver gente
Ele roça, dando o choque,
Cai o freguês, não se sente.

O choque do puraquê
Como ele, outro não há,
Chegando no pé de um pau
Roçando no tronco vai
Como não pode subir
Dá o choque e a fruta cai.

.....
.....

SOBRE AS AVES

Tem o tal irapuru,
Inambu grande, jacamim,
Alencó, mutum, macucau,
Também tem o cojubim,
Tem uru, é boa caça,
Tem japó e japiim.

O irapuru quando canta
Tem muito boa atração,
Qualquer pessoa que o ouça
Já é por obrigação
Por mais vexado que vá
Esbarra, presta atenção.

SOBRE AS ÁRVORES

As árvores mais procuradas
São a carapanaúba,
A seringueira, a andiroba,
A solveira, a paracoúba,
A castanheira, a copaíba
E a tal jacareúba.

Depois que descreve em vinte e quatro estrofes a vida e a miséria por que passa o seringueiro no Amazonas, termina do seguinte modo:

Do Amazonas, senhores,
As condições dizem tudo.
Lá só irá pobre besta
Ou por outra cabeçudo,
Iluda-se lá quem quiser
Que eu mesmo cá não me iludo.

Silvino Pirauá de Lima
Chamado — o Paraibano,
Compositor desta obra,
Espera em Deus Soberano
Nunca ir ao Amazonas
Nem Deus lhe dar este plano.

ANOTAÇÕES

(1) A REBELIÃO DO ACRE — Passados mais de oitenta anos daquela ousada luta na selva de que resultou a incorporação definitiva do Acre ao território brasileiro, seria supérfluo refixar, mais uma vez, sua importância geopolítica ou econômica.

Extrema fronteira ocidental, com superfície quase três vezes maior que a do Estado da Paraíba, precisamente 152.599km², mas com população ainda rarefeita de 300 mil habitantes, por aproximação à previsão oficial de 1980, deve oferecer, assim, um largo espaço geográfico que não se pode invalidar face às potencialidades latentes de riqueza do solo, de florestas, de águas e de subsolo, ainda mesmo que sejam apenas conjecturais.

Tudo isso, a ser revelado e conquistado pelo trabalho e poder de iniciativa de sua população, dos agentes do Poder Público ou dos que, sob condições superiores às do fim do Século XIX, para lá emigrarem.

No presente, é o maior exportador de borracha extrativa do Brasil.

De sua luta, para atingir ao nível constitucional a que chegou atualmente, pode-se fixar os pontos evolutivos capitais, através de algumas datas: a 24 de janeiro de 1903, com a rendição das forças bolivianas aos batalhões de seringueiros de Coronel Plácido de Castro; a 17 de novembro, ainda em 1903, pelo Tratado de Petrópolis, graças à atuação diplomática do Barão do Rio Branco, completado pelo Tratado de 1909, negociado com o Peru, trecho do alto Juruá; a 25 de fevereiro de 1904, pela Lei nº 1.181 do Congresso Nacional, que criou o Território do Acre, tendo por capital a Cidade de Rio Branco; por último, a 15 de junho de 1962, a Lei nº 4.070, do Presidente João Goulart e de iniciativa do Senador José Guiomard dos Santos, elevando-lhe à categoria de Estado, instalado a 1º de março de 1963.

Assim, edificado o Estado, outros desafios e considerações se poderiam firmar hoje à margem de sua autonomia e de seu desenvolvimento.

De princípio, a defesa de sua ecologia, efetiva e previsional. Sendo condição vital para todas as regiões equatoriais, de climas cálidos e úmidos, configura-se, de logo, na antevisão de sua decisiva importância para o Acre, quer no tempo ou no espaço.

Pelo que, não apenas, nos grandes centros urbanos, superindustrializados, ou em extensas áreas de monocultura agrícola avassaladora com o desfazimento do equilíbrio biótico do meio, mas na destruição pelo homem, ameaçadora-

mente crescente, do que pouco resta da flora e da fauna de países tropicais, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Abstraindo-se a suposição escatológica com relação às explosões nucleares, talvez alarmista, mas procedente, mesmo assim, em todos e por todos os motivos poderiam ser eliminados, mais cedo ou mais tarde, os elementos ou fatores essenciais à vida sobre a face da Terra, caso não prevaleça a consciência, hoje, incontestável, desperta e atuante, das nações mais civilizadas, e não menos defraudadas sob o mesmo aspecto, no sentido de sua imediata preservação ou de sua restauração.

Naquelas poucas áreas, no entanto, porventura ainda fora do impacto antiecológico da técnica e de civilização industrial, dependendo a sua economia de recursos vegetais extrativos, mas sob a perspectiva de exploração monocultural extensiva de suas terras aráveis, a sua problemática, na hipótese, deveria formular-se em bases diversas às do passado. Nem as prevalecentes ainda no presente à maneira do que vem ocorrendo no Nordeste, com a cana-de-açúcar para produção do álcool-combustível, em prejuízo e conseqüente carência da agricultura de subsistência, diversificada, para as suas populações famintas e subalimentadas.

Sem dúvida, ali no Acre, os melhores solos também são resultantes do revestimento florestal. A sua destruição indiscriminada e predatória, os levaria, desnudos, à lixiviação, à lateralização sob a ação da água e do calor intenso. Daí, as dúvidas pertinentes aos dias atuais, quando lemos em recente publicação do Itamarati, sobre o Brasil, o informe de que, no Acre, a agricultura "é realizada em solos pobres, de *terra firme*, baseando-se a sua economia na indústria extrativa vegetal".

Mas, ainda são centenas de milhares de quilômetros de terras com matas e rios correntes, pelo que não se devem limitar à expressão de "solos pobres" óbvia e exclusivamente, é de acreditar-se, por todo o espaço acreano.

Por outra, os problemas sociais, de desenvolvimento cultural, de saúde, educação, transporte e comunicações irão avultando, a cada dia, em razão das próprias exigências da civilização, do crescimento demográfico e estruturação maior de sua economia, alterada a supremacia aleatória da borracha extrativa-vegetal e da castanha-do-pará por outros fatores produtivos reais, da agricultura, da pecuária à indústria de transformação. Uma Universidade Federal já inicia os seus primeiros passos.

Nascido, no entanto, nos alvores do Século XX, a partir daqueles tempos de sacrifícios inauditos, o Estado e o povo acreano são depositários de um patrimônio não só material, mas de valor histórico e social, que constitui o sólido alicerce de sua autenticidade e de firme projeção no amanhã.

Não traduzimos, nestas poucas linhas, a legendária história de sua formação inicial até ser outra Unidade da Federação, a partir de 1903, à frente da qual vamos encontrar as figuras do Barão do Rio Branco, de José Plácido de

Castro, com seu exército de seringueiros, de Gentil Norberto, sobretudo a gente nordestina emigrada, o paroara, o sertanejo, caboclos e mestiços forjados naquele cadinho.

Mas, não podemos omitir a importância daquela gesta belecista em plena selva equatorial sem referência à sua relevante importância para o Brasil e a América do Sul.

Para tanto, firmamo-nos na autoridade de Calógeras: "A Bolívia, não apenas disputava a posse do território, mas havia feito dele concessão, arrendado a um sindicato norte-americano (Bolivian, Sindicat of New York), com direitos quase soberanos por todo território, alarmando a América do Sul inteira".

Sentindo-se ameaçados, o Brasil e os demais países sul-americanos viam nisso a implantação, em nosso hemisfério, do "lamentável sistema *chartered*". Tal sistema, sentencia, foi "causa da desintegração da África e da Ásia. Daí, fácil se poderia prever as complicações e os conflitos sem fim que decorreriam de tal passo inicial". (V.J. Pandiá Calógeras — Formação Histórica do Brasil — Cia. Ed. Nacional — 1966.)

Em igual sentido, escreveram historiadores do Acre: Cláudio de Araújo Lima (Plácido de Castro — Um Caudilho Contra o Imperialismo — e Leandro Tocantins — Formação Histórica do Acre) e vários outros.

O nome de Acre resultou de alteração da palavra Aquire, denominação de um rio afluente do Purus, segundo o geógrafo inglês Chandless (1865), descoberto por um "mulato amazonense, Manoel Urbano da Encarnação", ou de Aquiri — água corrente do tupi *a-kir-u (a'kir*, do dialeto Ipuriná), na opinião de outros.

Já era, em 1901, a região mais rica de toda a Amazônia, com a melhor e maior produção de borracha, calculando um viajante francês, naquele ano, a sua exportação em milhares de toneladas. "O Acre elegeu-se, desde o princípio, o Eldorado da borracha" (L. Tocantins — livro citado).

De tal sorte que, depois de sua criação até 31 de dezembro de 1914, havia entrado para o Tesouro Nacional com renda superior a 114 milhões de cruzeiros, tendo custado, em moeda de nosso País, trinta e quatro e meio milhões de cruzeiros. Valores monetários calculados com base em 1953. (V.M. da Veiga Cabral — Corografia do Brasil — 1953.) Mesmo adicionando-se a isso as despesas com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mobilização de forças e indenizações, acrescenta aquele geógrafo, obtinha o Brasil, naquele ano (1914), um saldo superior a trinta e nove milhões de cruzeiros. Em 1910, era o terceiro contribuinte da União. (Época áurea da borracha.)

A elevação do Acre a Estado, antes citada, de iniciativa à época do Deputado José Guiomard dos Santos, nascido em Minas Gerais, militar, depois político, tendo falecido no ano de mil novecentos e oitenta e três.

A criação da Universidade Federal do Estado, se deve ao Senador Jorge Kalume, acreano, de família árabe, atualmente no exercício daquele mandato legislativo. ONQ.

* * *

Do gaúcho José Plácido de Castro, desnecessário reeditar aqui a biografia. É por demais conhecida. Nascido em 1875, aluno da Escola Militar do Rio Grande do Sul, depois agrimensor, não tinha trinta e quatro anos de idade, quando foi assassinado no Acre, de emboscada, em 1908, por "sicários a serviço de políticos". Possuía um ousado espírito individualista de insofrido *peleador* hispano-americano, aventureiro, romântico, bravo, um tanto de reparador de *agravios* e injustiças do Dom Quixote e, de outro, de libertador de povos à Simon Bolívar.

Antes de morrer, ferido gravemente, pediu que, morto, seu coração fosse dividido, parte para sua mãe e outra para a noiva, em terras de seu distante Rio Grande. ONQ.

* * *

Injustificável seria omitir aqui, embora não citado pelo Autor deste livro, o nome de Luiz Galvez Rodrigues de Arias, espanhol, curioso tipo de aventureiro, denunciante dos planos de entrega do Acre pelos bolivianos aos interesses dos capitais norte-americano, britânico e até alemão. A serviço do Governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Júnior, aceitou a missão de fundar uma república do Acre, o que realmente aconteceu, a 14 de julho de 1899, tendo por capital a cidade do Acre, hoje Porto Acre, com todos os serviços normais de um Estado. Para os bolivianos, àqueles tempos, era denominada Puerto Alonso.

Foi o último reduto, em 24 de janeiro de 1903, tomado às forças bolivianas, depois de um cerco de doze dias. (*Apud.* M. da Veiga Cabral — livro citado.)

A manobra patrocinada pelo Governador Ramalho, às escondidas, era despertar o interesse do Governo Federal pela integração do território acreano ao Brasil, ante à recusa anterior do Presidente Campos Sales — o que surtiu o efeito desejado após a rebelião de Plácido de Castro — em 1902-1903. ("A Amazônia que os Portugueses Revelaram" — Arthur Cezar Ferreira Reis — 1956; ou com pitoresca amplitude: "Galvez — o Imperador do Acre" — Márcio de Souza.) ONQ.

* * *

De outros ainda, a exemplo do Cel. José de Siqueira Menezes, fundador ali da cidade de Sena Madureira, homenagem ao militar de igual nome ou do Cel. Odilon Pratagy, alagoano, que elevou Brasiléia a cidade, à margem esquerda do rio Acre. ONQ.

(2) Não se positiva exatamente essa versão de A. Cabral sobre Getúlio Vargas no Acre.

Sabe-se que, quando jovem, Vargas foi militar em período breve, antes de ser bacharel.

Assim, alistou-se em 1898 no 6º Batalhão de Infantaria de São Borja. Em 1900, matriculou-se na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo/RS. Em 1902, desligou-se daquela Escola em solidariedade e alguns colegas que haviam sido expulsos por indisciplina.

Voltou ao Exército no 25º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre, quando abandonou a carreira das armas e matriculou-se na Escola Brasileira para complementar o curso secundário, decidido a estudar Direito.

Entretanto, em 1903, quando se preparava para deixar a farda, surgiu uma ameaça de conflito entre o Brasil e a Bolívia em decorrência da disputa pelo então Território do Acre. Vargas apresentou-se à sua unidade e partiu para Corumbá (Mato Grosso).

Resolvida, de logo, a questão pacificamente pelo Barão do Rio Branco — tratado de Petrópolis — 1903, voltou ele ao seu Estado. (Vide Paulo Brandi — "Vargas, da Vida para a História" — Zahar Editora — Rio de Janeiro/RJ). O.N.Q.

(3) MARECHAL GREGÓRIO TAUMATURGO DE AZEVEDO — Descendia o Marechal Taumaturgo de extensa família nordestina, notadamente fixada na Paraíba, Rio Grande do Norte e Estados vizinhos. (Há, a propósito, um volumoso livro, de 750 páginas, embora de forma e caráter empírico, escrito por Sebastião de Azevedo Bastos, Tabelião em João Pessoa — PB, Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, já falecido, sob o título: "No Roteiro dos Azevedos". Abrange larga distribuição de Azevedos por várias partes do Nordeste, em especial, o seu Estado e o Rio Grande do Norte).

O Marechal Taumaturgo nasceu no Município de Barras, Estado do Piauí — 1853 — 1923, teve uma atuação política relevante no norte do País e, ao que tudo indica, o Autor ainda era seu parente distante. Foi o primeiro Governador constitucional do Amazonas, partidário do Marechal Deodoro da Fonseca. Homem culto, deixou livros e publicações outras, foi presidente da Sociedade Brasileira de Geografia. Era bacharel em Direito e foi o fundador da cidade de Cruzeiro do Sul — Acre — em 1904.

Antes da rebelião de Plácido de Castro, esteve em 1895, no então Território, como emissário do governo da República, ainda Coronel do Exército. Ali, encarregado de fixar os limites entre o Brasil e a Bolívia, constatou os erros dos mesmos limites, fixados por comissões anteriores brasileira-peruana, em 1874, e, como o governo brasileiro não apoiasse as suas conclusões, "num gesto

de patriotismo", preferiu deixar a Comissão. (Idem, M. Veiga Cabral — Corografia do Brasil — 1953).

* * *

Quando o Cel. Antônio Olímpio da Silveira, ainda em Canudos, "era do 8º Regimento, Comandante da Brigada de Artilharia da 1ª Coluna, sob o comando do General-de-Brigada João da Silva Barbosa". (Ordem do Dia nº 102, de 12 de agosto de 1897, do General Artur Oscar de Andrade Guimarães. *In* "Os Sertões", de Euclides da Cunha).

Em 1903, então General Olímpio da Silveira, ocupou militarmente o Acre, por determinação do Governo Federal, depois da revolta de Plácido de Castro e a rendição das forças bolivianas, a 24 de janeiro daquele ano, ao intrépido militar gaúcho "defensor da causa acreana". ONQ.[1]

(4) O Tenente Luiz Sombra, mais tarde o Capitão Luiz Gonzaga Sombra, a que se refere o Autor, era cearense, amigo de Capistrano de Abreu, com quem se correspondia. Prestou-lhe significativa contribuição ao conhecimento da língua dos Caxinauás, ao trazer-lhe à sua convivência, no Rio de Janeiro, dois legítimos índios daquela tribo. (V. Correspondência de Capistrano de Abreu, I e II vols — Rio — 1954 — Ed. do Inst. Nacional do Livro). ONQ.

(5) O Padre Fernandes Távora depois monsenhor, era cearense, realmente, da família Távora dali, e a que pertenceram o Deputado Fernandes Távora e o General Juarez Távora, também citados.

Em vida, prestou constante assistência religiosa à população acreana. Segundo informe autorizado, estando em Roma, na qualidade de Camareiro-Mor do Vaticano, de lá veio para o Acre, onde faleceu muitos anos depois, sendo, ainda hoje, enaltecida a sua memória. Está sepultado na cidade de Sena Madureira/AC. ONQ.

(6) Entendemos caber aqui outra anotação. Talvez desnecessária, mas que a mesclamos de certa veemência, nada original, para os estudiosos e bem entendidos em cousas e fatos do passado da Amazônia.

É que, sem pretensão alguma de parecer "uma voz que clama no deserto" do evangelista, ressalta desses simples retalhos da memória de A. Cabral, outra prova do crudelíssimo relacionamento, herdado da colonização portugesa, entre o gentio e os "civilizados" de ontem e, ainda, de hoje.

A despeito da distância excepcional no tempo, nesse sentido, permanece a voz longínqua de Anchieta: "O que mais espanta os índios e os faz fugir dos portugueses (hoje diríamos dos brasileiros, edificados pela técnica e a "civilização cristã e ocidental") são as tiranias... afastando-os de pais, mulheres e filhos". (João Ribeiro — história do Brasil).

Quase semelhante às expedições da fase colonial primitiva, foi essa *correria* descrita pelo Autor, "manchada de sangue na atrocidade de todos os crimes". (Idem João Ribeiro).

Mas, com uma profunda diferença: o emprego do rifle *Winchester* e os cuidados de afastar, pela vingança e a violência, o silvícola dos seringais, ocupando-lhes áreas, dizimando-os, espatifando-os.

Sem dúvida, isso acontecia no ontem próximo, mas pode verificar-se em continuidade no presente, sob condições diversas, da busca da mineração, dos garimpos aos espaços para os latifúndios acobertados pelas legalizações cartoriais de última hora, modalidade de espoliação mais eficiente e sofisticada.

Daí, por que, da solidão ensombrada da selva equatorial amazônica, talvez ainda venha a escrever-se sobre outro genocídio ameríndio, ora semi-encoberto e constituído de episódios idênticos na larga extensão de seus espaços, ao curso dos rios, das longas distâncias e na escalada dos tempos modernos.

Assim aconteceu com o livro de Dee Brown — "Enterrem meu coração na curva do rio", tradução brasileira de Geraldo Galvão Ferraz, Ed. Melhoramentos — SP — 1970), no tocante aos índios peles-vermelhas do oeste americano, no Século XIX, dizimados pelas carabinas de repetição, o álcool e a sífilis.

Curioso destacar-se sob o aspecto ferido por A. Cabral, a destruição das culturas agrícolas dos índios e das suas malocas, "semelhantes a circo de cavalinhos" (pág. 63), a ruína levada a efeito de um esboço de sociedade comunitária —" roçados enormes, cheios de lavoura de milho, mandioca, algodão para os arcos". E, mais, "a horda invasora apoderar-se de suas habitações e roçados enxotando os índios para o centro da mata" ou "destampando (sic) as cabeças dos inocentes curumis".

Tudo isso, poderia ser outra denúncia à consciência desta Nação, não fosse o anonimato provinciano que envolveu o narrador e o espaço de quase um século que nos separa de sua aventura. ONQ.

MITOS AMAZÔNICOS

(7) As referências que A. Cabral faz a mitos da região amazônica devem ser compreendidas, sem dúvida, sob as condições em que ele ali viveu, de 1897 a 1903.

São, ademais, conhecidos hoje todos esses mitos.

Mas, jamais, em seu caso, poderiam confrontar-se tais referências às de inúmeras autoridades, nacionais ou estrangeiras, de reconhecida competência em Etnologia brasílica, de ontem e de hoje.

Colhidas ao curso de uma episódica vivência em atividades práticas de seringueiro, testemunham, pelo menos, a impressão que, ao seu espírito, deixaram alguns daqueles fantásticos seres.

Nesse sentido, tomamos a liberdade de mencionar, em breves linhas, o que, no presente, se há constituído sobre o significado de tais mitos e a que o Autor se dedicou:

(8) O CURUPIRA — "Um dos mais espantosos e populares entes fantásticos das matas brasileiras", assim a ele se reporta L. Câmara Cascudo em seu "Dicionário do Folclore Brasileiro". E, escudado pela competência de Ermano Stradelli (1881) (Vocabulário Nheengatu-Português), assim define o vocábulo: de cura contração de corumi — e pira — corpo de menino.

Mencionado desde o Padre José de Anchieta, diz o folclorista norte-riograndense, passando de "demônio da floresta, explicador de rumores misteriosos, desaparecimento de caçadores, esquecimento de caminhos, foi lentamente o CURUPIRA recebendo atributos e formas físicas, que pertenciam a outros entes ameaçadores e perdidos na antigüidade clássica".

Ainda diz que "Barbosa Rodrigues compendiou as modificações somáticas do CURUPIRA amazônico e paraense dessa maneira: tem quatro palmos de altura em Santarém; é calvo, com o corpo cabeludo, no Rio Negro, sem orifício para as secreções, no Pará; com dentes azuis ou verdes e orelhudo, no rio Solimões, sempre com os pés voltados para trás e de prodigiosa força física, enganando caçadores e viajantes" etc.

Dele falando, A. Cabral, diz que, quando caçava, o viu sob a forma de "uma anta" trotando à minha frente e, num segundo, desapareceu, encantou-se, sem o menor sussurro.

(9) JABUTI — na língua geral — Yabuti é o cágado famoso de tantas estórias do folclore nacional.

Citado pelos naturalistas estrangeiros, já no Século XIX, suas aventuras encontraram em C. F. Hart, a primeira divulgação. Representa, na mitologia do Amazônas, o mesmo papel da raposa na do Velho Mundo *(Apud L.* Câmara Cascudo).

Para o autor de "Dez Anos no Amazonas", o jabuti é um cágado azarento, mas que serve para atrair a caça. No entanto, é ludibriado pelo caçador quando este não encontra qualquer outra caça, "levando-o à panela", na falta de alimento.

(10) SUCURUJU ou boiúna — e, ainda, sucurujuba, sucuriú, sucuri, sucuriju. Diz Raimundo Morais (O Meu Dicionário de Cousas da Amazônia) que "esta cobra é uma verdadeira mina literária. Apesar de ser a maior da Amazônia, encontra-se mais em livros que nos igarapés. É a cobra grande, a boiúna.

Castro Alves, em seus versos sobre a Cachoeira de Paulo Afonso, apelida o rio São Francisco de "A sucuri do infinito"...

O termo primitivo é sucuri, corrutela de *suu-curi,* o que morde ligeiro, de bote apressado — segundo Teodoro Sampaio.

A. Cabral dá duas versões lendárias da sucuri. Como embarcação fantástica ou como rapaz esbelto e alegre, freqüentando festas e danças no baixo Juruá.

(11) BOTO VERMELHO — é o golfinho do rio Amazonas transformado em ser mítico e, na citação de A. Cabral, "namorador e safado".

José Veríssimo já dele escrevia que era "a uirá do índio, como sereia antiga, canta, tem o dom de seduzir"... (As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia — Sua Linguagem, Suas Crenças e Seus Costumes).

L. Câmara Cascudo em seu "Dicionário de Folclore Brasileiro" dá amplo informe, dizendo, de início, que "o boto seduz as moças ribeirinhas nos principais afluentes do rio Amazonas e é o pai de todos os filhos de responsabilidade desconhecida".

Segundo a versão de A. Cabral o boto se transforma em moço bonito e conquistador das cunhantãs, acrescentando que "o olho do boto preparado por especialista em bruxaria é empregado para efeito de conquistas amorosas".

(12) MATINTAPERERA — Raimundo Morais (País da Pedras Verdes) menciona-o, ao lado de outros da mitologia amazônica, que desnorteiam e fazem os viajantes se perderem na floresta ou que lhes bebem o sangue.

José Veríssimo diz (obra citada antes) que o matintaperera "é um feiticeiro, que usa uma flauta na qual toca: "matin-natá-pererê — corrução de matinatá-pererê". E, acrescentava: "Indivíduo nômade, que anda a gritar com assobio de pássaro ou a pedir tabaco."

Câmara Cascudo melhor esclarece dizendo: "Matintaperera — de matiniati-taperê — nome de uma pequena coruja agourenta."

Depois, afirma que "não é realmente uma coruja, como pensava Stradelli, mas um cuculídeo, ave da família zoológica dos anuns, também conhecida como sem-fim e saci (Dicionário do Folclore Brasileiro), modalidade, diz ainda, "do mito do saci-pererê, na sua forma ornitomórfica".

Na versão colhida por A. Cabral é apenas ave agourenta, que aparece na barraca do seringueiro, encantada e que, repetindo seu canto, jamais é vista.

(13) IRAPURU — são inúmeras, hoje, as referências e citações conhecidas do *irapuru,* grafia esta que L. Câmara Cascudo corrige para *uirapuru.* E, firmado sempre em Stradelli (Vocabulário Nheengatu-Português) passa a definilo como pássaro ornado, maravilha da mata, que se faz ouvir por todos os outros pássaros da vizinhança" etc...

Já, em 1886, o naturalista Henry Walter Bates dava a seguinte interpretação à palavra *uirapuru* — papauirá — formada de *papa* como freqüentativo de pá — sonoro, e *uirá* — de guirá — passáro.

Esta significação foi aceita pelo naturalista paraibano C. de Melo Leitão (Idem — L. Câmara Cascudo — Dicionário do Folclore Brasileiro).

Já, João Ribeiro (A Língua Nacional — Cia. Ed. Nacional — 1932) aprofundou a investigação sobre a lenda do *irapuru* "avezinha fabulosa da Amazônia, trazendo a quem a ouvir a felicidade". Cita também H. W. Bates, e afirma que o desenvolvimento do mito remonta aos povos arianos mais antigos.

Ainda em nota, além da citada grafia *irapuru* — oferece as de *reirapuru, guirapuru,* como outras variações...

A. Cabral diz quase as mesmas coisas do folclorista, adiantando que alguns o têm como encantado e que os feiticeiros embalsamam para negócio, acrescentando que "dizem ser ave pequena, sem beleza, do porte de um rouxinol". O.N.Q.

(14) O MAPINGUARI — Sobre o Mapinguari, A. Cabral dele deu notícia lá pelos primeiros anos vinte, na revista *Era Nova,* editada em João Pessoa, àquela época Paraíba, Capital do Estado de mesmo nome.

É curioso notar que o mito *Mapinguari* foi referido, anos depois, em 1938, por Francisco Peres de Lima (Folclore Acreano — Rio — 1938) além de outros autores de tempo anterior, inclusive Basílio de Magalhães em *Contos e Fábulas Populares da Bahia.*

O autor diz que o "monstro fabuloso apareceu no Tarauacá em 1906. Sua versão terrífica é quase a mesma dos outros autores. No entanto, depois de afirmar ser um bípede de três metros de altura, diz ainda que tinha "crosta à moda jacaré, um grande olho na testa, alimentando-se de carne de gente e de macaco".

Em tudo isso, parece-nos haver uma diluída revivência da mitologia grega dos ciclopes e de seu maior gigante Polifemo, na Odisséia, de Homero, também de um olho só e comedor de carne humana.

Como notou genericamente L. da C. Cascudo em relação à mitologia ameríndia, o Mapinguari aqui aparece recebendo atributos e forma física de outros entes mitológicos e ameaçadores da longínqua antiguidade clássica. ONQ.

(15) Cabe aqui um breve esclarecimento: "A Revolução de um tal João Brígido", referida pelo Autor, nada mais fora que um prelúdio às acesas lutas políticas do Ceará, nos primeiros vinte anos da República Velha, e que culminaram com a "Revolta do Juazeiro" — (1913/1914) e a deposição do governador dali, Ten-Cel Marcos Franco Rabelo. À época das famosas "salvações" do período presidencial do Marechal Hermes da Fonseca.

João Brígido, líder político, historiador, jornalista ardente e combativo, fundador do jornal *O Unitário,* teve uma participação excepcional ao longo daqueles anos. Por outro lado, o citado Governador José Clarindo, era o Gen. José Clarindo de Queiroz, sogro de Franco Rabelo, deposto o primeiro em 1892, pelos partidários dos Accioly, família oligarca a partir do antigo Senador do Império Antônio Pinto Nogueira Accioly. O filho deste, o Dr. José Accioly, era também deposto do cargo de Governador, mais tarde, em 1912.

João Brígido, que pertenceu ao velho Partido Republicano Conservador do Ceará, em 1903, tornou-se dissidente e assumiu violenta luta contra os Accioly. Partidário de Franco Rabelo, logo mais rompia com este, fundando um novo partido — Ala Radical do PRCC. Seus partidários eram popularmente chamados de "marretas". (V. Otacílio Anselmo e Silva — "Padre Cícero — Mito e Realidade" — 1968 — Rio. Ralph Della Cava — "Milagre em Juazeiro" — 1977 — Rio. É vasta a bibliografia sobre o assunto. Citamos esses dois autores, apenas, dos mais recentes.) ONQ.

(16) O Teatro Amazonas é um símbolo de quanto restou daquele fantástico e meteórico ciclo da borracha extrativa no Norte deste vasto País.

Remanescente arquitetônico de quando, sob a linha equatorial do continente, em plena selva, chegava a Belém ou a Manaus, atraídas pelo fluxo de outro diferente rio, o dinheiro, as companhias líricas, as orquestras sinfônicas, os cassinos, as representações teatrais, as operetas, o *vaudeville,* copiado ao *Moulin-Rouge,* prostitutas de vários países ou nativas, o encanto das viagens ao Velho Mundo, hábitos e costumes importados para uma efêmera burguesia europeizada de *nouveaux-riches,* graças aos polpudos negócios com a *hevea-brasiliensis.*

Por outra, atingiu o mundo civilizado ao limiar da vertiginosa expansão da eletricidade e do automóvel, necessitando-se, no ocidente industrial e capitalista, da borracha natural por componente básico à sua utilização.

Às vésperas também da I Guerra Mundial, não poderia ser menos acirrada a concorrência no comércio de matérias-primas tropicais, mas pouco se poderia antever o desabamento, logo depois, de todo o universo de valores políticos, econômicos, sociais e artísticos, enfim da "preeminência do homem branco" ou do imperialismo financeiro britânico sob o dorso presumido de inexpugnabilidade da esquadra de Sua Majestade em todos os mares.

Só mais tarde, como a tantos outros de alto espírito, despertaria o canto melancólico de Paul Valery: "Nós outros, civilizados, agora sabemos que somos mortais."

Era o trágico sentimento europeu resultante do advento do imperialismo e do capitalismo monopolista, denunciado por Lenin, e que avassalava o primeiro quartel do Século XX.

Mas, enquanto naquelas duas cidades brasileiras acontecia todo aquele falso brilho de civilização, miseráveis legiões de seringueiros sugavam como *coolies* das florestas o látex ambicionado pelos mercados dalém mar.

Explorados assim eram, quer por seringalistas, proprietários das áreas produtivas, pelo comércio estrangeiro adventício ou pela fascinação deslumbrante, à época, daqueles dois centros urbanos, onde se liquidavam, muitas vezes, as suas pobres economias no jogo ou no sexo.

Depois, passou o fascínio. A seringueira foi transplantada para a Malásia, para Singapura, pelos ingleses, lá rebentando em plantações mais rentáveis, agronômica e racionalmente disciplinadas, dando margem à ruína de toda a frágil estrutura econômica amazonense daqueles tempos, edificada sob o signo da exploração internacional, do aventureirismo, da incerteza e da imprevidência.

O Teatro inaugurou-se no governo de Eduardo Ribeiro, malogrado engenheiro e mulato maranhense, assassinado depois, e que foi, a rigor, o construtor da nova Manaus daqueles tumultuosos dias. Uma grande ponte, edifícios, avenidas, na atualidade, ainda assinalam traços de seu trabalho e de sua invulgar competência administrativa.

Mas, o Teatro ali permanece imponente, nos mesmos moldes da arquitetura decorativa, de ordenamento composito, a *art-nouveau* européia do fim do século, antes que dominassem as estruturas simples e desvairadas dos arranhacéus, do concreto armado, do aço, das ligas de metais leves, do alumínio ou dos plásticos.

A sua cúpula enorme, com reflexos de ouro, deve-se ao arquiteto Augusto Plane, enquanto que a colorida decoração interna, com motivos clássicos, ao pintor De Angelis.

A sua inauguração ocorreu em 1896, no último dia de dezembro. "La Gioconda", de Amilcare Ponchielli, foi a primeira ópera encenada por Companhia Lírica Italiana contratada pelo maestro brasileiro J. Carvalho Franco (7 de janeiro de 1897.)

Imperavam, em suas feéricas noites, casacas suntuosas *toilettes de la derniére mode parisiense.*

Noites de óperas copiadas às das grandes cidades européias sob a cálida atmosfera equatorial, não faltando nem a champanha, os vinhos generosos de importação, as requintadas ceias, os charutos, jóias e perfumes raros, por tudo o

que levava o francês Jean de Bonnefous, citado por escritor nacional, à convicção de que: "La civisation la plus rafinée est parvenus jusqu'a Rio Negro". (O grande afluente do rio Amazonas, em cuja foz situa-se Manaus). ONQ.

* * *

A Companhia Galhardo, a que se refere o Autor, pertencia ao dramaturgo português Luís Galhardo (1874-1929). Militar, depois político, jornalista e escritor de peças teatrais, além de construtor de teatros e organizador de companhias que atuaram em Portugal e no Brasil.

Traduziu peça de Ibsen para o português e, afora as suas próprias e outras obras de dramaturgia, fazia representação das famosas operetas de Franz Lehar — a "Viúva Alegre", "Conde de Luxemburgo".

Foi também administrador do Teatro nacional de Lisboa. ONQ.

(17) Neste último capítulo XXV, reporta-se o autor a alguns nomes do passado, dentre os quais o de Joaquim Pimenta, "segundanista de Direito" notabilizado por sua "filosofia herética".

Trata-se, nada mais nada menos, do que o cearense, mais tarde, professor Joaquim Pimenta, da Faculdade de Direito do Recife, então simples estudante em Fortaleza. Depois, líder popular, socialista, que foi, com profunda atuação junto aos operários nos agitados tempos da sucessão governamental de Pernambuco, em 1922. Ao lado do ex-Governador daquele Estado, Manoel Borba, bateu-se contra a política intervencionista do Governo Federal na pessoa do Presidente Epitácio Pessoa e de seus parentes naquele Estado.

Nas lutas pelo socialismo, ao seu tempo, participou como nome de projeção intelectual e política ao lado de Maurício de Lacerda, Leônidas Rezende, Nicanor do Nascimento, Everardo Dias, Pontes de Miranda e vários outros.

De sua atuação, em Pernambuco, naqueles tumultuados dias de 1922, o escritor José Lins do Rego traçou o seu perfil no romance "O Moleque Ricardo" — Ed. José Olympio — Rio— 1940. O professor Joaquim Pimenta ali figura sob o nome do Dr. Pestana.

Anos depois, com Carlos de Lima Cavalcanti, seria em Pernambuco um dos líderes da Aliança Liberal.

Por outra, em seu livro "Retalhos do Passado: episódios que vivi e fatos que testemunhei", Rio — 1949, dá J. Pimenta notícia de suas lutas e de sua vivência política. (Entre outros, V. Everardo Dias — "Histórias das Lutas Sociais

no Brasil" — São Paulo — 1977 — Edgard Carone — "A República Velha" (Evolução Política — 1974 — São Paulo).

* * *

Outro nome também citado de estudante da época é o de Américo Falcão (Américo Augusto de Souza Falcão), poeta lírico dos mais exaltados na Paraíba, cantor romântico das praias, dos coqueirais e do ensolarado litoral paraibano, com vários livros publicados, a partir de 1898 a 1934. ONQ.

(18) PIRACEMA — Bem antes, José Veríssimo (Dias de Matos), o historiador e crítico da Literatura Brasileira — (1857/1916) em trabalho sobre as "Populações Indígenas e Mestiças do Amazonas — Sua Linguagem e Seus Costumes" — a partir de 1878, havia dado o seguinte significado da palavra:

Piracema — bando de peixe, cardume. De *pira* = peixe e *cema* = sair. E, acrescentava: dá-se este nome aos cardumes de peixes que aparecem em certas épocas do ano, chamados, por isso, "tempo da piracema", isto é, "tempo da saída dos peixes".

Esta é a tradução prevalecente da língua indígena para o português. L. Câmara Cascudo não a menciona em seu "Dicionário do Folclore Brasileiro", mas no "Novo Dicionário da Língua Portuguêsa — 1975 — A. B. de Holanda adota a mesma versão de José Veríssimo: *pira-sem* (com *s*) sair-peixe. "A época em que, no Amazonas, os grandes cardumes de peixes arribam para as nascentes dos rios". ONQ.

(19) FERIDA BRABA — é a leishmaniose. Roquette Pinto (Rondônia — Ed. Nacional — 1935 — SP) nos dá competente informe sobre esta doença. De logo, assinala que "ferida braba não é ferida, é úlcera, e que é mal das regiões amazônicas".

Depois, em anotação abaixo, das págs. 93 a 94, transcreve de Otávio Fonseca Jr. o seguinte: "Sob a denominação de ferida braba, se designam no interior do Brasil, pelo menos, três entidades mórbidas diversas: a leishmaniose tegumentar americana, a úlcera fagedênica tropical e a éctima".

Roquette Pinto não destaca, dentre cerca de cem casos que examinou junto à Comissão Rondon, em 1912, qual das três modalidades de leishmaniose era a prevalecente na região amazônica. Mas, deu um breve roteiro etiológico, que nos parece aplicável aos casos citados por A. Cabral: "Mal das regiões da vertente amazônica, às vezes, começa com um furúnculo; outras, enxerta-se numa verdadeira ferida, escoriação aberta pelos espinhos da mata, picada de mosquito ou carrapato. Depois cresce; quase indolor, tórpida, vermelha, sangrando pouco, etc. Levam as feridas tempo a sarar. Meses a fio, ficam cravadas na pele,

como pequenas crateras de vulcão, sem atar nem desatar, atormentando os míseros doentes".

Entretanto, procurou verificar Roquette Pinto a existência da ferida braba entre os índios, e "ela não os molesta. Não vi um só pareci ou nambiguara atingido pelo mal", diz adiante.

Não procede, portanto, a suspeita de A. Cabral de que daquela "deliciosa carne" de um tatu canastra tenha resultado nas feridas brabas de dois irmãos seringueiros. ONQ.

(20) CAISUMA ou CAIÇUMA — a primeira é a grafia de L. C. Cascudo; a segunda, de A. Buarque de Holanda. Ambos, porém, acordes em defini-la como resultante do milho fermentado.

Por isso, no caso, importa aqui examinar a veracidade ou não do *autor* deste pequeno livro. Na generalidade, é conhecida a caiçuma como sendo cachaça, o caxixe dos índios, feita de milho fermentado, definida, assim, modernamente, a partir de Stradelli, a que se escuda, tantas vezes, em seu Dicionário do Folclore Brasileiro, a reconhecida autoridade do mestre norte-rio-grandense.

Entretanto, não o é, apenas.

A. Cabral não se enganou.

A caiçuma, entre os índios, tanto deriva do milho quanto do que, já no longíquo Século XVI escrevia Hans Staden (Viagem ao Brasil) ou Jean de Léry (Viagem à Terra do Brasil) — das raízes da mandioca ou do aipim (macaxeira). O processo é o mesmo usado pelos indígenas no preparo do cauim (toda bebida fermentada espirituosa dos silvícolas-tupis).

Curioso, ainda, a propósito, é o que escreveu já no Século XIX, precisamente em 1837 (Reminiscências de Viagem — Pernambuco no Brasil — o pastor metodista Daniel Kidder — Liv. Martins — 1940): "Era da mandioca também que (os indíginas) faziam a bebida para suas festas. Fabricavam por um processo engenhoso, etc". E, escreve adiante: "as raízes eram cortadas em rodelas e postas a cozer até que amolecessem, depois deixavam-nas esfriar. Em seguida, as moças da tribo, punham-se a mastigar as fatias, cuspindo-as para dentro de uma vasilha que enchiam de água. A mistura resultante era levada a ferver, sendo constantemente revolvida.

Terminada a coeção, todo o conteúdo da vasilha era transportado para grandes jarras de barro enterradas a meio altura no chão da maloca.

Nestas vasilhas, cuidadosamente tampadas, dentro de dois ou três dias, dava-se a fermentação".

Mas, quando "preparada por homens, não ficava bem feita". Era superstição dos aborígines, diz o pastor Kidder, por último.

* * *

V. nesse sentido, recente livro — "Mandioca — Pão do Brasil" — Pinto de Aguiar — Civ. Brasileira — 1982. ONQ.

(21) Capistrano de Abreu estudou a língua dos caxinauás em seu clássico trabalho "Os Caxinauás", sem ir ao Amazonas e ao Acre, com auxílio de apenas dois legítimos índios do rio Iboaçu, afluente do Maru, tributário do Tarauacá. (In "Linguística e Folclore — Ensaios e Estudos" — 1938. Ed. Sociedade de C. de Abreu — Liv. Briguiet).

Diante disso, é bem claro que a significação de termos ou expressões daqueles indíginas ou de outros amazônidas (esta a grafia dos lexicógrafos, e não amazônidas), aqui citados por A. Cabral, não traduza fielmente o seu significado real ou até mesmo na forma ortográfica para o português. Ao menos, vale por revelar a curiosidade espontânea do Autor, leigo em assuntos de ciência lingüística aborígine.

O mesmo poderia ter ocorrido em relação a José Veríssimo, ressalvada aqui a sua douta competência literária que, à época, fim do Século XIX e princípio do Século XX, deu valiosa contribuição sobre idêntico assunto. ONQ.

(22) É de importância para a História da Poesia Popular no Nordeste, em especial, da Paraíba, a referência do autor sobre Silvino Pirauá de Lima, paraibano de Patos-PB, com relação ao Amazonas. Era discípulo predileto de um dos maiores cantadores sertanejos — Francisco Romano, êmulo do legendário negro Inácio da Catingueira e seu adversário em célebre desafio, em Patos, ao fim do Século XIX.

Silvino Pirauá foi quem fez o necrológio de Romano, o que mencionou, salvando-lhe talvez o nome do esquecimento, Leonardo Mota, o grande folclorista cearense, em livro "Violeiros do Norte", de 1925 — Gráf. Ed. Monteiro Lobato — SP.

Os esparsos e estropiados versos sobre a Amazônia, aqui citados pelo Autor, são parte de uma longa cantoria, infelizmente perdida, cujos retalhos restaram na memória de A. Cabral e aqui são reproduzidos.

Sem dúvida, o cantador viveu nos sertões da Paraíba em plena época da deslumbrante aventura amazônica da borracha e de conseqüente migração dos sertanejos, acossados pelas secas, para a Hiléia, com seus êxitos e fracassos. ONQ.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

Alfredo Lustosa Cabral

14 / 01 / 1883

14 / 01 / 1983

"A lembrança do passado não é outra coisa, senão que a revigoração do amor".

Para comemorar o centenário de nascimento do inesquecível ALFREDO LUSTOSA CABRAL, seus filhos: Anatildes, Maria Nazaré, Benedito e esposa Odete Malet L. Cabral (viúva) José Tomás, Suely Hirai Cabral, Pedro e Francisca L. Cabral, juntam suas vozes à meiguice dos netos Francisco André, Rosana e Eliane, para convidar a todos os parentes, amigos e ex-alunos a participarem do Santo Sacrifício da Missa a ser celebrada no dia 14/01/83, na Catedral de Nossa Senhora da Guia, em Patos-Pb., às 17 horas.

Pelo carinho expresso na presença de todos, antecipadamente, a nossa gratidão: Filhos, Noras e Netos.

Janeiro de 1983

NOTA BIOGRÁFICA

ALFREDO LUSTOSA CABRAL, autor deste livro, nasceu na Cidade de Patos, no Estado da Paraíba, a 14 de janeiro de 1883, e faleceu a 31 de dezembro de 1960. Era filho de Silvino de Oliveira Lustosa Cabral e de Maria de Azevedo Cabral. Pequeno proprietário agrícola, professor primário, em 1912, depois que voltou do Acre, ali ensinou durante vinte anos. Foi adjunto de Promotor, em exercício por várias vezes. Em 1932, formou-se em Odontologia, depois de aposentado do magistério público. A partir daí, preferia que o chamassem de "doutor" e não de "professor".

Possuía uma vocação de historiador-narrador, dedicado à terra natal.

Homem simples, honrado, mantinha, já envelhecido, certa bonomia frente aos que o procuravam, o que parece caracterizar um ou outro dos que foram professores por longos anos.

Depois da aventura no Amazonas, viveu preso ao círculo de sua morna cidadezinha da época. Escreveu raras vezes para jornais. Tocava flauta, compunha discursos patrióticos para seus alunos. Nas comemorações cívicas ou religiosas, mesmo sob muito mais de trinta graus de temperatura ambiental, vestia um elegante fraque, bem guardado fora daí. Por repetidos momentos, até que jornaizinhos da festa da Padroeira local passaram a exigir, de leve humor, a cada ano, "o fraque do professor Cabral". Por isso, deixou de usá-lo para nunca mais.

Quando ensinava, empregava a palmatória, de preferência nos terríveis argumentos da tabuada. Modalidade da tosca pedagogia dos sertões do passado.

Nos seus últimos anos, preparava uma História de Patos — PB. *(A fotografia acima foi tirada quando de sua formatura). ONQ.*

Fac-símile da carta do Autor

Patos 20 de Out 945

Caro Otacílio – Saude com os seus.
Espirito em ordem.
Remeto um Capitulo sobre o "El-dorado"
Sei que não poderá mais ser incluido, talvez, no livro, porem serve para o amiga dar, pelo menos uma gargalhada.
Manoelinho leu na difusora uma nota importante, do livro que V. enviou ao mesmo.
Com estima
do amº ex-cord
– Alfredo Cabral

P.S. Quando V. estiver aqui especie-me de lhe perguntar se o Rifanduso do Norte não sair com ou sem, os [illegible]?
C. Alfredo

A U T O R I Z A Ç Ã O

Nós, abaixo assinados, Anatildes Lustosa Cabral, Maria Nazaré Lustosa Cabral, Francisca Lustosa Cabral, Pedro Lustosa Cabral e Benedito Lustosa Cabral, brasileiros, maiores, residentes à rua Peregrino Filho, 95 / em Patos-Paraíba, concordamos e autorizamos ao Sr. Dr. Otacílio Nóbrega de Queiroz, brasileiro, advogado, residente em Brasília-Distrito Federal a encaminhar e acompanhar pela Imprensa do Congresso Nacional, em Brasília-Distrito Federal, a publicação da segunda edição do livro " D e z Anos no Amazonas", de autoria de Alfredo Lustosa Cabral.

Patos, 15 de junho de 1984

Anatildes Lustosa Cabral
Maria Nazaré Lustosa Cabral
Francisca Lustosa Cabral
Pedro Lustosa Cabral
Benedito Lustosa Cabral

NO CAMINHO DAS LETRAS

UM LEGÍTIMO CONTADOR DE HISTÓRIAS

(Para o *JORNAL DO COMMERCIO*)

Aderbal Jurema

Entre os livros surgidos recentemente, escolhemos de propósito o do Sr. Alfredo Lustosa Cabral — Des Anos no Amazonas — (1) — para reiniciar estas notas provinciais, comentando o aparecimento de um legítimo contador de histórias, contar histórias é uma arte das mais difíceis em literatura e quando defrontamos, no meio dos novos livros de ficção, com o do Sr. Lustosa Cabral vimos logo que não era um livro a mais entre a numerosa literatura de um sertanejo paraibano, que permaneceu dez anos nos seringais, entre 1897 — 1907, num tom despretensioso de verdadeiro contador de histórias e num estilo pitoresco onde o humor é uma qualidade intrínseca do homem em correspondência com o ambiente e não produto do artesanato de pantomima cultural. Em certos trechos de suas histórias, chega a se aproximar mesmo de um Silvino Lopes rude e sem a prática do batente. Por aí se vê o tipo de humor que aflora em seu estilo bem difere do que vulgarmente se confunde com fazer espírito. E se há algumas tentativas de forçar imagens literárias, elas correm por conta de sua cultura de professor primário, como inteligentemente anotou o Sr. Otacílio de Queiroz num admirável e compreensivo prefácio aos "Dez anos no Amazonas."

Embora escrevendo sobre uma região já tão explorada em nossas letras, como acentuou Câmara Cascudo em sua "Geografia dos mitos brasileiros", conseguiu essa estranha multíplice figura de sertanejo de Patos, de músico, de político, de dentista e de professor primário, dar às suas narrações em forma de memória uma côr pessoal e viva raramente encontrada em livros dessa natureza. Assim é que não se deteve estarrecido, no assombro da paisagem amazônica nem tampouco se deixou empolgar pelo audacioso de suas próprias façanhas. Narra tudo o que viveu, presenciou e ouviu com a verve de um legítimo contador de histórias, reafirmando a tradição da terra que deu um narrador da projeção e do talento de um José Lins do Rêgo.

Quase todos os capítulos desse livrinho, escrito sem nenhuma pretensão literária como adverte honestamente o prefaciador, encerram, cada um, uma história completa onde não pode muitas vezes distinguir o sabor da fantasia do pa-

ladar da realidade. E' o Sr. Lustosa Cabral o que se pode chamar um homem de uma vida rica de acontecimentos e de sugestões. Somente assim se explica o tom de suas memórias sobre os dez anos no Amazonas, páginas que têm a força de prender o leitor em todos os mínimos incidentes, ao mesmo tempo que nos transporta ao segredo das selvas numa linguagem ecologicamente harmoniosa com os fatos narrados. E, sem pretensões, o curioso e inteligente sertanejo de Patos vai deixando, através dos capítulos, uma porção de indicações não só para os sociólogos como também para os estudiosos do nosso folclore, sem falar nos exemplos de vigor, e simplicidade para os nossos ficcionistas em trechos como este: "O doente trespassado de dores, que degeneraram em ataques, passou o resto do dia no morre e não morre, até que ao anoitecer, morreu mesmo". (pág. 114)

No capítulo dedicado aos mitos e superstições amazônicas, fala, com a sua aventuresca ingenuidade, do temido Mapinguari, precisando o seu aparecimento na região do Tarauacá no ano de 1906, no que se aproxima dos mais seguros estudiosos desses assuntos, os quais se referem sempre ao Mapinguarí como um duende dos mais novos na crônica folclórica amazonense. E o próprio Sr. Alfredo Lustosa Cabral anota que esse monstro era "desconhecido pelos antigos cronistas", tal e qual já havia feito também o Sr. Luiz da Câmara Cascudo em seu trabalho, hoje clássico, "Geografia dos mitos brasileiros", quando perguntou: "Qual seria a origem de Mapinguarí? Não parece antiga porque seu nome está ausente dos cronistas". (liv. cit. pág. 258 — Edição José Olympio — Rio, 1947).

Já sobre a boiuna, ou sucuruju (Câmara Cascudo grafa — sucurijú), a cobra grande tão temida pelos caboclos daquela região, há discordância flagrante nas suas propriedades de encantamento entre o que narra o sertanejo paraibano e o que estudou o folclorista norte-rio-grandense. O Sr. Câmara Cascudo diz: "O que se sabe é que ela não muda a roupa para virar moça bonita nem rapaz elegante que desencaminha as cunhãs dos barrancos amazônicos", (pág. 177) Mas o Sr. Lustosa Cabral conta, no seu livro, a história de "um rapaz esbelto, simpático e alegre nos bailes e festas noturnas". E fundamenta as suas afirmações com a história de "um desses tipos" que tomou parte numa festa, num seringal do baixo Juruá, e depois de meia noite virou cobra, "uma serpente enorme, que, ao ver o clarão do dia, desenrolava-se, arrastava-se deslisando à superfície soalhada do salão em festa, seguia à porta de frente em procura do rio, enquanto o povo corria espavorido, às tontas de medo, afastando-se do monstruoso ofídio" (pág. 89) — Estará o sertanejo de Patos fornecendo novos elementos para a fixação histórica desse mito? Eis aí uma pergunta que envolve, sem dúvida, uma sugestão para os nossos mais jovens folcloristas caírem em campo.

Ainda no capítulo dos mitos e supertições, o sertanejo paraibano fala sumariamente do Curupira, do jaboti, do boto vermelho, do Matintaperera e do Irapurú. O Sr. Peregrino Junior, no vocabulário para o seu livro "Pussanga",

grafa o nome da ave encantada de Uirapurú ao invés de Irapurú como escreveu o Sr. Lustosa Cabral.

Nas suas "notas" ou "apontamentos" finais, que não destoam do corpo do livro porque guardam a mesma modéstia do depoimento dos capítulos, o Sr. Lustosa Cabral fornece informações sobre utensílios de pesca, alimentação, agricultura, saúde, policiamento, etc., que nos pareceram de sugestivo proveito para os estudiosos da sociologia regional, como também já havia assinalado o Sr. Octávio de Queiroz no prefácio do livro. Ao lado dessas notas de interesse sociológico, o autor faz ligeiras referências às questões de política internacional, como a da luta entre bolivianos e brasileiros pela fixação de nossas fronteiras no Território do Acre. E escreve: "Fato curioso é que, naquela época, segundo ouvi dizer, — não tenho certeza, — esteve também por lá o "colega" Getúlio Vargas (colega na idade e na espingarda) incorporado às forças do coronel Antônio Olímpio da Silveira, veterano da guerra de Canudos, de Antônio Conselheiro, na Bahia". (pág. 52) Justamente naquele ano os biógrafos do Sr. Getúlio Vargas anotaram que ele partira a fronteira de Mato Grosso como soldado do 25º Batalhão de Infantaria, desligado que fora da Escola Militar do Rio Pardo por ter sido envolvido numa expulsão coletiva. O mais curioso é que, parece, tanto o jovem seringalista quanto o então soldado Getúlio Vargas tinham, ambos, a mesma idade, pois o sertanejo de Pator seguiu para o Amazonas com 14 anos em 1897 e o Sr. Getúlio Vargas nasceu em 1883.

Por esse fato, que denota no autor a preocupação de veracidade em suas memórias ("segundo ouvi dizer" — sublinhou o Sr. Lustosa Cabral), podemos avaliar quanto procurou ser honesto, na sua "memória de um sertanejo nordestino emigrado àquelas paragens em fins do século passado", quem depois ocupou várias profissões, como a de professor primário, músico, vereador eleito, rapadureiro, adjunto de promotor e, finalmente, cirurgião-dentista pela Faculdade de Medicina e Odontologia de Recife. Se ao invés de desviar sua mobilidade geográfica para a profissional, o Sr. Ernesto Lustosa Cabral tivesse se conservado fiel ao nomadismo de sua adolescência, seria hoje, um grande nome de repórter. De repórter internacional com as qualidades inatas à profissão de um Jack London e com a força de suas narrativas selvagemente puras. Após a leitura desse livro não se pode fugir a uma exclamação: — Que globe-trotter não perdeu o mundo!

Recife, PE, 5 de fevereiro de 1950.

(1) Alfredo Lustosa Cabral — "Dez anos no Amazonas" — Escola Industrial de João Pessoa — Paraíba, 1949.

Pág.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO — Senador JORGE KALUME 5
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO 9
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO 15
DEZ ANOS NO AMAZONAS
CAPÍTULO I 23
CAPÍTULO II 25
CAPÍTULO III 29
CAPÍTULO IV 31
CAPÍTULO V 33
CAPÍTULO VI 35
CAPÍTULO VII 39
CAPÍTULO VIII 41
CAPÍTULO IX 43
CAPÍTULO X 45
CAPÍTULO XI 49
CAPÍTULO XII 53
CAPÍTULO XIII 57
CAPÍTULO XIV 61
CAPÍTULO XV 65
CAPÍTULO XVI 71
CAPÍTULO XVII 75
CAPÍTULO XVIII 79
CAPÍTULO XIX 85
CAPÍTULO XX 89
CAPÍTULO XXI 93
CAPÍTULO XXII 97
CAPÍTULO XXIII 103
CAPÍTULO XXIV 107
CAPÍTULO XXV 111
NOTAS DO AUTOR 115
ANOTAÇÕES 127
BIOGRAFIA 147
NO CAMINHO DAS LETRAS — ADERBAL JUREMA 151